

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA AMBIENTAL**

**TURISMO, DESENVOLVIMENTO LOCAL E SUSTENTABILIDADE
UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE ITATIAIA – RJ**

MARGARIDA MARIA DE FRAGA ROCHA

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

R672 Rocha, Margarida Maria de Fraga
Turismo, desenvolvimento local e sustentabilidade: um estudo de caso no município de Itatiaia - RJ / Margarida Maria de Fraga Rocha.
– Niterói : [s.n.], 2005.
174 f.
Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Universidade Federal Fluminense, 2005.

1.Turismo – Itatiaia (RJ). 2.Desenvolvimento sustentado. I. Título.

CDD 338.4791098153

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA AMBIENTAL**

**TURISMO, DESENVOLVIMENTO LOCAL E SUSTENTABILIDADE
UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE ITATIAIA – RJ**

MARGARIDA MARIA DE FRAGA ROCHA

**Dissertação submetida ao Programa de
Pós-Graduação em Ciência Ambiental
da Universidade Federal Fluminense,
como requisito parcial para a obtenção
do título de Mestre**

**Orientador: Prof. Dr. UED MARTINS MANJUD MALUF
Instituto de Geociências
Universidade Federal Fluminense**

**Niterói
2005**

MARGARIDA MARIA DE FRAGA ROCHA

**TURISMO, DESENVOLVIMENTO LOCAL E SUSTENTABILIDADE
UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE ITATIAIA – RJ**

**Dissertação submetida ao Programa de
Pós-Graduação em Ciência Ambiental
da Universidade Federal Fluminense,
como requisito parcial para a obtenção
do título de Mestre**

Aprovada em: 31 de outubro de 2005

BANCA EXAMINADORA

**Prof. Dr. Ued Martins Manjud Maluf - Orientador
Universidade Federal Fluminense**

**Prof^a Dr^a Maria Elaine Araújo de Oliveira
Universidade Federal Fluminense**

**Prof. Dr. José Antônio Puppim de Oliveira
Fundação Getúlio Vargas**

Aos meus pais José e Lélia (*in memoriam*) e
ao meu filho Lucas, fontes
de inspiração e de amor

AGRADECIMENTOS

À coordenação do Curso de Pós-Graduação em Ciência Ambiental pela oportunidade de crescimento pessoal e profissional através de rica convivência e de curso tão inovadoramente concebido.

Escrever uma dissertação é por certo um trabalho solitário, mas nesta caminhada, muitas pessoas foram fundamentais para que este trabalho fosse concluído, e merecem minha mais profunda gratidão.

Professor Ued Maluf, pela generosidade em me acolher como sua orientanda.

Professora Maria Elaine Oliveira, pela amizade, incentivo e disponibilidade para discussões que foram fundamentais, no correr de todo o desenvolvimento do trabalho.

Professora Tânia Santa Rita, pelo incentivo, amizade e ricos esclarecimentos para a construção d1 Tf0.0006 Tc 0.07354360 m

Sueli Louro, amiga-irmã, que me abriu novos horizontes me colocando em contato com a questão ambiental. Incentivadora, solidária, sempre presente em momentos importantes da minha vida há muitos anos.

Minha família, em particular ao Dindo, meu irmão Aloísio, meio pai, mas, sobretudo grande amigo, sem a ajuda de quem, possivelmente, nem teria feito o curso superior.

E, finalmente, aos colegas do PGCA-2003, turma maravilhosa que não faz idéia de como foi importante neste momento da minha vida a sua convivência. Entre eles, especial agradecimento aos amigos Jovelino, Lorena e Lúcio, pelo apoio e incentivo na realização deste trabalho.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	vi
SUMÁRIO.....	viii
LISTA DE TABELAS	xi
LISTA DE QUADROS	xii
LISTA DE FIGURAS	xiii
LISTA DE SIGLAS	xiv
RESUMO.....	xv
1. INTRODUÇÃO.....	1
2. EVOLUÇÃO, CONCEITUAÇÃO E IMPACTOS DO TURISMO.....	5
2.1 Evolução, expansão e consolidação do turismo	5
2.2 Evolução e consolidação do setor turístico no Brasil	9
2.3 Turismo: discussões acerca da conceituação e sua característica interdisciplinar	12
2.4 Efeitos positivos e impactos do turismo	15
2.4.1 Efeitos socioeconômicos	15
2.4.1.1 Positivos	15
2.4.1.2 Negativos.....	16
2.4.2 Efeitos socioculturais	17
2.4.2.1 Positivos	17
2.4.2.2 Negativos.....	18
2.4.3 Efeitos socioambientais	18
2.4.3.1 Positivos	19
2.4.3.2 Negativos.....	20
3. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO.....	21
3.1 Turismo sustentável: origens da conceituação	21
3.2 Definindo turismo sustentável.....	23
3.3 Diretrizes para o turismo sustentável.....	27
3.3.1 A Agenda 21 para a indústria de viagens e turismo.....	27
3.3.2 O Código Mundial de Ética do Turismo	28
3.4 Princípios do Turismo Sustentável.....	31
3.5 Considerações sobre Planejamento e o Desenvolvimento Sustentável através do Turismo	33
3.6 Iniciativas de planejamento do turismo para o desenvolvimento local- regional no Brasil.....	36
4. DESENVOLVIMENTO LOCAL E TURISMO.....	39
4.1 Crescimento econômico <i>versus</i> desenvolvimento	39
4.2 O local como estratégia de desenvolvimento no mundo globalizado.....	40
4.3 Participação e promoção do desenvolvimento local	44
4.4 A promoção do desenvolvimento local através do turismo	47
5. METODOLOGIA	50
6. APRESENTANDO A ÁREA DE ESTUDO.....	58
6.1 Antecedentes históricos.....	58
6.2 Localização e acesso.....	60
6.3 Aspectos gerais.....	61
6.3.1 Solo, topografia e clima	62
6.3.2 Flora e fauna.....	63
6.3.3 Caracterização do uso e cobertura do solo	66
6.4 Caracterização socioeconômica	68
6.4.1 Estrutura e dinâmica populacional.....	68

6.4.2	Indicadores sociais	70
6.4.3	Indicadores Econômicos	75
6.5	Perfil e potencial turístico do Município de Itatiaia	77
6.5.1	O perfil do turista.....	79
6.5.2	Infra-estrutura básica	80
6.5.3	Serviços turísticos: meios de hospedagem e alimentação	84
6.5.4	Recursos Turísticos	87
6.5.4.1	Parque Nacional do Itatiaia: o grande atrativo local.....	87
6.5.4.2	Penedo, Maringá e Maromba	94
7.	RESULTADOS: ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES	97
7.1		

ANEXO III.....	163
ANEXO IV	170
ANEXO V	172

LISTA DE TABELAS

TABELA 2.1 EXPANSÃO DO TURISMO NO BRASIL	12
TABELA 6.1: CLASSIFICAÇÃO DO IQUS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.....	66
TABELA 6.2: MUNICÍPIOS DO RJ COM MAIOR ACRÉSCIMO DE VEGETAÇÃO SECUNDÁRIA.	67
TABELA 6.3: MAPEAMENTO DOS PRINCIPAIS USOS DO SOLO NO RJ	67
TABELA 6.4: VARIAÇÃO DE FLORESTAS E VEGETAÇÃO SECUNDÁRIA NO VALE DO PARAÍBA, 1966–2001.....	68
TABELA 6.5: DISTRIBUIÇÃO POR FAIXA ETÁRIA DA POPULAÇÃO	69
TABELA 6.6: CLASSIFICAÇÃO MUNICIPAL QUANTO AO IQM – RELAÇÃO COM A CAPITAL E SUA REGIÃO.....	71
TABELA 6.7: DESEMPENHO DE ITATIAIA QUANTO AOS INDICADORES DO IQM.....	72
TABELA 6.9: PERFIL DO TURISTA: PREFERÊNCIA PELOS ATRATIVOS TURÍSTICOS	79
TABELA 6.10: PERFIL DO TURISTA: CARACTERÍSTICAS PESSOAIS.....	81
TABELA 6.11: DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA.	83
TABELA 6.12: UNIDADES AMBULATORIAIS DO MUNICÍPIO DE ITATIAIA.....	83
TABELA 6.13: NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS NOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS DE TURISMO/RJ	85
TABELA 6.14: PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DE EMPREGOS, ESTABELECIMENTOS E REMUNERAÇÃO	86
TABELA 6.15: ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS DO MUNICÍPIO DE ITATIAIA (2000/2001).....	86
TABELA 6.16: GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA NO SEGMENTO DE	87
TABELA 6.17: AVALIAÇÃO DAS TRILHAS DA “PARTE ALTA” DO PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA.....	93
TABELA 6.18: AVALIAÇÃO DAS TRILHAS DA “PARTE BAIXA” DO PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA.	93
TABELA 7.1 PROGRAMA DE VISITAS ORIENTADAS A ESCOLAS – PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA.	102
TABELA 7.2 PNMT / PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: PONTOS FORTES E FRACOS DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE ITATIAIA - ATRATIVOS.....	108
TABELA 7.3 PNMT / PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: PONTOS FORTES E FRACOS DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE ITATIAIA – EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS	109
TABELA 7.4 PNMT/PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: PONTOS FORTES E FRACOS DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE ITATIAIA – INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	110
TABELA 7.5 PNMT / PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: PONTOS FORTES E FRACOS DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE ITATIAIA - DEMANDA	111
TABELA 7.6 PNMT / PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: PONTOS FORTES E FRACOS DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE ITATIAIA – ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE	111
TABELA 7.7 EFEITOS / IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DO TURISMO EM ITATIAIA - PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE.	114
TABELA 7.8 EFEITOS SOCIOCULTURAIS DO TURISMO EM ITATIAIA - PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE.....	121
TABELA 7.9 COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DE ITATIAIA: 2002 – 2004.	127
TABELA 7.10 EFEITOS SOCIOAMBIENTAIS DO TURISMO EM ITATIAIA - PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE (%)	130

LISTA DE QUADROS

QUADRO 3.1: AGENDA 21 PARA A INDÚSTRIA DE VIAGENS E TURISMO: AÇÕES PRIORITÁRIAS E PROCEDIMENTOS GERENCIAS.	28
QUADRO 7.1 CONSELHO CONSULTIVO DO PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA / 2004.....	105

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 2.1 EXPECTATIVA DE CRESCIMENTO DO TURISMO ATÉ O ANO DE 2020	9
FIGURA 3.1 MAPA SEMÂNTICO DO TURISMO SUSTENTÁVEL	25
FIGURA 3.2 CICLO DE VIDA DOS DESTINOS TURÍSTICOS DE BUTLER	35
FIGURA 5.1: NOÇÃO DE CIÊNCIA QUE ORIENTOU A PESQUISA	51
FIGURA 5.2 CARACTERÍSTICAS DO MÉTODO DO ESTUDO DE CASO	52
FIGURA 5.3 MOMENTOS METODOLÓGICOS – PRIMEIRO MOMENTO	53
FIGURA 5.4 MOMENTOS METODOLÓGICOS – SEGUNDO MOMENTO	54
FIGURA 5.5 CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DO TRABALHO DE CAMPO	55
FIGURA 5.6 MOMENTOS METODOLÓGICOS – TERCEIRO MOMENTO.....	57
FIGURA 6.1 MAPA DE LOCALIZAÇÃO ESTRATÉGICA	61
FIGURA 6.2 MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA	62
FIGURA 6.3 MAPA DA COBERTURA VEGETAL, USO E OCUPAÇÃO DA TERRA.....	65
FIGURA 6.4 MAPA DE USO DO SOLO E DEFINIÇÃO DE ÁREAS PARA IMPLANTAÇÃO DE CORREDORES ECOLÓGICOS..	69
FIGURA 6.5 QUADRO COMPARATIVO DA ESCOLARIDADE: ITATIAIA E ESTADO DO RIO DE JANEIRO	70
FIGURA 6.6 INDICADORES DA PIRÂMIDE DE IQM-CARÊNCIAS / 1º NÍVEL	73
FIGURA 6.7 INDICADORES DA PIRÂMIDE DE IQM-CARÊNCIAS/2º NÍVEL.....	74
FIGURA 6.8 INDICADORES DA PIRÂMIDE DE IQM-CARÊNCIAS/3º NÍVEL.....	74
FIGURA 6.9 COMPOSIÇÃO DO PIB MUNICIPAL – EXERCÍCIO DE 2000.....	76
FIGURA 6.10 COMPOSIÇÃO DO PIB MUNICIPAL – EXERCÍCIO DE 2002.....	76
FIGURA 6.11 CARTA IMAGEM DA REGIÃO DO PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA	89
FIGURA 6.12 MAPA DAS TRILHAS DO PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA.	92
FIGURA 7.1: PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA: CONTROLE DE VISITAÇÃO.....	100

LISTA DE SIGLAS

AIEST – Associação Internacional de Especialistas na Ciência do Turismo
AMPLA Energia e Serviços S.A.
APA - Área de Proteção Ambiental
APL - Arranjo Produtivo Local
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB – Banco do Nordeste do Brasil
CERES – Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda.
CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CODERTE – Companhia para o Desenvolvimento Rodoviário e Terminais.
COMBRATUR - Comissão Brasileira de Turismo
EBAPE – Escola Brasileira de Administração Pública
EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo
FGV – Fundação Getulio Vargas
Fundação CIDE – Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro
IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IQM – Índice de Qualidade dos Municípios
IQUS - Índice de Qualidade de Uso do Solo e da Cobertura Vegetal
NEHAT - Núcleo de Estudos Avançados em Hotelaria e Turismo
OMT – Organização Mundial do Turismo
PARNA – Parque Nacional
PIB – Produto Interno Bruto
PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRODETUR – Programa de Desenvolvimento do Turismo
RAIS - Relação Anual de Informações Sociais
RINTUR – Roteiro de Informações Turísticas
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SESC – Serviço Social do Comércio
SUS- Sistema Único de Saúde
TCE-RJ – Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro
TurisRio – Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro
UH - Unidades Habitacionais
WWF – World Wide Foundation

RESUMO

O extraordinário desempenho econômico do turismo, observado a partir da metade do século passado, e as suas perspectivas de crescimento têm feito com que seja apontado como uma alternativa viável na promoção do desenvolvimento local, em particular para países e regiões pobres economicamente, mas ricos na sua diversidade natural e cultural. Este trabalho tem como objetivo, através de um estudo exploratório de uma realidade, colaborar com reflexões para o melhor entendimento do fenômeno turístico e da sua contribuição na promoção do desenvolvimento local, atendendo aos pressupostos da sustentabilidade. Utilizando como método o Estudo de Caso, o trabalho se debruça sobre o Município de Itatiaia situado no Estado do Rio de Janeiro, num trecho da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Classificado como município turístico pela EMBRATUR, Itatiaia guarda paisagens de rara beleza e o primeiro Parque Nacional do país, criado em 1937, que o projetou no cenário turístico nacional e internacional. Outros atrativos turísticos estão distribuídos na localidade de Penedo, cuja origem está ligada à criação de um núcleo de colonização finlandesa, e na zona rural de Maringá e Maromba. Este conjunto diversificado de atrativos baseado na natureza faz do município um dos principais destinos para o ecoturismo no sudeste do país, e é responsável pela sua inserção em diferentes programas dos governos federal e estadual que visam promover o desenvolvimento local através do turismo. A atividade turística é, atualmente, sua maior fonte de geração de empregos e a principal atividade econômica nas localidades de Maringá, Maromba e Penedo. Esta importância, entretanto, não parece muito reconhecida pelas autoridades governamentais locais que não têm oferecido o necessário suporte para a sustentabilidade do desenvolvimento do turismo no município. Como em outros destinos, o desenvolvimento do turismo em Itatiaia não se fez acompanhar de investimentos na infraestrutura que, juntamente à expansão urbana desordenada, coloca hoje em risco a sustentabilidade da atividade turística. A expressão estratégica que o turismo possui no município e as graves conseqüências sociais que podem advir do seu declínio precisam ser internalizadas pelos governantes, e ações efetivas mostram-se urgentes. Contornar os problemas existentes e redirecionar o rumo requer, necessariamente, o envolvimento de todos os atores interessados num processo permanente de planejamento onde sejam estabelecidas prioridades e tomadas decisões que orientem a construção de um futuro sustentável para a localidade.

Palavras-chave: turismo, sustentabilidade, desenvolvimento local.

ABSTRACT

The extraordinary economic performance of the tourist industry worldwide in the second half of the last century, as well as the prospects for its continued growth, has singled it out as a viable option for local development, especially in economically poorer countries and regions which are nevertheless rich in their natural and cultural diversity. Based upon an exploratory study of a specific reality, this work aims to collaborate towards a better understanding of the “tourism phenomenon” and its possible contribution to promoting local development according to the principles of sustainability. Using the case study method, it takes a close look at a particular area, the municipality of Itatiaia in the Brazilian state of Rio de Janeiro, within the Mata Atlântica Biosphere Reserve. The small town of Itatiaia was officially declared a tourist point by the Brazilian government organization EMBRATUR due to its magnificent scenery and to the presen

1. INTRODUÇÃO

O crescimento acelerado do turismo no mundo coloca-o como um dos fenômenos econômicos e sociais que mais se destacaram no último século. Em 1999, fechando o milênio, respondia por 1/9 dos empregos no mundo, com uma receita internacional aproximada de 455 bilhões de dólares e uma taxa de crescimento anual de 7,3% na década de 1990 (OMT, 2003).

Este desempenho econômico do turismo, aliado à capacidade a ele atribuída de valorização do meio ambiente, de contribuição ao enriquecimento cultural e de indução à coesão social, tem feito com que seja apontado como um importante vetor de promoção do desenvolvimento local associado ao conceito de sustentabilidade, especialmente, em países emergentes.

A partir da última década, o turismo passou a ter no Brasil a condição de setor estratégico, e os órgãos federais e estaduais criaram e intensificaram programas específicos de incentivo ao setor. A Política Nacional de Turismo voltou seu olhar para o local e pautou-se na regionalização e municipalização do turismo, com altos investimentos na capacitação, infra-estrutura e marketing. São exemplos desse esforço programas como o PRODETUR – Programa de Desenvolvimento do Turismo, com altos investimentos no Nordeste, e o PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo que alcançou 1.450 municípios e, mais recentemente o Programa de Regionalização do Turismo, que procura atender a visão do Plano Nacional de Turismo de promover a geração de emprego e renda, contribuir para a redução das desigualdades sociais e regionais, assim como para o equilíbrio da balança de pagamentos através da geração de produtos turísticos marcados pela diversidade regional, de modo a ampliar o turismo interno e consolidar o país no mercado internacional.

O local inscreve-se, no mundo contemporâneo, na contradição posta pela globalização que, se por um lado promove a transnacionalização dos espaços econômicos, de outro, incentiva a regionalização dos espaços sociais caracterizada pela busca de valorização de recursos naturais e culturais como alternativa para inserção no mundo globalizado através da diferenciação (BECK, 1997).

O entendimento dessa dinâmica que rege as relações global-local é, segundo Giddens (1997) primordial para o sucesso das intervenções para a promoção do desenvolvimento local, e tem como desafio a construção da sustentabilidade e da liberdade pela integração no processo de desenvolvimento de valores diferenciados, além dos econômicos, até então considerados como parâmetro.

O turismo, esta atividade econômica em franca expansão, capaz de mobilizar um enorme contingente de pessoas através do mundo, além dos efeitos positivos sobre os destinos turísticos, pode também provocar graves impactos nos campos econômico, social e ambiental, apontando para a necessidade de estudos que embasem o seu planejamento e gestão dentro dos princípios da sustentabilidade visando o desenvolvimento local.

Os estudos sobre os efeitos socioculturais e socioambientais, particularmente, são objeto de pesquisas recentes e ocupam lugar de grande importância, uma vez que os impactos, algumas vezes, podem neutralizar os eventuais resultados econômicos positivos, ocasionando perdas irreparáveis, sobretudo se considerarmos o crescente interesse do turismo por ambientes e sociedades frágeis e singulares (ARCHER e COOPER, 2001).

Na América Latina de um modo em geral, e no caso particular de nosso interesse, no Brasil, a falta de dados e pesquisas, segundo Barreto (1998, p. 79), fazem com que, por exemplo, os estudos sobre o efeito multiplicador do turismo “estejam muito aquém das necessidades do planejamento”, esvaziando o discurso dos organismos oficiais de turismo nos seus prognósticos ao colocar o turismo como propulsor de desenvolvimento.

Para Rodrigues (1999) as conseqüências da expansão do turismo no Brasil têm merecido poucos estudos, o que talvez se explique pelo fato de que as pesquisas sobre turismo sejam relativamente recentes e porque até há pouco tempo os trabalhos sobre o tema não eram considerados relevantes.

Os teóricos do turismo concordam, conforme esclarece Banducci Jr. (2001), que o turismo é um fenômeno extremamente complexo e mutável, difícil de ser apreendido em suas diversas manifestações através de uma única perspectiva teórica. Beni (2004), Acerenza (2002) e Criado (2003), entre outros autores, entendem que a literatura científica proveniente dos diversos campos de conhecimento que vêm pesquisando o turismo levanta uma grande variedade de problemas, mas uma abordagem interdisciplinar é imprescindível para alcançar a sua realidade em toda a sua extensão.

É dentro desse contexto em que se desenvolve este trabalho, focalizando o desenvolvimento do turismo no Município de Itatiaia, no Estado do Rio de Janeiro.

O Município de Itatiaia, classificado como município turístico pela EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo apresenta uma grande diversidade de paisagens propiciada pela variação de topografia - que vai de 390 metros, às margens do Rio Paraíba do Sul, a 2.397 metros, no Pico das Agulhas Negras - e pela sua inserção num trecho da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Encontra-se no município o Parque Nacional do Itatiaia, o primeiro Parque Nacional criado no Brasil, onde a exuberância da paisagem, o clima, a topografia, as inúmeras cachoeiras e piscinas naturais formadas pelos rios que nascem na

serra, fizeram com que entrasse no roteiro turístico do país, projetando o município e definindo sua vocação para o desenvolvimento da atividade turística.

Outros atrativos turísticos do município distribuem-se em Penedo, que guarda tradições dos colonos finlandeses que na década de 1920 ali procuraram instalar uma comunidade naturista, e em Maringá e Maromba, zona rural que remonta à divisão das terras da Serra da Mantiqueira para instalação de núcleos coloniais para a produção de frutas e legumes por imigrantes alemães e suíços, que logo vislumbraram a oportunidade de desenvolvimento da atividade turística e já em 1922 recebiam os primeiros turistas nas suas próprias casas.

Com uma perspectiva interdisciplinar este trabalho busca, através de um estudo exploratório de uma realidade, colaborar com reflexões para o melhor entendimento do fenômeno turístico e da sua contribuição na promoção do desenvolvimento local atendendo os pressupostos do paradigma do Desenvolvimento Sustentável. Tem como objetivos específicos:

- ✓ Estudar as inter-relações entre turismo e desenvolvimento local;
- ✓ Analisar o processo de desenvolvimento e os efeitos do turismo no Município de Itatiaia;
- ✓ Avaliar as potencialidades da atividade turística do município como indutora do desenvolvimento local sustentável;
- ✓ Apresentar subsídios para a formulação de políticas públicas que promovam o turismo sustentável no município objeto do estudo.

Dividido em oito capítulos, incluindo esta introdução, o trabalho apresenta no segundo capítulo um panorama da evolução e consolidação do turismo no mundo e no Brasil, com o objetivo de situar a sua importância econômica e social. A seguir, trata dos aspectos conceituais e científicos do turismo, e discute os efeitos positivos e negativos provocados pela atividade turística no campo socioeconômico, sociocultural e socioambiental, cuja inter-relação incide diretamente no desenvolvimento sustentável dos destinos turísticos.

Chamamos aqui de efeitos e não impactos, como usualmente se faz referência às alterações positivas e negativas causadas pelo turismo, em razão do entendimento de que na área socioambiental impacto seria necessariamente negativo. A própria constituição brasileira assim o entende, ao estabelecer em seu artigo 225 § 1, IV a exigência de estudo prévio de impacto ambiental relacionando-o à degradação ambiental. Nos amparamos ainda nas reflexões de autores como Andrade Filho (2005) e Mirra (2002), entre outros, que relacionam impacto ambiental a uma agressão ambiental que possa causar um dano sensível ao meio ambiente.

Posteriormente, no Capítulo 3, é realizada uma revisão bibliográfica analítica do conceito de desenvolvimento sustentável e de turismo sustentável e, por último, do planejamento como instrumento de gestão para a sua implementação, destacando as iniciativas públicas brasileiras de planejamento, relacionadas à promoção do desenvolvimento local-regional através do turismo.

No Capítulo 4, intitulado “Desenvolvimento Local e Turismo”, é apresentada, a partir de uma reflexão sobre desenvolvimento e crescimento econômico, uma discussão sobre a relação dialética do local com o mundo globalizado e uma revisão das bases conceituais do desenvolvimento local sustentável, ressaltando a relevância da participação na sua promoção para então, a seguir, efetuar uma abordagem sobre a promoção do desenvolvimento local sustentável tendo como eixo indutor o turismo.

A metodologia utilizada no trabalho é apresentada no quinto capítulo, e o Capítulo 6 caracteriza a área de estudo – o Município de Itatiaia – em termos dos seus antecedentes históricos, da sua localização e acesso, dos seus aspectos físicos e ecológicos, do perfil e potencial turístico do município, incluindo: o perfil do turista, a situação da infra-estrutura básica, os serviços turísticos (meios de hospedagem e alimentação), a respectiva geração de emprego e, finalmente, os principais atrativos turísticos locais.

O Capítulo 7 é dedicado à apresentação dos resultados e considerações sobre a atividade turística em Itatiaia analisando os seus atrativos, o envolvimento e participação no processo de planejamento, e a percepção de representantes do setor público, da iniciativa privada e da sociedade civil organizada quanto aos efeitos do turismo no município.

Por último, o Capítulo 8, apresenta comentários à guisa de conclusões e algumas recomendações para que o turismo possa constituir um vetor do desenvolvimento local sustentável para o Município de Itatiaia.

2. EVOLUÇÃO, CONCEITUAÇÃO E IMPACTOS DO TURISMO

2.1 Evolução, expansão e consolidação do turismo

Em uma análise histórica da trajetória humana pode-se observar que as viagens sempre ocuparam parte de sua vida e foram vitais para a evolução das civilizações. Seja para a busca de alimentos, para a realização de transações comerciais, por motivos religiosos ou econômicos, na conquista de novos territórios, para o descanso ou lazer, as pessoas sempre realizaram viagens.

Para alguns autores (LAGE e MILONE, 2000; OLIVEIRA, 2001; RODRIGUES, 2001; URRY, 1996) a atividade turística pode ser identificada desde o século VIII a.C., na Grécia Antiga, com o deslocamento de pessoas para a participação em comemorações e eventos públicos entre os quais destaca-se a realização dos primeiros Jogos Olímpicos em 776 a.C. Mais tarde, as estações termais passam a constituir também um grande atrativo, com a descoberta da cura de doenças através do uso de águas minerais.

No período do Império Romano, entre 27 a.C. e 476 d.C., houve uma significativa ampliação do número de estradas, com hospedarias instaladas no seu percurso, que foram determinantes para o incremento no número de viagens. Nesse período de prosperidade, eram comuns os deslocamentos para assistir aos grandiosos espetáculos circenses e para descanso nos balneários de Herculano e Pompéia, onde predominavam as segundas residências dos altos funcionários e ricos aristocratas de Roma. A partir do ano 326, quando foi construída a Igreja do Santo Sepulcro em Jerusalém, observa-se ainda no ocidente um grande número de viagens com motivação religiosa.

Durante a Idade Média, os interesses religiosos também determinam grandes deslocamentos de pessoas. Para tanto, contribuiu a descoberta do túmulo de São Tiago Maior na Espanha e, mais tarde, a organização das Cruzadas para a recuperação do Santo Sepulcro. Nesta época surge a primeira organização de cambio – a Irmandade dos Trocadores de Moedas, que atendia aos peregrinos de Santiago de Compostela, e o primeiro guia turístico impresso – os escritos de Aymeric Picaud, com o roteiro para os peregrinos franceses irem a Santiago. É também na Idade Média que as hospedarias, até então gratuitas, passam a ser atividades lucrativas, e surge o embrião da primeira associação de hotéis – o Grêmio de Proprietários de Pousadas, criado em Florença em 1282 (BARRETO, 1998).

Entre os séculos XVI e XVII, fase conhecida como do Turismo Barroco, as grandes navegações dão impulso às viagens de longo curso motivadas pela curiosidade em conhecer

novos lugares e pelo comércio. O número de estradas é ampliado, novos meios de transporte são criados (como a diligência e a carruagem) e linhas regulares são instaladas. Surgem, neste período, os *grand-tours* – viagens de caráter educativo, organizadas para aprimorar a formação dos jovens, que acompanhados de professores, visitavam lugares como Paris, Roma, Veneza, Nápoles e Florença. Estes professores (chamados de tutores) podem ser considerados os antecessores dos guias de turismo atuais. Eles deviam saber o idioma dos lugares visitados para melhor enriquecer o conhecimento dos jovens viajantes com informações sobre as paisagens, a história e a cultura daqueles territórios, preparando-os para o exercício de cargos de direção em seus países de origem (ACERENZA, 2002).

As mudanças introduzidas com a Revolução Industrial, no século XVIII, reforçam o caráter educativo das viagens. Nessa nova sociedade, onde a diplomacia ocupa um lugar de destaque, o conhecimento adquirido através das viagens sobre os usos e costumes, a política, as artes de outras nações, passa a constituir um complemento indispensável para a boa educação. Esta fase do turismo, conhecida como Neoclássica, tem preocupações humanistas, caráter educativo e cultural.

Os escritores exercem a essa época um papel importante na divulgação dos atrativos turísticos e na formação de interesses. No final do século XVIII, sob influência de Rousseau e dos pré-românticos ingleses o olhar dos turistas volta-se para a natureza. Logo, as montanhas e a costa mediterrânea passam a ser atrativos importantes e, os Alpes (Chamonix) e a Costa Azul (Nice) entram no roteiro turístico. A partir de então e durante todo o século XIX a natureza, além de fonte de renovação para os habitantes dos centros urbanos e industriais, emerge como uma motivação em si mesma, determinando o desenvolvimento de centros turísticos nas montanhas e à beira-mar.

O desenvolvimento tecnológico no século XIX e a regularização do trabalho, com a conquista gradativa de direito ao descanso e lazer, contribuem para a expansão do turismo, fazendo com que, em alguns países, as viagens deixassem de ser privilégio das elites para se tornarem atividades comuns para um número crescente de trabalhadores. URRY (1996), em seu estudo sobre o desenvolvimento do turismo na Inglaterra, aponta o processo de urbanização, a regularização do trabalho, a melhoria dos transportes e a conquista gradativa do tempo livre, como alguns dos fatores que contribuíram para a “democratização” das viagens e a transformação do turismo em fenômeno de massa.

Alguns eventos que marcaram o desenvolvimento do turismo datam deste período. Entre eles a invenção do vagão leito pelo amerij12 0 0 12 198.8c 0242 1 26 112 8(er4A43o do trabalho, c

serviço de *pacote turístico* – com a criação em 1862 do *Individual Inclusive Tour*, por Cook –, o início dos cruzeiros marítimos e a criação do cartão-postal por Piazza, para ilustrar as lembranças das viagens.

No ramo da hotelaria, com o incremento do volume de viagens, os hotéis foram se refinando para agradar as exigências da clientela. Destaca-se a figura lendária de César Ritz que revolucionou o setor com a introdução de serviços de alta categoria e que por volta do final do século XIX, dirigia uma dezena de hotéis, entre os quais, o Hotel Ritz de Paris, o Hotel Carlton de Londres e o Grande Hotel de Roma. Segundo Pires (2002) a capacidade que Ritz desenvolveu na gestão de hotéis fez com que o rei Eduardo VI da Inglaterra o chamasse de “*hoteleiro dos reis e rei dos hoteleiros*”.

No século XX, após um período de desaquecimento em 1930, motivado pela depressão, e durante a 2ª Guerra Mundial, o turismo toma ainda mais impulso. Entre os fatores que contribuíram para o seu crescimento podemos relacionar: a consolidação do direito a férias remuneradas, a expansão econômica do pós-guerra, o aumento do tempo livre das populações dos países industrializados, a utilização do automóvel e do avião como meios de transporte, a evolução dos meios de comunicação. O setor amadurece – utiliza novas técnicas de administração e marketing, surgem os órgãos que lhe dão uma superestrutura organizacional, legislativa e administrativa; a informática lhe confere mais rapidez e eficiência, e sua responsabilidade cresce perante um público cada vez mais exigente e diversificado. Para Acerenza (2002) é no pós-guerra que surge na Europa Ocidental o conceito de *produto turístico* e a padronização na oferta, que associados ao desenvolvimento do transporte aéreo constituíram fatores importantes para a escalada de crescimento do turismo a partir de então.

Na década 1970, um número extraordinário de agências de viagens, de companhias aéreas e de grandes redes hoteleiras encontra-se espalhado por todo o mundo. Entre 1950, ano em que a OMT iniciou as estatísticas de viagens internacionais, registrando um número de 25 milhões de turistas e o início da década de 1970, o número de turistas internacionais conheceu um crescimento extraordinário alcançando 166 milhões de turistas ao redor do mundo. É neste período que tem lugar o espantoso desenvolvimento turístico da Espanha – em 1961, ano de sua inauguração, o aeroporto de Málaga bate todos os recordes de vôos *charters* –, e tem início o investimento em grandes empreendimentos turísticos como o de *Languedoc-Roussillon*, na França.

No final do século, o desempenho econômico e social da atividade turística coloca-a como uma importante fonte de geração de renda e empregos, o que faz com que os governos a considerem uma prioridade estratégica para o novo milênio (OMT, 2002).

Em 1999, fechando o milênio, as estatísticas do turismo no mundo tinham o seguinte perfil (OMT, 2002):

- ✓ Receitas internacionais: US\$455,5 bilhões
- ✓ Taxa de crescimento/ano na década: 7,3%
- ✓ Geração de empregos: 1/9 empregos gerados no mundo
- ✓ Desembarque de turistas: 664 milhões

Com uma forte expansão global, seu desenvolvimento caracterizou-se pelo alargamento e diversificação geográfica permanente das destinações turísticas. Enquanto em 1950 os 15 principais destinos encontravam-se na Europa ocidental e na América do Norte, em 1999 os índices mostravam uma mudança acentuada dos interesses turísticos por novos destinos, em particular por países do sudeste da Ásia, da Europa central e oriental, e da América Latina – de 97% em 1950, as entradas na Europa ocidental caíram para 62% em 1999, de acordo com relatório da OMT para o Fórum Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, realizado em Johannesburgo em 2002.

Iniciando o novo milênio, encontramos o turismo solidamente implantado e, em muitos países, constituindo o ramo mais importante da atividade econômica. Sua capacidade de geração de receitas e empregos, de alavancar investimentos na infra-estrutura, de valorizar as potencialidades urbanas, paisagísticas, ecológicas e culturais, seu efeito multiplicador na criação de novas atividades econômicas, fazem com que seja apontado como um importante fator para a promoção do desenvolvimento local sustentável em países em desenvolvimento, conforme o relatório da OMT acima citado.

Em contrapartida, pode a atividade representar sérios riscos de impactos às comunidades receptoras em face da sua expectativa de crescimento apresentada pela OMT (Figura 2.1), o que coloca a necessidade de iniciativas concretas para a sua implementação dentro de critérios que respeitem o paradigma da sustentabilidade.

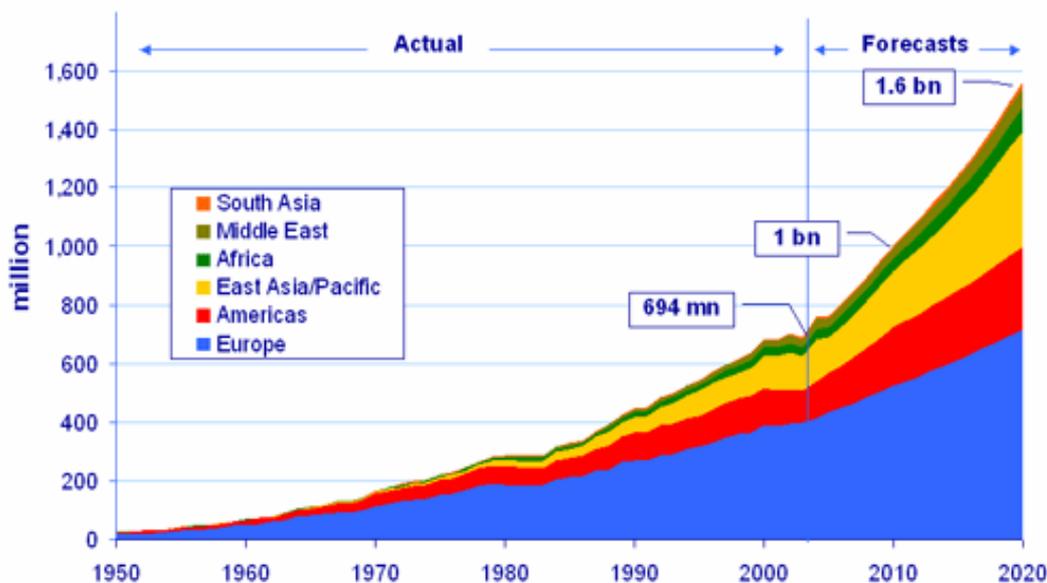


Figura 2.1 Expectativa de crescimento do turismo até o ano de 2020

(Fonte: OMT – Organização Mundial do Turismo, 2005)

2.2 Evolução e consolidação do setor turístico no Brasil

Para Ignarra (2003) a história do turismo no Brasil começa com o seu próprio descobrimento. O movimento de viajantes no período colonial tinha como característica a finalidade de ocupar, explorar e defender a colônia. A vinda da família real e a abertura dos portos representam para Pires (2002) um divisor de águas na questão da presença de viajantes estrangeiros no país, um marco no processo de internacionalização e de grande influência no desenvolvimento urbano, em particular do Rio de Janeiro, que passa por grandes transformações.

Estudiosos e artistas (naturalistas, botânicos, geólogos, pintores, etc.) chegam ao país interessados em conhecer suas paisagens, sua fauna e flora, deixando farta documentação iconográfica e literária de suas viagens. Entre eles, podemos destacar personalidades como o botânico e naturalista francês Auguste de Saint Hilaire, os pintores Rugendas, acompanhando a expedição de Langsdorff, e Debret, em missão artística.

A partir de meados do século XIX, a capital do país passa por um período de grande expansão e em 1884 a sua população flutuante já era de cerca de 870 pessoas / dia, para a qual a rede de hospedagem já implantada à época fornecia 1050 alojamentos (HOTELNEWS, 1988a). É neste período que entra em voga o costume dos banhos de mar e toma vulto o veraneio na serra de Petrópolis. Em 1885 é construída a primeira estrada do país com fins

turísticos, exclusivamente, - a estrada para o Corcovado. Entretanto, continuavam ainda inexpressivas as viagens por motivo de estudos ou lazer; em sua maioria elas permaneciam ainda motivadas por negócios, interesses artísticos ou científicos. Entre outros fatores, contribuíam para isso as difíceis condições de viagem e a precariedade em termos de salubridade das cidades. Somente a partir do início do século XX o Rio de Janeiro conhecerá melhores condições sanitárias com as iniciativas do governo de Rodrigues Alves, do prefeito Pereira Passos e a ação do sanitarista Oswaldo Cruz.

A reforma urbana do Rio de Janeiro, empreendida por Pereira Passos, engenheiro e discípulo de Haussmann, responsável pela reforma urbana de Paris, tinha como objetivo, para Souza (1994, *apud* MACHADO, 2002) transformar a cidade num belo cartão-postal, que oferecesse uma idéia positiva do que era o Brasil e despertasse o desejo de conhecê-lo. Datam desta época a construção da avenida Beira-Mar, a Biblioteca Nacional e o Teatro Municipal, por exemplo. Em 1912 é inaugurado o bondinho do Pão de Açúcar e as mudanças na cidade são retratadas em cartões-postais que passam a circular o mundo e a despertar o interesse em conhecer o país.

Os hotéis começam a se organizar para o turismo receptivo, oferecendo serviços como facilidades para o desembarque e o transporte dos turistas, criando o embrião do que viriam a ser as agências de viagens. Em 1907 aporta na cidade, a bordo do vapor “Byron” o primeiro grupo de excursão organizado pela agência inglesa “Cook and Son”, acima citada, estabelecendo um marco na história do turismo brasileiro (HOTELNEWS, 1988b).

A partir da década de 1920 o setor começa a se firmar como um fenômeno social, conforme Barreto (1998), com a criação do Touring Club do Brasil, então Sociedade Brasileira de Turismo. As construções de hotéis e cassinos de alto padrão, ícones da hotelaria brasileira como o Hotel Glória, em 1922, o Copacabana Palace, em 1932, o Cassino Balneário da Urca, iniciativa que se estende para outras cidades como Niterói, Petrópolis, Araxá e Santos, criam as bases para a recepção em padrões internacionais.

Em 1932, iniciativas do Touring Club como: o lançamento do famoso Baile do Municipal, do concurso de músicas de carnaval, de *folders* em outros idiomas para a divulgação do produto turístico brasileiro em feiras internacionais, em particular do Rio de Janeiro (que permanece até hoje o principal centro receptivo do turismo do país), marcam a estruturação da atividade turística.

Em 1938, através do decreto-lei nº 406, de 04 de maio, tem-se a primeira menção legal sobre a atividade turística – em seu artigo 59 o decreto normatiza as agências vendedoras de passagens (BOITEUX e WERNER, 2002).

Em 1939, uma Divisão de Turismo, com funções meramente fiscalizatórias, foi criada na estrutura do Departamento de Imprensa e Propaganda, através do decreto-lei nº 1915, de 27 de dezembro.

Em 1958, é criada através do decreto-lei nº 44.863, a Comissão Brasileira de Turismo – COMBRATUR, já com uma visão de organização do setor.

Mas, apenas oito anos mais tarde, o governo toma a iniciativa de criar uma instituição para gerir o desenvolvimento do turismo no Brasil. Em 18 de novembro de 1966 é criada a EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo, tendo em vista a expansão e necessidades de organização do setor. Na exposição de motivos da sua criação apresentada pelo Ministro da Indústria e Comercio foi relacionada, além da necessidade de ampliação do parque hoteleiro e de fiscalização das atividades das agências de viagens, a contribuição que o turismo podia trazer para a economia nacional através da geração de divisas e de empregos.

A partir da última década o turismo passa à condição de setor estratégico, quando então os órgãos federais e estaduais criam e intensificam programas específicos de incentivo ao setor. A Política Nacional de Turismo volta seu olhar para o local e pauta-se na regionalização e municipalização do turismo, com altos investimentos na capacitação, infraestrutura e marketing (EMBRATUR, 2003).

Os avanços e importância que o turismo vem, desde então, alcançando no cenário nacional são enfim expressos com a criação do Ministério do Turismo em 2003, que estabelecendo como missão *“desenvolver o turismo como uma atividade econômica sustentável com papel relevante na geração de empregos e divisas, proporcionando a inclusão social”*, fixa a ousada meta de 9 milhões de turistas estrangeiros por ano visitando o país, a geração de 1,2 milhões de empregos, a geração de US\$8 bilhões em divisas e aumentar para 65 milhões a chegada de passageiros nos vôos domésticos até o final do governo, em 2006.

Com a criação do Ministério, a EMBRATUR deixa de ser a responsável pela condução da política nacional de turismo, passando a responder pelas atividades de marketing e apoio à comercialização dos produtos turísticos no exterior. O turismo é apresentado pelo Presidente da República em mensagem por ocasião do lançamento do Plano Nacional do Turismo, em abril de 2003, como o segmento da economia que pode atender aos desafios do governo nas áreas econômica e social tendo em vista a *“capacidade que o Turismo tem de interferir nas desigualdades regionais, amenizando-as, visto que, destinos turísticos importantes no Brasil estão localizados em regiões mais pobres, e, pelas vias do Turismo, passam a ser visitadas por cidadãos que vêm dos centros mais ricos do país e do mundo”*

(Plano Nacional do Turismo, p.4). É colocada, assim, claramente, a expectativa em relação à capacidade de interferência do turismo no desenvolvimento local-regional.

Embora muito aquém das suas possibilidades de expressão econômica e social, o setor no Brasil encontra nas últimas décadas um movimento de significativa expansão, organização e profissionalização que os dados estatísticos vêm comprovar, ainda que não refletindo toda a abrangência do fenômeno (TABELA 2.1).

Tabela 2.1 Expansão do turismo no Brasil

	1992	2002
Chegada de turistas (em milhões)	1,7	3,8
Receita cambial gerada (US\$ bilhões)	1,3	3,1
Nº Estabelecimentos na atividade turística	83.436	159.400
Nº de empregados na atividade turística	703.429	1.304.453
Investimento / infra- estrutura (R\$ mil)	3.008,32	212.885,14

(Fontes: Embratur: Estatísticas Básicas do Turismo –Brasil; Anuário Estatístico, 2004; Evolução do Turismo no Brasil: 1992 - 2002.. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/site/br/dados_fatos/home/)

2.3 Turismo: discussões acerca da conceituação e sua característica interdisciplinar

A relativa juventude do fenômeno do turismo e seu complexo caráter multidisciplinar, uma vez que ele engloba uma vasta gama de setores econômicos e de disciplinas acadêmicas no seu estudo, faz com que não haja uma definição conceitual clara que delimite a atividade turística (OMT, 2001).

As primeiras definições datam do início do século XX e foram desenvolvidas por economistas atentos à relevância do turismo no cenário econômico, que já era acenada, na Inglaterra, desde o século XVII, quando se percebeu que “*juntamente com as pessoas viajava o dinheiro*” (BANDUCCI JR. e BARRETO, 2001). Para Fuster (1974, *apud* MOESCH, 2000), a entrada na investigação científica do fenômeno turístico pelos economistas foi feita com tanto “fervor” que até hoje é esta área que contribui com o maior número de publicações sobre o assunto.

Na apresentação dos primeiros trabalhos destaca-se a chamada Escola de Berlim, com autores como Glucksmann, Schwinck e Bormann, para os quais o turismo era, conforme esclarece Barreto (1998):

- *“um vencimento do espaço por pessoas que vão para um local no qual não têm residência fixa”* (Glucksmann);
- *“movimento de pessoas que abandonam temporariamente o lugar de residência permanente por qualquer motivo relacionado com o espírito, o corpo ou a profissão”* (Schwinck);
- *“conjunto de viagens cujo objeto é o prazer ou por motivos comerciais ou profissionais ou outros análogos e durante os quais a ausência da residência habitual é temporária. Não são incluídas em turismo as viagens realizadas para ir ao local de trabalho”* (Bormann).

Em 1942, os professores da Universidade de Berna, W. Hunziker e K. Krapf, definiam, o turismo como: *“o conjunto das relações e dos fenômenos produzidos pelo deslocamento e permanência de pessoas fora do seu local de domicílio, sempre que ditos deslocamentos e permanência não estejam motivados por uma atividade lucrativa”*. Esta definição, adotada pela AIEST – Associação Internacional de Especialistas na Ciência do Turismo é, entretanto, segundo Acerenza (2002), extremamente técnica, não oferecendo uma explicação do significado do turismo para a sociedade e não é também clara quanto ao caráter voluntário do deslocamento.

Em 1982, Mathieson e Wall (*apud* THEOBALD, 2001, p. 32) definiram o turismo como *“o movimento provisório das pessoas, por períodos inferiores a um ano, para destinos fora do lugar de residência e de trabalho, as atividades empreendidas durante a estada e as facilidades criadas para satisfazer as necessidades dos turistas”*

Esta definição apresenta, na avaliação de Theobald (2001) uma preocupação conceitual de turismo que pretende fornecer um arcabouço teórico que identifique as suas características essenciais e que o distinga de uma atividade semelhante, por vezes até relacionada, mas distinta. Ela avança no sentido de destacar o caráter temporário da atividade turística e inova ao introduzir o conceito de oferta – “facilidades criadas” e a base que sustenta toda a atividade, a satisfação - “satisfazer as necessidades dos turistas”.

A definição apresentada por De La Torre, em 1992, (*apud* IGNARRA, 2003, p. 13) coloca em evidência a importância sócio-econômica e cultural da atividade turística, o que remete ao papel que pode desempenhar no desenvolvimento local:

“O turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem de seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas interrelações de importância social, econômica e cultural”.

Em 1994, a OMT adota a seguinte definição para o turismo:

“o turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras” (OMT, 2001, p. 38).

Esta definição tem a preocupação de estabelecer um marco conceitual que permita a elaboração de estatísticas que expressem a importância da atividade turística em toda a sua amplitude, e que forneçam dados confiáveis e homogêneos sobre o seu desempenho a todos os interessados, contribuindo para o seu melhor entendimento e gestão.

Para a OMT (2001), este caloroso debate acadêmico sobre o que constitui o turismo e quem deve ser exatamente considerado turista, que destaca diferentes aspectos da atividade, não implica que existam definições corretas ou incorretas, uma vez que todas contribuem para o seu entendimento.

Articulando uma linguagem por meio da qual uma série de questões pode ser formulada, o turismo, que remete ao conjunto de atividades relacionadas com a viagem pode ser visto, de acordo com Araújo (2001) como um sistema de relações particulares. Assim sendo pode ser estudado sob diversas perspectivas e disciplinas, dada a complexidade das relações entre os elementos que o formam.

As especificidades do turismo, em vista da quantidade de pessoas que mobiliza, o número de países que ele envolve, os efeitos econômicos, socioculturais e ambientais causados nas comunidades receptoras, faz com que, de acordo com Banducci Jr. (2001), os teóricos do turismo concordem em que o turismo é um fenômeno extremamente complexo e mutável, difícil de ser apreendido em suas diversas manifestações através de uma única perspectiva teórica ou até mesmo de uma única ciência.

Um enfoque parcial quando do planejamento do turismo, segundo Acerenza (2002) é um fator que tem contribuído para os efeitos negativos da atividade, que só poderão ser evitados através de uma análise interdisciplinar.

Beni (2004, p.1) pontua o caráter interdisciplinar do turismo afirmando que a sua conexão com outras disciplinas *“além de conferir-lhe interdisciplinaridade, possibilitou, ao longo do processo de seu desenvolvimento, que atingisse mais amplitude e modernidade,*

podendo ser hoje definido como ciência da expressão do homem no mundo global, competitivo, e que quer se transcender rumo a uma nova visão de valores universalistas”.

Criado *et al* (2003) entendem que a literatura científica proveniente dos diversos campos de conhecimento que vêm pesquisando o turismo levanta uma grande variedade de problemas, mas uma abordagem interdisciplinar é imprescindível para alcançar a sua realidade em toda a sua extensão. Neste sentido, estudos realizados no campo da ciência ambiental, segundo os autores, que pela própria problemática constituiu-se numa ciência de origens múltiplas, que evidencia desde o primeiro momento seu caráter integrador e de síntese, podem trazer um grande aporte, auxiliando na tomada de decisões e no planejamento para um desenvolvimento sustentável do turismo.

2.4 Efeitos positivos e impactos do turismo

Capaz de mobilizar um enorme contingente de pessoas através do mundo, o turismo contribui indiscutivelmente com efeitos positivos e negativos pelas relações que propicia. Alguns destes efeitos, como os econômicos - entrada de divisas no equilíbrio da balança de pagamentos, os diversos resultados multiplicadores na geração de empregos, impostos, e dinamização de mercado interno, por exemplo -, que tiveram um papel relevante na diminuição dos controles e das exigências do trânsito internacional, beneficiando turistas e empresários do setor -, são pesquisados há algum tempo, como vimos acima. Outros, como os efeitos socioculturais e socioambientais, são objeto de pesquisas mais recentes e ocupam lugar de grande importância, uma vez que podem, algumas vezes, neutralizar os eventuais resultados econômicos positivos que o turismo possa apresentar, ocasionando perdas irreparáveis, sobretudo se considerarmos o crescente interesse por ambientes e sociedades frágeis e singulares.

Os efeitos positivos e negativos do setor (ACERENZA, 2002; ARCHER e COOPER, 2001; BANDUCCI JUNIOR e BARRETO, 2001; MATHIESON e WALL, 1988; OMT, 2001; RUSCHMANN, 2001; SWARBROOKE, 2000) podem ser enquadrados e analisados dentro dos aspectos relacionados a seguir.

2.4.1 Efeitos socioeconômicos

2.4.1.1 Positivos

- Contribuição para o equilíbrio da balança de pagamentos

Estes efeitos podem ser classificados, de acordo com Mathieson e Wall (1988), dentro das seguintes categorias: (i) primários (referem-se aos gastos realizados diretamente pelos turistas no pagamento de hospedagem, alimentação e transporte, por exemplo); (ii) secundários (aqueles gastos que se diluem na economia: marketing, importações realizadas pelos estabelecimentos turísticos, comissões de agentes, gastos dos estabelecimentos com aquisição de produtos e serviços locais, salários, lucros e dividendos que permanecem na comunidade receptora); (iii) terciários (fluxos desencadeados pela circulação de recursos originados pelo turismo, embora não estejam diretamente relacionados com ele);

- Contribuição para o PIB – Produto Interno Bruto;
- Geração de emprego (intimamente ligado à capacidade de geração de renda, este impacto apresenta uma dificuldade de cálculo, segundo Acerenza (2002), em virtude dos conceitos de emprego direto e indireto não terem sido ainda bem definidos e não serem empregados de forma uniforme pelos países);
- Incremento da atividade empresarial em razão das suas conexões com outros setores da economia;
- Contribuição para o aumento e distribuição de renda, podendo ser fator de equilíbrio regional pela exportação invisível de recursos das regiões mais ricas para aquelas menos favorecidas.

2.4.1.2 Negativos

- Custos de oportunidade: relacionados à avaliação custo-benefício dos investimentos em turismo em relação a outros investimentos necessários à comunidade;
- Custos derivados da flutuação da demanda, que podem significar sérios problemas para comunidades dependentes da atividade turística;
- Inflação derivada da atividade turística (aumento de preços em razão das diferenças de poder aquisitivo entre turistas e população local, inflacionando o mercado – por exemplo, o valor de imóveis);
- Perda de benefícios econômicos potenciais (este impacto negativo é observado com frequência em países em desenvolvimento onde a expressiva presença de investimentos estrangeiros resulta em poucos resultados para o país receptor, uma vez que os lucros obtidos saem de suas fronteiras);

- Exclusão do mercado de trabalhadores de atividades tradicionais: pescadores e agricultores que são afastados das suas atividades em função dos empreendimentos turísticos;
- Distorções na economia local resultantes do prejuízo de outros setores ou regiões quanto a perda de investimentos e de recursos humanos desviados para o turismo.

2.4.2 Efeitos socioculturais

Além dos efeitos econômicos positivos e negativos, o turismo também exerce influência sobre valores e culturas, podendo ocasionar mudanças significativas na estrutura social e padrões culturais das comunidades receptoras. Para alguns teóricos, como os seguidores das teorias humanistas, as atividades turísticas favorecem a manifestação de valores relacionados com a liberdade, a verdade e o amor, e que, portanto poderia promover um maior entendimento entre pessoas e povos, contribuindo para o estabelecimento de uma cultura de paz. Já os seguidores das teorias da alienação fazem severas críticas ao chamado “turismo de massas” e à indústria que lhe dá origem, considerando que o turismo na forma como tem sido empreendido é um fator de destruição do meio ambiente, deterioração de costumes e valores, aumento da violência e da prostituição, ente outros males (ACERENZA, 2002).

2.4.2.1 Positivos

- Melhoria da qualidade de vida por favorecer investimentos na infra-estrutura e comodidades das localidades turísticas;
- Melhoria no nível educacional;
- Aumento das oportunidades de lazer;
- Recuperação e conservação de valores culturais, uma vez que estimula o interesse da comunidade por suas tradições e patrimônio histórico que são valorizados pelo turismo, podendo resultar em: recuperação e conservação de sítios e monumentos históricos e revitalização da cultura (artesanato, gastronomia, folclore, etc);
- Emancipação da mulher;
- Resultado positivo relacionado ao efeito-demonstração: o turismo pode acelerar mudanças sociais contribuindo para o fortalecimento da cidadania ao incentivar a organização de moradores para reivindicar melhorias, ser um facilitador de mobilidade na escala social, contribuir para a diminuição das diferenças entre gêneros, por exemplo, ao favorecer a inclusão no mercado de trabalho de mulheres com salários / rendimentos similares aos dos homens;

- Aumento da tolerância social ao favorecer o intercambio cultural, que pode influenciar positivamente no sentido de maior compreensão e respeito com as diferenças;
- Incentivo à construção social de tradições inventadas e de uma nova cultura preservacionista, bem como a viagem, como experiência para o turista, pode trazer como resultado numa instancia de construção social da pessoa, a afirmação da individualidade e a socialização (BARRETO e BANDUCCI JR., 2001);
- Mudanças na estrutura administrativa local em função da valorização política que o setor pode proporcionar.

2.4.2.2 Negativos

- Acirramento da tensão social em função de grandes diferenças econômicas entre turistas e trabalhadores do setor e moradores, pelas diferenças de hábitos e gostos entre turistas e moradores;
- Segregação / perda de acesso a áreas de recreação e lazer;
- Congestionamentos, perda temporária de conforto e qualidade de vida em razão do aumento excessivo da população flutuante;
- Influências negativas nos padrões morais das comunidades podendo contribuir para o aumento da criminalidade, tráfico de drogas e da prostituição; o que levou alguns autores, de acordo com Archer e Cooper (2001), a substituir a expressão “efeito-demonstração” por “efeito-confrontação”;
- Descaracterização da cultura em função da adaptação de costumes e mercantilização de tradições;
- Invasão da privacidade, em particular na modalidade de turismo alternativo em pequenas localidades;
- Disseminação de doenças, como as DSTs (doenças sexualmente transmissíveis) e aquelas por falta de infra-estrutura adequada de recepção, como doenças intestinais, cólera e hepatite, por exemplo.

2.4.3 Efeitos socioambientais

Os impactos do turismo sobre o meio ambiente, embora de pesquisa recente, colocam a emergência da importância do planejamento e da sua gestão, elementos mediadores dessa relação. A falta de planejamento, e de uma gestão responsável no setor têm trazido conseqüências que, em alguns casos, como a destruição de ecossistemas para a construção de empreendimentos turísticos, não temos condição de avaliar.

Como observa Oliveira (2004a, p. 23) “a relação entre turismo e meio ambiente é bastante complexa porque o turismo não é uma atividade pontual e bem definida, mas uma série de atividades interdependentes”. A estreita relação que o desenvolvimento da atividade estabelece com o entorno, uma vez que o turismo não é feito só de recursos naturais e culturais, promovendo a implantação de infra-estrutura e facilidades para o seu funcionamento, provoca, necessariamente, impactos sobre o ambiente que constitui o seu atrativo. Da mesma forma, a intensidade e o volume de pessoas circulando numa região turística exercem um impacto sobre o meio, que necessariamente é diverso e, portanto, com respostas diferentes para as agressões recebidas.

Na sua relação com o ambiente físico, em razão da capacidade limitada da natureza de absorver impactos, faz com que o turismo exija uma cuidadosa elaboração de um estudo de capacidade de suporte para a atividade turística. O estudo de capacidade de suporte, definida por Villalobos (1991, p.45) como sendo “o máximo de uso recreativo que uma área natural pode receber, de forma consistente com a sua conservação a longo prazo”, contribui para ordenar a atividade de forma que danos irreversíveis não aconteçam. Para Barreto (1997), no entanto, estabelecer uma medida de capacidade de suporte é uma tarefa complexa, em função dos diferentes elementos envolvidos – o meio, que é mutável e os turistas, que reagem de forma diversa. Por essa razão sugere que também sejam levadas em conta a expectativa e o perfil dos visitantes, para que um planejamento integrado com a comunidade garanta a sustentabilidade socioambiental do espaço turístico.

Os instrumentos existem para que o turismo ao invés de destruir possa contribuir positivamente – é só uma questão de decisão política, de concepções que não sejam imediatistas, consciência e participação dos principais atores no seu planejamento, de forma que ele possa se desenvolver de forma sustentável. O foco neste caso não será apenas a satisfação do turista, nem tampouco apenas o lucro dos empreendedores, mas a o bem-estar e a qualidade de vida da população residente numa perspectiva de longo prazo.

2.4.3.1 Positivos

- Revalorização do entorno natural;
- Estimulo à adoção e expansão de medidas de conservação uma vez que a natureza tem valor real para o turismo, como a implantação de medidas de monitoramento ambiental, por exemplo;
- Implantação de modelos de qualidade: a adoção de sistemas de certificação de destinos e empreendimentos tem favorecido a conscientização, contribuindo para a manutenção da qualidade ambiental e conservação da biodiversidade em áreas

turísticas, assim como para a disseminação da adoção de sistemas de gestão ambiental pelas empresas;

- Incentivo à adoção de programas de educação ambiental para turistas e comunidade contribuindo para a expansão da conscientização ambiental;
- Promoção de um maior envolvimento da administração pública com iniciativas de planejamento, regulamentação e conservação em função da expressão econômica da atividade.

2.4.3.2 Negativos

- Destruição da paisagem natural através dos chamados *impactos visuais* provocados pela construção de empreendimentos e imóveis;
- Problemas relacionados à coleta e disposição de resíduos sólidos;
- Poluição sonora (causada, por exemplo, com a implantação de aeroportos);
- Poluição do ar (provocada, por exemplo, pelo congestionamento de automóveis);
- Contaminação e uso indiscriminado de recursos hídricos;
- Desmatamento e redução de *habitats* que podem abrigar espécies em extinção;
- Introdução de espécies exóticas da flora e da fauna (como pode ocorrer através da água de lastro dos navios de cruzeiros marítimos);
- Contribuição para a extinção de espécies através da coleta irresponsável por parte de turistas e moradores para a confecção de *souvenirs* e uso na gastronomia, entre outros fatores;
- Degradação ambiental como no caso de aterramento de pântanos e mangues para a construção de empreendimentos, por exemplo;
- Erosão de praias pela destruição de dunas e vegetação costeira, assim como de trilhas, usadas sem controle de impacto;
- Rivalidade no uso de recursos naturais retirando espaço para o desenvolvimento harmônico de outras atividades econômicas.

O turismo apresenta necessariamente efeitos positivos e negativos, entretanto, para Archer e Cooper (2001, p.86)

“é animador o fato de que a pressão atual pelo turismo sustentável /responsável resultará numa ênfase diferente nesse debate permanente entre os vários grupos da sociedade e poderá mudar o equilíbrio percebido entre os resultados positivos e negativos do turismo no futuro”.

3. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO

3.1 Turismo sustentável: origens da conceituação

A emergência do conceito de desenvolvimento sustentável, que trouxe rebatimentos em todos os setores da sociedade, não poderia deixar de tocar o turismo. Seu interesse explica-se, uma vez que seu produto está estreitamente relacionado com recursos naturais e culturais, sendo reconhecidas as pressões por ele exercidas sobre a sua base de recursos, face ao crescimento rápido e desordenado, que coloca em risco a sua sobrevivência e rentabilidade dos empreendimentos.

As raízes do conceito de turismo sustentável estão no conceito de sustentabilidade, que surgiu a partir da mobilização, em escala global, para uma revisão dos valores e caminhos assumidos pela sociedade pós-industrial, com graves conseqüências para o meio ambiente, e que foi consagrado pelo relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas: Nosso Futuro Comum, em 1987, mais conhecido como Relatório Brundtland.

Preconizando a adoção de novos valores pela sociedade, onde o respeito à equidade, à justiça e à vida prevaleçam o Relatório entende que o desenvolvimento sustentável se dá através da reorientação de uso dos recursos naturais, da tecnologia, de investimentos e das leis de forma a que sejam atendidas as necessidades e aspirações das atuais e futuras gerações (CMMAD, 1991).

As reflexões presentes no Relatório Brundtland serviram de fundamentação teórica para as propostas levadas para a CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1992, no Rio de Janeiro, quando é assinado um programa de ação – a Agenda 21 – para orientar o Desenvolvimento Sustentável Global.

A partir da CNUMAD (Conferência do Rio ou ECO92) o conceito de desenvolvimento sustentável foi enriquecido com novas reflexões, firmando-se a noção de sustentabilidade ampliada, enunciando a indissociabilidade entre os fatores sociais e os ambientais, e de sustentabilidade como um processo, reconhecendo que a sustentabilidade não é um estado permanente, mas antes um processo, que deve passar por revisões e adaptações impostas pelas respostas, dentro de uma visão sistêmica dos fenômenos que a envolvem.

Para Sachs (1993) o novo paradigma de desenvolvimento deveria se apoiar nos seguintes postulados: antes de mais nada, no que ele denomina de *self-reliance*, ou seja, a capacidade endógena de se pensar, que se traduz na ação da sociedade civil organizada e na

autonomia para proposição de modelos de desenvolvimento autênticos; em segundo, no atendimento às necessidades, em contraposição à lógica de mercado, redirecionando o pensamento econômico em termos de valores de uso, no lugar de valores de troca, para definir a riqueza real da sociedade; também, na busca de harmonia com a natureza, num relacionamento respeitoso entre os objetivos sociais, econômicos e ecológicos no percurso do desenvolvimento; e, finalmente, num movimento conseqüente no sentido de mudanças institucionais.

Os seguintes critérios devem nortear a abordagem da sustentabilidade fundamentada na harmonização de objetivos sociais, ambientais e econômicos conforme Sachs (2002, p. 85-88):

1. Social: que promova um patamar razoável de homogeneidade social através da distribuição de renda, geração de emprego e trabalho e acesso aos recursos e serviços sociais;
2. Cultural: que integre o equilíbrio entre respeito à tradição e inovação, a capacidade de autonomia para a elaboração de um projeto endógeno e abertura para o mundo;
3. Ecológico: que propicie a preservação do potencial de capital natural na produção de recursos renováveis conciliando o respeito ao limite dos recursos não renováveis;
4. Ambiental: que fomente o respeito à capacidade de auto-depuração dos ecossistemas;
5. Territorial: que favoreça configurações urbanas e rurais equilibradas, qualidade do ambiente urbano, superação dos desequilíbrios regionais e estratégias de desenvolvimento seguro para áreas ecologicamente frágeis;
6. Econômico: que promova o equilíbrio no desenvolvim2 0 0 12 291.479eterb

Para o autor, este novo conceito de desenvolvimento implica em: (i) ser solidário com as futuras gerações; (ii) satisfazer as necessidades básicas dos cidadãos; (iii) participação efetiva da população envolvida – os verdadeiros atores do processo de desenvolvimento; (iv) ter como meta a preservação dos recursos naturais, bem como, do meio ambiente de um modo geral; (v) criar um sistema social que garanta um trabalho estável, com remuneração digna para todos, segurança social e pessoal, e preservação cultural; e, (vii) promover projetos e planos educacionais em todos os níveis, para toda a população. O conceito implica para Serres (1990, *apud* SACHS, 2002) em que à ética imperativa da solidariedade sincrônica com a geração atual seja acrescida a ética diacrônica com as futuras gerações.

O conceito de desenvolvimento sustentável tem, entretanto, gerado críticas, estando para muitos autores, contaminado pelo tradicional ideário desenvolvimentista. Segundo estes autores, o relatório Brundland e a Agenda 21 são depositários de uma concepção reformista que tem como objetivo a sustentabilidade do capital, envolvendo forças políticas, econômicas e sociais hegemônicas (ALIER, 1998; LEROY, 2002; VIOLA, 1996).

3.2 Definindo turismo sustentável

Se por um lado o turismo é responsável pela mobilização de um enorme volume de pessoas ao redor do mundo, com efeitos positivos sobre a geração de empregos, valorização de paisagens, recursos naturais e culturais, bem como fabulosos resultados econômicos, por outro, tem sido responsável por uma série de efeitos negativos – degradação do meio ambiente, deterioração de valores morais (prostituição e exploração sexual de menores), desaparecimento de tradições e valores culturais, fatores, entre outros, que levaram profissionais de diferentes áreas de conhecimento e instituições incumbidas de sua gestão a refletir sobrp

O conceito apresentado pela OMT, assim como o conceito de desenvolvimento sustentável é multifacetado, abarcando os aspectos econômicos, socioambientais e culturais do desenvolvimento, englobando ainda a noção de ética com as comunidades receptoras.

Para Ceballos-Lascuráin (1996 *apud* IRVING, 2002), turismo sustentável é toda forma de turismo baseado em recursos ambientais naturais ou produzidos, desenvolvido e gerenciado de forma que possa continuar indefinidamente.

Ressaltando o aspecto ético do conceito de desenvolvimento sustentável embutido no de turismo sustentável, Irving (2002) chama a atenção para o fato de que ele pressupõe uma nova filosofia de vida fundada num compromisso de justiça social, percepção coletiva e solidária de longo prazo, onde a educação ambiental ocupa um lugar de destaque para a sua realização. Para a autora, a atividade turística sustentável requer *“uma nova forma de pensar a democratização de oportunidades e benefícios, e um novo modelo de implementação de projetos, centrado dos conceitos de parceria, co-responsabilidade e participação”* (IRVING, 2002, p. 17).

Para Swarbrooke (2000) turismo sustentável é aquele que reconhece a importância da comunidade local, a forma como as pessoas são tratadas e o desejo de maximização de benefícios econômicos do turismo para esta comunidade (conceito que foi reconhecido no Green Paper on Tourism, publicado pela União Européia em 1995).

O turismo sustentável ou “responsável”, de acordo com o WWF (2004, p. 16), *“é aquele que mantém e, onde possível, valoriza as características dos recursos naturais e culturais nos destinos, sustentando-as para as futuras gerações de comunidades, visitantes e empresários”*.

Esta definição chama a atenção para a responsabilidade dos principais envolvidos no processo de construção sustentável do turismo, ou seja, as comunidades receptoras, os turistas e os empresários do setor, para com a manutenção do patrimônio turístico para as futuras gerações.

Discutindo a complexidade do conceito de turismo sustentável, Oliveira (2002) traça um mapa semântico das suas imbricações de modo a torná-lo operacional, evidenciando a intrincada rede de relações estabelecidas para a sua construção (FIGURA 3.1).

Dentro deste Mapa o turismo sustentável: (i) vincula-se ao desenvolvimento sustentável – é uma estratégia de desenvolvimento; (ii) deve ser planejado de forma participativa, com respaldo da educação ambiental dos atores envolvidos; (iii) deve contribuir para a melhoria da qualidade de vida e conservação ambiental das comunidades receptoras; (iv) utiliza como princípio norteador o conceito de capacidade de carga para os destinos

turísticos; (v) não significa ecoturismo, segmento que não é necessariamente sustentável; (vi) também pode ser aplicado a outras modalidades de turismo que não sejam as alternativas (inclusive ao turismo de massa); e (vii) pode fazer uso da certificação como mecanismo de incentivo a práticas sustentáveis.

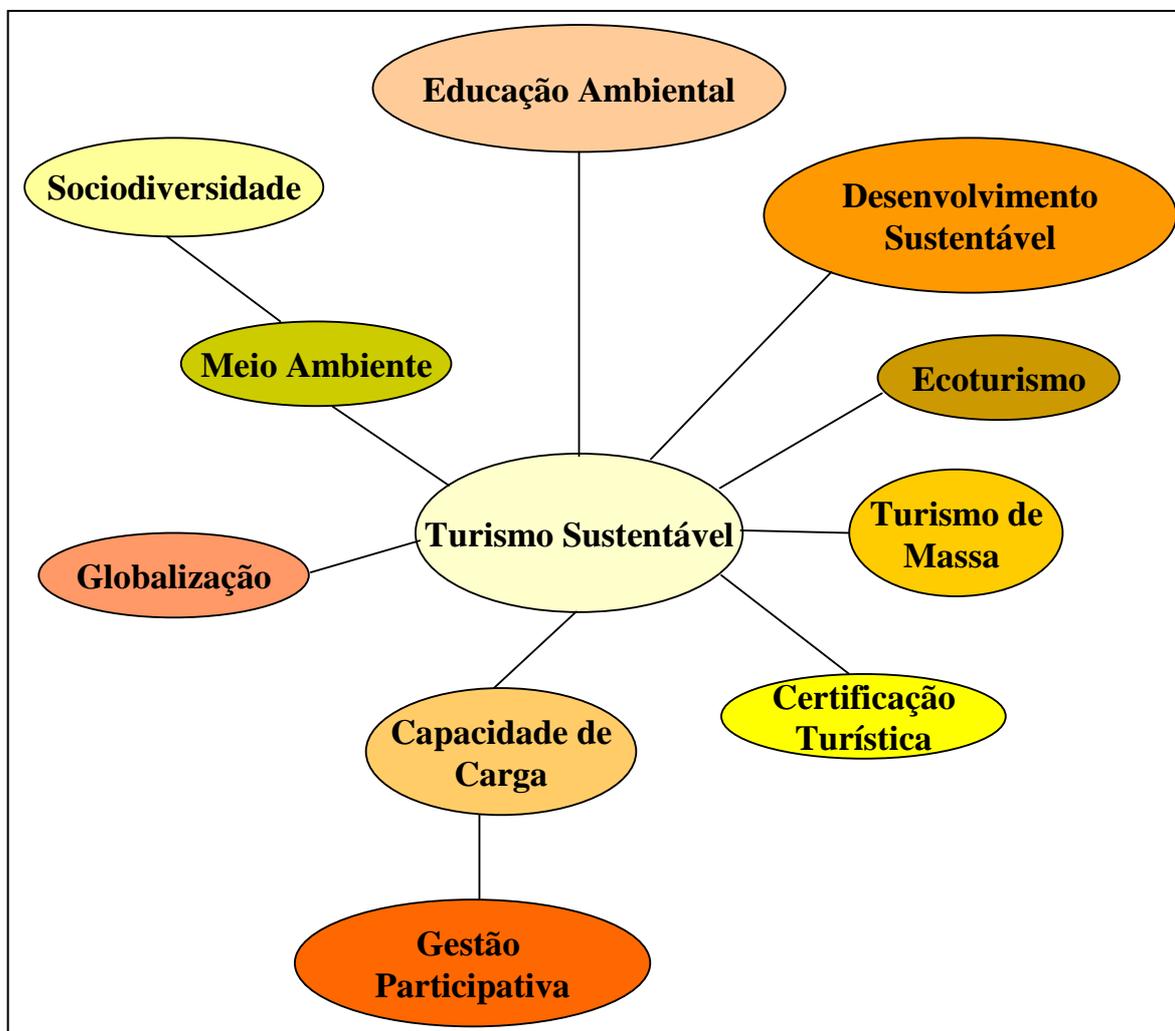


Figura 3.1 Mapa semântico do turismo sustentável.

(Fonte: Oliveira, L. A., 2004, p. 14).

É importante ressaltar a distinção entre ecoturismo e turismo sustentável. Para Barreto (1997) o turismo ecológico ou sustentável refere-se a toda atividade turística que tenha como objetivo a sustentabilidade das áreas visitadas, tenham ou não seu foco centrado na natureza, enquanto o ecoturismo, ou turismo de natureza é aquele praticado em áreas onde predomina o elemento natural buscando a sua sustentabilidade (que nem sempre é alcançada caso não seja conduzido dentro dos princípios desse paradigma). Avaliando os riscos de atividades turísticas baseadas na natureza, Oliveira (2004a, p. 23) chama a atenção para o fato de que

turismo e meio ambiente estabelecem relações complexas uma vez que “*o turismo não é uma atividade pontual e bem definida, mas uma série de atividades interdependentes*” de forma que seus impactos devem ser avaliados de maneira agregada, envolvendo além dos impactos diretos de todas as atividades também a interação entre elas.

Concluindo seu estudo, o autor afirma que “*ecoturismo, por si só, não significa turismo sem impactos ambientais*”, uma vez que ecoturistas também precisam de infraestrutura, como as demais formas de turismo, e que o ecoturismo necessita, portanto, ser desenvolvido de forma bastante planejada.

Convém não esquecer que o ecoturismo pode causar impactos para o meio ambiente e para as comunidades receptoras mesmo que o número de visitantes não seja muito grande – cada caso é um caso – e que ele tende a se transformar em turismo de massa, conforme esclarecem Mathieson e Wall (1988), em razão da busca crescente de lucros, na qual se pautam as atividades econômicas do sistema capitalista.

Do mesmo modo que o conceito de desenvolvimento sustentável tem gerado dúvidas e controvérsias, o mesmo tem se dado na discussão acerca do turismo sustentável.

A polêmica que envolve a expressão desenvolvimento sustentável denota para Beni (2004), uma falta de consenso sobre a sua definição, fazendo com que o seu uso fique subordinado à ótica de quem o utiliza, servindo desta maneira a muitos propósitos. Para o autor, a expressão turismo sustentável, tem abrigado os mais distintos posicionamentos políticos e geoestratégicos, quando não, interesses imediatos. A preocupação econômica pode ser vista claramente, por exemplo, na definição proposta por Swarbrooke, acima mencionada.

O equilíbrio entre os diferentes interesses existentes no turismo e o seu planejamento sustentável, para Ruschmann (2001), é difícil de ser encontrado, uma vez que o controle da atividade depende não só de critérios subjetivos, assim como da integração da política ambiental e turística. Nesse sentido, defende que somente um planejamento sistemático poderia conduzir à sustentabilidade da atividade turística, com benefícios para as destinações e os atores envolvidos.

Cooper *et al* (2001) chamam atenção para a fragmentação e diversificação da atividade turística, onde uma gama variada de agentes econômicos atuam de acordo com seus próprios interesses, o que leva, numa perspectiva de longo prazo, que não sejam atendidos os próprios interesses do turismo, ou seja, a manutenção da sua sustentabilidade.

Bramwell (2001) chama atenção para as dificuldades encontradas para a implementação do turismo sustentável face à sua fragmentação, com crenças e objetivos diversificados, além das limitações impostas pela economia de mercado.

Sampaio (2001) salienta que esse novo paradigma de desenvolvimento ancora-se em pressupostos que divergem do atual modelo de desenvolvimento econômico, entre eles a chamada indústria do turismo, sobretudo no contexto da demanda social - na regulação dos padrões de consumo e dos estilos de vida -, bem como da oferta de bens e serviços - na regulação de um conjunto de funções produtivas -, sofrendo assim de contradições para sua efetiva implementação.

Um consenso parece emergir das discussões sobre o turismo sustentável – a de que num contexto de economia de mercado é um difícil processo, que as especificidades do fenômeno turístico não favorecem a iniciativa, assim como o planejamento é uma ferramenta indispensável para a sua implementação.

3.3 Diretrizes para o turismo sustentável

3.3.1 A Agenda 21 para a indústria de viagens e turismo

Em 1996, inspirada na Agenda 21, aprovada durante a CNUMAD / ECO 92, foi aprovada pela Organização Mundial do Turismo, pelo Conselho Mundial de Viagens e Turismo e pelo Conselho da Terra a “Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo: rumo ao desenvolvimento ambientalmente sustentável”. O documento estabelece áreas prioritárias de ação para governos e representações das organizações da indústria turística e procedimentos de gestão para as empresas de viagem e turismo, constituindo uma importante referência para a definição de políticas e estratégias no plano local que propiciem a integração do desenvolvimento econômico e social com a necessária proteção ambiental (QUADRO 3.1).

Para Irving (2002) as diretrizes enunciadas pela Agenda representam um importante passo para a construção do turismo sustentável, uma vez que estão legitimadas pela *praxis*, por terem sido propostas pelo próprio setor.

Enquanto que para Mastny (2002) a Agenda 21 do setor segue o receituário do neoliberalismo colocando ênfase na auto-regulamentação, continuando a sustentar no desenvolvimento do turismo o papel dominante de mercados abertos e competitivos, privatização e desregulamentação, fazendo pouca referência à supervisão governamental direta ou a instrumentos internacionais de controle

Entendida como um processo, a Agenda 21 constitui um importante instrumento para atender, ao menos em parte, aos desafios postos pelo paradigma do desenvolvimento sustentável para o setor de turismo, implicando na construção de acordos para reorganização

da atividade de forma a atender os interesses atuais com um compromisso ético com as futuras gerações.

Quadro 3.1: Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo: ações prioritárias e procedimentos gerenciais.

AGENDA 21 PARA A INDÚSTRIA DE VIAGENS E TURISMO	
Governos e Organizações Representativas do Trade Turístico AÇÕES PRIORITÁRIAS	Empresas de Viagem e Turismo PROCEDIMENTOS GERENCIAIS
<i>Avaliação da capacidade do quadro regulatório, para garantir o desenvolvimento turístico sustentável</i>	<i>Minimização de resíduos e consumo de recursos, e maximização da qualidade dos produtos</i>
<i>Avaliação das implicações econômicas, sociais, culturais e ambientais das operações das organizações</i>	Gestão eficiente de energia com redução de consumo e emissão de poluentes para a atmosfera
<i>Formação, educação e sensibilização para viabilizar o desenvolvimento do turismo sustentável</i>	Gestão responsável dos recursos hídricos com vistas à manutenção da qualidade e eficiência de consumo
<i>Planejamento e gestão do uso do solo para maximizar benefícios e minimizar impactos</i>	<i>Gestão eficiente de águas servidas e esgoto visando a conservação dos recursos hídricos e proteção da flora e fauna</i>
<i>Promoção de intercâmbio de informações, conhecimento e tecnologias sobre turismo sustentável</i>	Gestão responsável de produtos tóxicos promovendo a sua substituição por produtos que não causem impacto ao meio ambiente
<i>Fomento à participação de todos os setores da sociedade</i>	Gestão do sistema de transportes de modo a reduzir e controlar a emissão de poluentes e outros impactos ambientais
<i>Estabelecimento de parcerias para a promoção de produtos turísticos sustentáveis</i>	Planejamento e gestão do uso do solo considerando o seu uso múltiplo, conservação paisagística, ambiental e cultural, e oportunidades de geração de renda
Monitoramento de resultados do desenvolvimento turístico sustentável através de indicadores realistas	Promoção do envolvimento da empresa, clientes e comunidades locais com as questões ambientais
Estabelecimento de parcerias que facilitem a colaboração entre organizações e empresas do setor para a promoção do desenvolvimento sustentável	

(Fonte: WTTC, 2002. Disponível em: <http://www.wttc.org/promote/agenda21.htm>), modificado.

3.3.2 O Código Mundial de Ética do Turismo

A Agenda 21 Global, em seu capítulo 30 – Fortalecimento do papel do comércio e da indústria, indica a adoção de códigos de conduta que promovam uma atuação responsável destes atores em vista da sua importância no desenvolvimento econômico e social. Com essa perspectiva foi elaborado o Código Mundial de Ética do Turismo, aprovado em outubro de

1999 pela Assembléia Geral da OMT e em dezembro de 2001, pela Assembléia Geral das Nações Unidas (OMT, 2001a). O Código, segundo palavras do Secretário Geral da OMT, Francesco Frangialli, constitui um plano de referência para o desenvolvimento racional e sustentável do turismo, para que sejam resguardados o futuro da atividade turística, e o crescimento da contribuição do setor à prosperidade econômica, à paz e ao entendimento entre nações. O documento acrescenta novas recomenda

Tecendo considerações sobre o tema, Irving (2002) afirma que na discussão de uma ética para o turismo alguns tópicos devem ser abordados com especial atenção:

- o compromisso com a irreversibilidade do processo de transformação do turismo, o que remete à responsabilidade de todos os atores envolvidos no desenvolvimento ou fortalecimento de um destino turístico;
- a ocorrência de “marketing oportunista” e suas conseqüências, que indica a necessidade de envolvimento dos profissionais da área de comunicação na concepção de novas estratégias;
- a negligência do planejamento turístico em relação ao elemento central do processo – o próprio turista, considerando seus desejos e motivações na busca do imaginário, do simbólico e intrapessoal;
- a perspectiva de um planejamento socioeconômico regional integrado, uma vez que a visão compartimentada tem, com freqüência, levado a interpretações equivocadas quanto aos resultados potenciais do turismo como instrumento de desenvolvimento local, criando falsas expectativas.

E no caso específico do Brasil, recomenda ainda:

- a construção de um modelo nacional “*com impressão digital própria*” que incorpore a riqueza de nossa diversidade sociocultural e ambiental;
- o cuidado na abordagem de minorias e o risco de leva-las à “*folclorização*” pela sua exposição como objeto de consumo num mercado de opções exóticas;
- a emergência de programas de educação ambiental que contribuam para o esclarecimento do valor patrimonial dos bens turísticos (ambientais e culturais) e sua apropriação pelos atores, principais sujeitos do processo.

Segundo Irving (2002, p. 25), a incorporação de princípios éticos associados ao conceito de sustentabilidade deve levar o desenvolvimento da atividade turística a uma “*nova forma de pensar a democratização de oportunidades e benefícios, e a um novo modelo de implementação de projetos centrada em parceria, co-responsabilidade e participação*”.

No relatório da OMT, acima citado, preparado para o Fórum Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, realizado em Joanesburgo, em 2002, a Organização reconhece que muitos progressos já foram alcançados desde que a questão da sustentabilidade tocou o setor de turismo; aponta uma sensibilização crescente dos principais atores envolvidos, que se expressa, principalmente, em iniciativas do setor público e no avanço de tecnologias para amenizar os impactos negativos provocados pelo turismo. No entanto, relata que alguns

fatores permanecem restringindo o processo de implementação de políticas e ações para o desenvolvimento turístico sustentável.

Entre os fatores que têm contribuído ao entrave do efetivo desenvolvimento turístico sustentável são apontados, no setor público: a falta de integração das políticas públicas de turismo com as demais, a insuficiência de recursos destinados aos órgãos públicos de administração do turismo, assim como a falta de recursos públicos para obras de infraestrutura básica e para fiscalização das atividades turísticas, somados à falta de dados para a construção de indicadores de sustentabilidade. Na iniciativa privada, destaca-se: a falta ainda maior de engajamento e investimentos para uma gestão socioambiental responsável; a fragmentação em pequenas e micro empresas, que é apontada como um fator negativo para a difusão mais intensa de práticas sustentáveis (OMT, 2001).

No Brasil, podemos observar a presença de muitos dos fatores elencados pela OMT: a falta de integração das políticas públicas de turismo com as demais, a insuficiência de recursos destinados aos órgãos públicos de administração do turismo, assim como a falta de recursos públicos para obras de infra-estrutura básica e para fiscalização das atividades turísticas, somados à falta de dados para a construção de indicadores de sustentabilidade, são os que mais se destacam dentro do setor público. No setor privado falta ainda maior engajamento e investimentos para uma gestão socioambiental responsável; a fragmentação em pequenas e micro empresas pode ser apontada como outro fator negativo para a difusão mais intensa de práticas sustentáveis. Todos esses fatores, que restringem o desenvolvimento sustentável do turismo, precisam ser enfrentados com urgência com vistas à preservação de nosso patrimônio turístico para as futuras gerações (ROCHA, 2003).

3.4 Princípios do Turismo Sustentável

Considerando que o turismo sustentável exige, para o seu desenvolvimento, decisões políticas que podem muitas vezes contrariar interesses, requerendo uma visão de longo prazo, em particular quando do seu planejamento, a *Globe' 90 Conference, Tourism Stream, Action Strategy for Sustainable Tourism Development*², relacionou uma série de princípios que podem auxiliar a implementação de políticas de desenvolvimento local do turismo. (OMT, 2001, p. 247):

1. O planejamento do turismo e seu desenvolvimento devem ser parte das estratégias de desenvolvimento sustentável de uma região, estado ou nação e

² Conferencia Globo'90 Brasil, OMT

envolver o governo, a iniciativa privada e a sociedade civil de forma a obter os melhores resultados;

2. O setor de turismo deve se orientar por princípios éticos, respeitando a cultura e o meio ambiente, as lideranças das comunidades onde desenvolve suas atividades;
3. O turismo deve ser planejado seguindo os princípios da sustentabilidade de maneira a assegurar proteção ao meio ambiente;
4. A gestão do turismo deve promover a justa distribuição de custos e benefícios entre seus promotores e a comunidade local;
5. O turismo deve ser transparente com a comunidade local, disponibilizando informações e pesquisas, de modo que ela possa participar e influenciar nas decisões sobre a qualidade e resultados do turismo, tendo em vista a sua sustentabilidade;
6. Deve ser incentivada a participação da comunidade no processo de planejamento local do turismo;
7. Os projetos de turismo devem ser precedidos de estudos para análise integrada da situação econômica, social e ambiental, e suas relações com as diferentes modalidades de turismo;
8. Os planos de desenvolvimento do turismo devem possibilitar a maximização de benefícios para a comunidade local e a minimização de impactos.

Bramwell (2001), mesmo reconhecendo que o conceito de desenvolvimento sustentável seja contestado e apresente muitas interpretações, recomenda também alguns princípios a serem observados na definição de instrumentos políticos para o turismo sustentável:

1. O reconhecimento de que a qualidade de vida depende da saúde e integridade dos recursos ambientais – naturais e construídos –, o que implica na redução de consumo de recursos não-renováveis e de emissão de poluentes, assim como em maior atenção com a viabilidade econômica, social e cultural, além da ambiental;
2. A preocupação com as futuras gerações, de modo que possam usufruir os recursos, oportunidades e opções, como a geração atual;
3. A justiça na distribuição de custos e benefícios ambientais, sociais, econômicos e culturais, considerando que: há uma tendência de maiores custos para as classes menos privilegiadas economicamente; a pobreza incentiva estilos de vida insustentáveis em razão da premência de atendimento às

necessidades básicas; as políticas de cobrança de uso de recursos dependem da situação econômica, sendo excludentes para os mais pobres; e que é necessário estender à geração atual o cuidado com a sua integridade para justificar esse mesmo cuidado com as gerações futuras.

Recomenda ainda, com base na literatura sobre o desenvolvimento sustentável do turismo, que as definições de políticas e de instrumentos devem se orientar também: pela participação da comunidade no processo de planejamento do turismo, pela necessidade de integração, por estabelecimento de objetivos tangíveis e progressivos e, finalmente, que deve ser observado o princípio da precaução em caso de dúvida sobre os riscos que representam.

3.5 Considerações sobre Planejamento e o Desenvolvimento Sustentável através do Turismo

Definido como “o resultado de um processo lógico de pensamento, mediante o qual o ser humano analisa a realidade abrangente e estabelece os meios que lhe permitirão transformá-la de acordo com seus interesses e aspirações” por Molina (2001, p.79), ou como um processo através do qual o estado prevê, promove e instrumentaliza o desenvolvimento cultural, político, econômico e social, por Acerenza (2002), ou ainda como um processo contínuo de tomar decisões, que compreendem riscos, empreendendo esforços sistemáticos para sua execução, acompanhamento e revisão, por Drucker (1972), o planejamento é considerado uma ferramenta indispensável para viabilizar o desenvolvimento sustentável através do turismo.

A importância do planejamento para a promoção do desenvolvimento através do turismo explica-se em razão da alta competitividade colocada pelo fenômeno da globalização, pelas tendências observadas na demanda da atividade turística, a cada dia mais segmentada e exigente, assim como pelo fato do turismo promover o uso intensivo do território, demandando a definição de espaços a serem protegidos e identidade a ser resguardada, criada ou fortalecida (DIAS, 2003).

Para Ruschmann (2001) somente por meio de um planejamento bem elaborado o poder público consegue resolver o dilema colocado pelo turismo – o conflito entre prover oportunidade de acesso ao maior número de pessoas e proteger o patrimônio natural e cultural das comunidades. Constitui desta forma, o plano de desenvolvimento, o instrumento para a determinação de prioridades em vista da evolução harmoniosa da atividade, estimulando-a ou restringindo-a para que ela evolua dentro de dimensões ideais.

A necessidade de adoção de instrumentos de gestão eficazes face ao crescimento da demanda pelo turismo, para que ele se desenvolva dentro de padrões sustentáveis, não destruindo o principal elemento do sistema turístico – o destino, encaminha-se para um consenso.

Ademais, considerando que o estudo dos problemas de nossa época nos leva a perceber que eles não podem ser entendidos nem tratados isoladamente, uma vez que constituem problemas sistêmicos, interligados e interdependentes (CAPRA, 1996), por si só já justificaria a necessidade de planejamento para qualquer intervenção, quanto mais quando ela pretende se inserir na construção do desenvolvimento sustentável.

Um procedimento que é recomendado e pouco praticado no processo de planejamento com vistas à sustentabilidade dos destinos turísticos é o estudo de “capacidade de carga” (ou de suporte), definida por Mathieson e Wall (1988) como o limite máximo de visitantes que um destino turístico pode receber sem provocar a degradação do seu meio ambiente e o declínio da qualidade da experiência dos visitantes.

A preocupação com a realização de estudos de capacidade de carga origina-se com a constatação de que o turismo apresenta um comportamento cíclico, ou seja, os destinos conhecem um movimento que começa com o seu descobrimento, passa pela sua expansão, com o aumento da demanda, atinge um estágio de consolidação, até alcançar um ponto de saturação, quando ocorre sua estagnação, começando então a declinar, em razão da perda de qualidade, ou, caso passe por um processo de investimento e aplicação de instrumentos para redirecionamento da atividade, pode ser estabelecido um processo de “rejuvenescimento”. O conceito de “ciclo de vida dos destinos turísticos” (FIGURA 3.2) foi apresentado por Butler (1980, *apud* RUSCHMANN, 1997) e validado por diversos estudos e pesquisas focados no entendimento da evolução da atividade em destinações turísticas, segundo a autora.

A aplicação deste instrumento no planejamento se justifica segundo Ruschmann (1997, p. 103) para “*determinação da fase em que se encontra a localidade em estudo, e de medidas cabíveis para direcionar seu desenvolvimento*”.

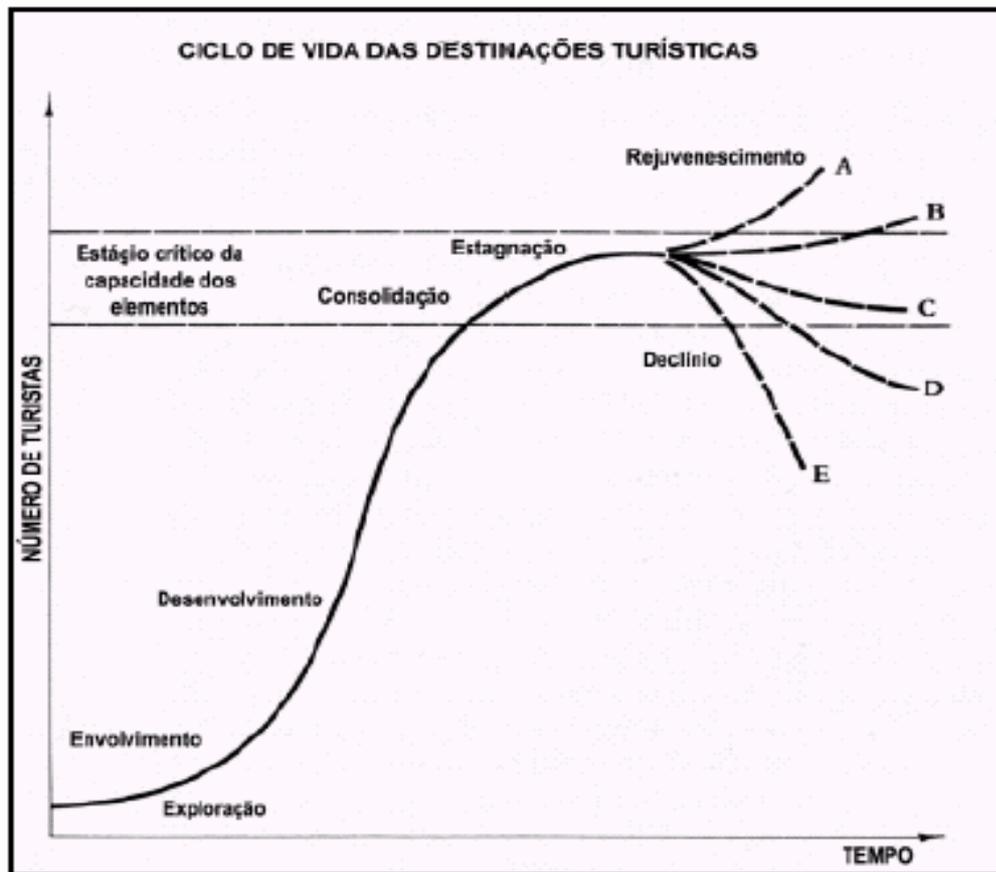


Figura 3.2 Ciclo de vida dos destinos turísticos de Butler.

(Fonte: Ruschmann, 1997, p. 103).

Para Plog (2001), que acrescentou novas considerações sobre o conceito formulado por Butler analisando o ciclo de vida dos destinos turísticos através das características dos viajantes em cada estágio de evolução, a identificação do estágio, cujo ponto ótimo denominou de “maturidade jovem”, é um importante recurso para o planejamento, uma vez que auxilia na definição de ações que evitem que a destinação ultrapasse esse limite e entre no estágio de declínio, que uma vez estabelecido é difícil de ser revertido. Essa identificação não é simples, segundo o autor, em particular para os empresários e governos locais (muito envolvidos para ter o distanciamento necessário para analisar a situação) em razão de que sua ultrapassagem é mascarada pelo movimento de turistas, que continua crescendo, embora a imagem do destino já esteja comprometida e a curva da qualidade da experiência tenha tomado o caminho descendente, indicando que o destino rumo para o declínio.

Ruschmann (1997, p. 103-104) sintetiza com clareza a problemática colocada pelo desconhecimento e indiferença com os princípios da sustentabilidade que condicionam o ciclo de vida dos destinos turísticos e a falta de planejamento na sua exploração econômica:

“Na luta pela sobrevivência, por meio da quantidade de turistas que precisam lotar os equipamentos para viabilizá-los economicamente, os preços baixam e passam a atrair demanda de menor poder aquisitivo. A localidade passa por um desgaste econômico, social e ambiental. Os equipamentos físicos começam a se degradar e as atrações criadas para o atendimento dos turistas nas fases de desenvolvimento e de consolidação envelhecem, saem de moda e perdem a atratividade. O ambiente natural, que antes era o ponto de maior atração, deteriora-se pelo mau uso da paisagem na construção de hotéis e de outros equipamentos, e o número de visitantes excede os limites da capacidade de carga”.

O planejamento mostra-se dessa forma, uma ferramenta indispensável, não apenas na promoção do desenvolvimento das destinações turísticas, como no acompanhamento do seu ciclo de vida, garantindo a qualidade do meio ambiente e de vida, da comunidade anfitriã, a satisfação dos visitantes com a experiência turística e o bom resultado econômico dos empreendimentos.

3.6 Iniciativas de planejamento do turismo para o desenvolvimento local-regional no Brasil

O reconhecimento das oportunidades oferecidas pelo turismo para a promoção do desenvolvimento tem levado o governo brasileiro a investir na construção de políticas que contribuam para a diminuição dos desequilíbrios regionais existentes no país através do desenvolvimento turístico.

Em 1994 foi lançado pela EMBRATUR o Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT seguindo os princípios da descentralização administrativa adotada pelo governo federal e baseado em metodologia disponibilizada pela OMT visando o desenvolvimento local sustentável do turismo. O Programa, considerado uma das ações estratégicas do governo brasileiro para o desenvolvimento sustentável do país, segundo a Embratur (2002), utilizou como metodologia o planejamento estratégico com o objetivo de fomentar a participação de agentes locais no planejamento e gestão do turismo, capacitando e estimulando parcerias.

Embora tenha recebido críticas conforme relatam Brusadin (2004) e Dias (2003a), o Programa alcançou, até 2002, 1.450 municípios, capacitando 28.000 agentes locais e representou, sem dúvida, um marco na evolução da política de turismo do país, tendo estimulado a democratização da gestão do turismo e a difusão dos princípios do desenvolvimento sustentável.

Também em 1994 o país empenha-se na definição de uma política para a gestão responsável do ecoturismo e para a promoção de um Programa Nacional de Ecoturism

Como expressão da vontade política de descentralizar o planejamento e a gestão do turismo é lançado em 2004 o *Programa de Regionalização do Turismo: roteiros do Brasil*, construído de forma coletiva no âmbito do Conselho Nacional de Turismo, dos Fóruns Estaduais de Turismo, com a participação de representantes do *trade* turístico, da área acadêmica e de organizações da sociedade civil.

No Programa, a regionalização é apresentada como “eixo estruturante” do Plano Nacional do Turismo e incorpora a noção de Arranjos Produtivos Locais: “o modelo de gestão apoiado na regionalização do turismo, incorporando a noção de território e de arranjos produtivos, transformou-se em eixo estruturante dos macroprogramas do Plano” (PRT, 2004, p. 5). Para sua viabilização são estabelecidas as seguintes estratégias: “(i) Consolidação das estruturas de coordenação (municipal, regional, estadual e nacional); (ii) Aplicação de instrumentos metodológicos conforme as especificidades – inventário da oferta turística, matriz para definição, estruturação e avaliação de roteiros, métodos e técnicas para mobilização e organização local com foco na região; (iii) Definição de parâmetros de modelo de acompanhamento e avaliação; e (iv) Implantação de sistema de informação que resgate, reúna, organize e faça circular informações” (MT, 2004, p. 7-8).

Esses programas, de fato, trouxeram uma mudança expressiva em muitos destinos turísticos, mas muitos de seus resultados são questionados, sobretudo quanto à sua sustentabilidade.

Para Paiva (1995), por exemplo, a história da atuação do Estado no setor de turismo tem se concentrado no melhoramento da infra-estrutura básica em detrimento de outros aspectos tão, ou mais, relevantes, e na concessão de incentivos fiscais para grupos empresariais (muitos dos quais estrangeiros) para empreendimentos aos quais a maioria da população não pode ter acesso.

Outros aspectos como a ingerência polític

4. DESENVOLVIMENTO LOCAL E TURISMO

4.1 Crescimento econômico *versus* desenvolvimento

O conceito de desenvolvimento é uma idéia política surgida no pós-guerra, dando origem a uma ideologia de crescimento econômico pautado na utilização intensiva de capital e extensiva de recursos naturais, acompanhadas da redução da mão-de-obra, depositando na ação regulatória do Estado a manutenção do crescimento com taxas cada vez mais elevadas (CAPORALI, 1997).

Durante décadas, associado ao conceito de crescimento econômico, o desenvolvimento teve como medida o PIB – Produto Interno Bruto, em particular o PIB *per capita*, o que provocou sérios equívocos produzidos pelo reducionismo econômico no encaminhamento de decisões e o domínio dos economistas no tratamento do tema (Boisier, 2000).

Somente a partir das reflexões de economistas como Amartya Sen., é que o PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento passa a incluir, no início da década de 1990, como medida de desenvolvimento o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, que envolve indicadores relacionados à qualidade de vida, longevidade e educação, conferindo uma nova dimensão ao conceito, que passa a influenciar órgãos como o Banco Mundial a repensar suas políticas de apoio ao desenvolvimento com base em estatísticas sociais, tendo como base que crescimento econômico sem desenvolvimento social não corresponde a um desenvolvimento real.

Apresentado por Amartya Sen, em 2000, como um conceito incompleto no que tange a sua finalidade, uma vez que há grande divergência quanto à sua essência, ao que deve ser promovido e ao que seria um valor de vida, o desenvolvimento, segundo o autor, “[...]consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente” (SEN, 2000, p.10). E completa, é o aumento da capacidade das pessoas de fazerem escolhas dentro de um processo “*essencialmente amigável*”, sob a forma de trocas benéficas ou através de trabalhos de redes de segurança social, ou por liberdades políticas, ou por desenvolvimento social – ou uma ou outra combinação destas atividades de apoio do bem estar (SEN, 2000, p. 34-35).

Entretanto, o modelo de desenvolvimento que tem sido encaminhado sob a ótica capitalista, onde a primazia reside no lucro rápido, marcou a história com graves contradições. Se por um lado os avanços tecnológicos aumentaram a capacidade de produção, a geração de riqueza e o domínio sobre a natureza, por outro, as disparidades sociais cresceram de forma

avassaladora e os desequilíbrios ecológicos provocados colocam hoje em risco a própria vida do planeta. Para Sen (2000, p. 23), o modelo adotado erra ao colocar o homem como instrumento do desenvolvimento econômico, provocando confusão entre meios e fins, uma vez que o ser humano é a finalidade última do desenvolvimento, ressaltando que *“a natureza da economia moderna foi substancialmente empobrecida pelo distanciamento crescente entre economia e ética”*.

Este quadro remete à busca por novos caminhos para o desenvolvimento, integrando novas dimensões à sua visão tradicional, considerando que as experiências têm demonstrado que são muito mais complexas do que se supunha as relações entre crescimento econômico e desenvolvimento.

Para Kliksberg (2002) a partir da percepção da estreiteza do enfoque que tem sido dado ao desenvolvimento é debatida a ampliação dos objetivos a serem alcançados junto ao crescimento econômico – desenvolvimento social, equidade, fortalecimento da democracia e equilíbrio do meio ambiente, que fazem com que sejam incluídas novas variáveis e suas inter-relações na avaliação do desenvolvimento, entrando como tema central nessa reformulação do pensamento econômico, o capital humano.

O verdadeiro desenvolvimento é aquele que nos faz crescer como pessoas, onde o respeito à natureza e à diversidade cultural permite a construção de um mundo mais justo e fraterno. Pensar este desenvolvimento, para o qual não existem modelos, significa considerar um novo conceito que articule além da dinamização da economia, outros fatores como o crescimento do “capital” humano e social, a boa governança e o uso sustentável dos recursos naturais dentro das especificidades e anseios locais.

4.2 O local como estratégia de desenvolvimento no mundo globalizado

O desenvolvimento contemporâneo caracteriza-se pela ocorrência de dois fenômenos ao mesmo tempo complementares e contraditórios. De um lado encontra-se a transnacionalização dos espaços econômicos, caracterizado pelo rompimento de fronteiras pelo capital financeiro que passa a circular livremente para assegurar melhor valorização, resultando na instabilidade do sistema global, expresso nas crises financeiras e desequilíbrios nacionais.

De outro lado, observa-se a regionalização dos espaços sociais que se mostra através da territorialização da força de trabalho e se caracteriza pela busca de valorização de seus recursos ambientais e socioculturais, bem como por alternativas de inserção no mundo globalizado. Essa inserção se dá através de um processo de diferenciação, que abre a

possibilidade para a construção de novos modelos de desenvolvimento baseados nas necessidades, interesses e recursos locais, e na articulação com os interesses globalizados, redefinindo ou reforçando vocações (BECK, 1997, *apud* BECKER, 2000, p. 133-134).

Dentro desse processo contraditório que gera a um só tempo interdependência e competição, homogeneização e diversificação, o local ocupa um lugar de destaque, uma vez que nele se cria a diversidade através da cultura, dos recursos e valores singulares, atributos que são determinantes para a construção de um caminho próprio de desenvolvimento, assim como de vantagem competitiva.

É no local em que as diferentes combinações de características e bens coletivos – físicos, sociais, econômicos, culturais, políticos, institucionais – e um sistema de relações único determinam a dimensão cognitiva dos atores que se expressa na sua capacidade de tomar decisões estratégicas, em seu potencial de aprendizado e inovação, determinantes no processo de mudança, de desenvolvimento (BARQUERO, 1999 *apud* ALBAGLI & MACIEL, 2004).

É em torno da localidade que se expressa a identidade, para a qual, contraditoriamente, a globalização que se pensava trazer a homogeneização cultural, tem provocado, ao contrário, o aumento da diferenciação e da complexidade na sua constituição, uma vez que esta identidade passa a ter maior importância em um mundo onde as barreiras espaciais para troca e comunicação ficaram sensivelmente menores (ALBAGLI, 1998).

O local surge deste modo, no mundo contemporâneo, como um dos campos de alternativas para a promoção do desenvolvimento, resgata, conforme esclarece Albuquerque (2004, p. 158) os valores territoriais de identidade, diversidade e flexibilidade que existiram no passado e foram marginalizados em razão do processo de evolução de parte do pensamento econômico, que tomou como referência a empresa ou setor, abstraídos do seu entorno territorial.

Configura-se assim uma tendência de substituição de grandes projetos de desenvolvimento por projetos menores, em escala local, ancorados nas especificidades e valores autênticos, que oportunizem um bom resultado no mercado global altamente competitivo (BECKER, 2000). Realidade com a qual concorda Buarque (2002), observando que essas iniciativas locais, que viabilizam processos diferenciados de desenvolvimento, podem se integrar, ou não, à dinâmica internacional.

A chave teórica para a mudança desse enfoque encontra suas raízes no pensamento de Marshall, que questiona o conceito de organização baseado unicamente na capacidade empresarial e reincorpora o território como unidade de análise no estudo dos *clusters* (aglomerações industriais), no qual o conhecimento produzido pela interdependência e

articulação dentro de um território constitui o elemento mais importante do sucesso empresarial (ALBUQUERQUE, 2004).

No entender de Cassiolato e Lastres (1999), as chamadas aglomerações produtivas, científicas, tecnológicas e/ou inovativas que podem se apresentar em forma de *clusters*, *milieux inovateurs* e arranjos produtivos locais, por exemplo, uma vez que constituídos sobre uma base social e cultural comum, propiciam um sentido de identidade e favorecem a troca de conhecimentos que assumem um papel relevante na promoção do desenvolvimento.

Neste sentido, as estratégias de desenvolvimento local, na entrada do novo milênio, não devem ignorar algumas características apontadas por Boisier (1996, p. 119-120) como “*presentes em qualquer configuração territorial vencedora*”: (i) a velocidade no aproveitamento de oportunidades e na mobilidade para o estabelecimento de acordos e participação em redes; (ii) a flexibilidade na capacidade de respostas em contextos e escalas diferentes, e por último, (iii) a maleabilidade, ou seja, a capacidade de se moldar a um meio em permanente mutação. A essas características, devem se somar outras três, não menos importantes: (i) a cultura, que lhe confere um adicional de competitividade através da diferenciação baseada na identidade, (ii) a resiliência, relacionada à sua capacidade de reconstituição frente a danos causados por elementos exógenos, e (iii) a complexidade sistêmica do território - a variação necessária à conexão no campo competitivo de um mercado internacional complexo.

Defende o autor a tese de que qualquer projeto de desenvolvimento local deve se pautar na existência e articulação de seis elementos que devem ser devidamente avaliados para o estabelecimento das necessárias conexões que poderão induzir o processo de desenvolvimento. Esses elementos-chave para o desenvolvimento são:

1. os atores, verdadeiros agentes do desenvolvimento;
2. as instituições, que devem ser avaliadas no sentido da sua flexibilidade, velocidade, inteligência (capacidade de aprender e fazer articulações) e virtualidade;
3. a cultura, que pode se apresentar de forma individualista, ou solidária, sendo importante avaliar a combinação destes casos extremos;
4. os procedimentos utilizados na gestão local – a capacidade de liderança e tomada de decisões, a condução na prestação de serviços assim como na administração, o manejo e transformação de informação em conhecimento e sua difusão;
5. os recursos – materiais, humanos, psicossociais (associados à auto-confiança e vontade coletiva), o conhecimento;
6. o entorno – qual seja, o mercado em seu sentido lato, com o qual o território se articula.

O enfoque no desenvolvimento local, decorrente das mudanças observadas no mundo contemporâneo tem, portanto, como desafio a construção da sustentabilidade e da liberdade através da integração no processo de desenvolvimento de outros valores diferenciados além dos econômicos, até então considerados como parâmetro.

Uma estratégia de desenvolvimento local-regional que atenda os novos paradigmas deve, no entender de Amaral Filho (2001, p. 279), se dar através de projetos estruturantes envolvendo uma cadeia de atividades interligadas, que podem estar associadas a algum tipo de vocação local, citando como exemplo o turismo:

“Dependendo da situação, o segmento do turismo, por exemplo, pode ser uma das inúmeras opções que se aproximam do paradigma de desenvolvimento endógeno sustentado, na medida em que consegue conjugar vários elementos importantes para o desenvolvimento local ou regional: (i) forças socioeconômicas, institucionais e culturais locais; (ii) grande número de pequenas e de médias empresas locais, ramificadas por diversos setores e subsetores; (iii) indústria limpa; (vi) globalização da economia local por meio do fluxo de valores e de informações nacionais e estrangeiras, sem que essa globalização crie um efeito *trade-off* em relação ao crescimento da economia local, pelo contrário. Por outro lado, esse tipo de atividade tem outra vantagem: a de possibilitar a transformação de ‘fatores dados’ em ‘fatores dinâmicos’, diminuindo, em muito, os custos de criação e de implantação, que envolvem qualquer projeto novo de desenvolvimento”.

Apesar do grande potencial brasileiro para a utilização do turismo como estratégia de desenvolvimento local, entretanto, só recentemente as políticas de desenvolvimento nacional o têm considerado como uma opção séria com programas como o PRODETUR – Programa de Desenvolvimento do Turismo e o PNMT - Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT, lançados em 1994 e, na gestão atual, o Programa de Regionalização do Turismo: roteiros do Brasil, que centram esforços na reorganização do espaço e capacitação de agentes visando o desenvolvimento local-regional através do turismo.

Neste esforço de promoção do desenvolvimento através do turismo, no entanto, deve-se estar atento, pois uma expressiva literatura chama atenção para o fato de que o turismo não é essa “indústria limpa” como se anuncia e que só através de um planejamento orientado pelos

princípios da sustentabilidade, conduzido de forma participativa, comprometendo a comunidade local com o processo de mudança, pode resultar em um verdadeiro desenvolvimento local sustentável.

4.3 Participação e promoção do desenvolvimento local

O consenso em torno da abordagem de que a responsabilidade pelas políticas de desenvolvimento é exclusiva do Estado vai aos poucos abrindo espaço, nas discussões contemporâneas, para uma concordância quanto à necessidade de protagonismo da sociedade. Com este enfoque, os modelos de desenvolvimento deverão nascer da participação dos produtores da diferenciação, através do que Giddens (1997, p. 130) denominou de “democracia dialógica”, que não está centrada na ação do Estado, mas antes, na sua interação com a sociedade criando formas de intercâmbio e reconstrução da solidariedade social.

Entendida como um resultado do processo de construção social, a participação relaciona-se, portanto, com a capacidade individual ou coletiva de interagir e cooperar, ancorada em relações de confiança e no sentimento de pertença, associadas ao conceito de “capital social” definido por Bourdieu (1985 *apud* PORTES, 2000, p. 135) como “*o agregado dos recursos efetivos ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento e reconhecimento*”.

O capital social tem sido apontado como importante fator na formulação de estratégias de desenvolvimento local, após estudos empíricos elaborados por Putnam (2000) que explicaram os fatores intervenientes no desenvolvimento desigual entre o sul e norte da Itália, concluindo pelo papel relevante da organização social fundada sobre valores de confiança e ações colaborativas, bem como do sentimento de pertencimento ao grupo/comunidade na promoção do desenvolvimento.

Outros argumentos a favor da participação relacionam-se à sua contribuição para a eficiência e sustentabilidade de programas e projetos, aumento da competitividade sistêmica, bem como por assegurar a transparência das ações públicas, o combate eficaz à corrupção e a boa governança, que pode ser entendida “como a capacidade que um determinado governo tem para formular e implementar as suas políticas” relacionando-se com a idéia de coordenação, que conceitualmente remete a decisões consensuais entre iguais, encontrando na cidadania seu princípio e fundamento (BANDEIRA, 2000; FGV, 2003, p. 13-14).

As novas abordagens do desenvolvimento econômico local-regional, conforme Amaral Filho (2001, p. 267) trazem como resultado da recuperação das noções de intertemporalidade, ou seja, que o passado influencia o presente, que influencia o futuro, e de

irreversibilidade, a estruturação de modelos calcados na noção de processo que tem como “[...] característica marcante a ampliação da base de decisões autônomas por parte dos atores locais [...] que baseados em valores tácitos ou subjacentes [...] podem antecipar um ‘acidente histórico’ positivo; podem evitar um ‘acidente histórico’ negativo, assim como podem coordenar um processo em curso”.

Para Marsiglia (1996, p. 75) a impl

mudança de governo contribuindo para o desperdício de recursos e descrédito em relação às iniciativas governamentais.

A participação, entretanto, não deve ser vista como solução milagrosa, um procedimento que conduz sempre a bons resultados e aplicável a todas as situações. Soluções urgentes demandam, por exemplo, decisões rápidas, não sendo adequada, nesses casos, a adoção de um processo participativo. Ressalte-se ainda que a capacitação e informação do grupo têm relação estreita com a qualidade das decisões, e a sua ausência pode ser responsável por decisões inadequadas que acabam por gerar descrença em relação às práticas participativas. A descrença pode comprometer o fortalecimento das relações de confiança, a manipulação e uso indevido do processo participativo para a promoção pessoal, o que levou à seguinte afirmação de Tenório e Rozenberg (1997, p. 5):

“[...] antes que a participação popular e a parceria Estado-sociedade sejam encaradas como solução universal para todos os problemas, é indispensável promover a separação do joio do trigo. Em outras palavras, é necessário evitar a homogeneização e vulgarização dessas experiências, procurando distinguir a legítima participação da mera manipulação, formas válidas de cooperação Estado—sociedade da simples cooptação ou, o que é mais grave, da pseudo-participação”.

O marco da mudança política no país a favor da maior participação da população foi a Constituição de 1988 ao introduzir uma série de mecanismos que buscam assegurar que diferentes segmentos da sociedade possam ter acesso à decisão e implementação de políticas públicas.

No nível local-municipal, a instituição do mecanismo de criação de Conselhos Municipais para debate e deliberação das políticas públicas em várias áreas, incluindo o turismo, abre espaço institucional para o aumento da participação da comunidade na gestão municipal e construção da cidadania, sendo considerados por Gohn (2001, p. 83) *“um dos principais resultados das recentes reformas municipais, que têm buscado instaurar um regime de ação política do tipo novo, com uma maior interação entre o governo e a sociedade”.*

Entretanto, dificuldades para o pleno exercício da participação têm sido apontadas, indicando desafios a serem enfrentados. Muitas dessas dificuldades estão relacionadas a problemas históricos de uma política autoritária e clientelista, assim como com o despreparo da burocracia estatal para lidar com a nova realidade; outros argumentos referem-se à qualidade da participação, por exemplo, quando se dá apenas no nível de consultas, resultando

no que Patman (1992, *apud* LUBAMBO & COUTINHO, 2004) definiu como uma pseudoparticipação.

4.4 A promoção do desenvolvimento local através do turismo

As relações entre turismo e desenvolvimento, que fazem com que ele seja considerado em estratégias de desenvolvimento local, têm sido explicadas a partir da forte contribuição econômica. Essa contribuição pode se manifestar, por exemplo, pela geração de empregos nos vários segmentos da cadeia (hotelaria, alimentação, indústrias agroalimentares, agências de viagem, operadoras de turismo, atividades de recreação, feiras de artesanato, etc.); pela indução ao crescimento à demanda de novas atividades industriais e comerciais em razão de exigências para equipamentos e infra-estrutura; e por incrementar o saldo da balança comercial reduzindo déficits (MILANI e DROULERS, 2002).

É necessário ter claro que se fundamentar nas vantagens econômicas que o turismo pode apresentar não é suficiente para justificar, nem definir estratégias de desenvolvimento local, até porque, conforme esclarece Boisier (1997 *apud* GUIMARÃES, 2002), vivemos o paradoxo de constatar que a aceleração do crescimento econômico caminha junto com a desaceleração do desenvolvimento. Na definição de estratégias de desenvolvimento local, portanto, deve-se ter em vista que o objetivo último do desenvolvimento é a melhoria da qualidade de vida das pessoas (residentes e turistas), a conservação do meio ambiente e o respeito à cultura. Fora desse viés, corre-se o risco de concentrar ganhos e repartir prejuízos, como tem sido a tônica do “desenvolvimento” que temos assistido.

Este “desenvolvimento” tem se caracterizado por uma espécie de “esquizofrenia”, como muito bem definiu Guimarães (2002, p. 59), andando na contra-mão de resultados sustentáveis para a sociedade:

“[...] ao mesmo tempo em que melhoram os índices macroeconômicos, vemos deteriorarem-se os indicadores que medem evoluções qualitativas entre setores, territórios e pessoas, uma espécie de ‘esquizofrenia’ onde o papel intermediário do crescimento enquanto acumulação de riqueza, como meio para alcançar o desenvolvimento, transformou-se mais e mais em um fim em si mesmo”

A contribuição positiva do turismo nas políticas de desenvolvimento local, logo, está condicionada a fatores outros, além dos econômicos - os sociais, científico-tecnológicos, político-institucionais, físico-territoriais e ambientais, exigindo ajustes na concepção e

implementação do planejamento, uma vez que, via de regra, envolve objetivos muitas vezes conflitantes.

A coerência das estratégias adotadas considerando um efetivo desenvolvimento local, dependerá da identificação clara de interesses, papéis e responsabilidades que só será alcançada através de iniciativas conjuntas de todos os interessados, ou seja, a iniciativa privada, a sociedade e o governo local. Neste sentido, o planejamento estratégico é um recurso importante por permitir uma abordagem integrada, promover o senso comum de propriedade para os atores envolvidos e um leque de indicadores que possibilitam avaliar o desempenho global do setor (MILANI e DROULERS, 2002).

As evidências quanto às vantagens da participação para que o turismo constitua um fator de desenvolvimento sustentável são inúmeras: o conhecimento da problemática local e facilidade na identificação das variáveis a serem consideradas no projeto; a elaboração de um cronograma adequado ao tempo de resposta do beneficiário, que implica no engajamento efetivo dos atores envolvidos, uma postura pró-ativa e co-responsável; uma avaliação realista dos custos e benefícios para a comunidade; e finalmente, a configuração do projeto como atendimento a uma demanda, não impondo intervenções desnecessárias, que resultariam em maiores riscos de fracasso (IRVING, 2002).

No nível municipal, a mudança em direção à maior participação na gestão do turismo visando o desenvolvimento local, se dá através da criação dos Conselhos Municipais de Turismo, iniciativa que era largamente ignorada até a implementação do PNMT. Só a partir da exigência do Programa, os Conselhos passaram a ser criados por um número maior de municípios e, por conseguinte, a participação na gestão local do turismo é uma prática recente, tendo em vista que o Programa teve início em 1994 (EMBRATUR, 2002).

Desta forma, a participação ainda apresenta problemas para consolidação pela sua imaturidade. Esta consolidação implica na superação dos modelos de gestão burocrática e tradicional, enraizados em nossa cultura política, que valoriza o personalismo e o burocratismo, “[...] dois ingredientes que unidos, formam uma barreira poderosa contra a participação popular na tomada de decisões”. Entre as deficiências a serem vencidas podem ser destacadas: o centralismo e modelos personalizados de gestão, a capacitação de lideranças para formulação, gestão e fiscalização de políticas públicas, a articulação entre secretarias e integração de projetos (SOTERO, 2002, p. 20).

A importância da participação na gestão do turismo destaca-se ainda mais se considerarmos o aumento do interesse de investimentos internacionais no setor. Embora 90% das empresas turísticas do mundo sejam formadas por pequenas e médias empresas, as pressões para acesso do grande capital têm aumentado, tendo em vista as novas políticas de

liberalização do comércio, sendo observado o avanço de investimentos externos, fusões e contratos de franquia, que acabam por tirar do mercado as pequenas e médias empresas nacionais (MASTNY, 2002).

Na avaliação de investimentos no setor de turismo deve ser considerada com critério a internalização dos resultados para a população, uma vez que estudos têm comprovado que cerca de 50% da receita turística internacional obtida pelos países em desenvolvimento “*[...]acaba ‘vazando’ de volta, sob a forma de lucros auferidos por empresas estrangeiras, gastos promocionais no exterior, ou pagamentos pela importação de bens e mão-de-obra*” (MASTNY, 2002, p. 123).

Entre muitas questões, outros elementos que também devem ser considerados, dizem respeito, por exemplo, à opção por grandes empreendimentos que criam barreiras de acesso a paisagens e lugares para moradores e turistas, tendo-se em conta que acessibilidade e cidadania estão relacionados, conforme Santos (2002); ou de investimentos em áreas de circulação de turistas, em detrimento de outros investimentos necessários à população residente, que criam muitas vezes a ilusão de desenvolvimento” que não significam melhorias na qualidade de vida da população.

Essas questões e muitas outras não podem prescindir da participação na sua discussão, não podem prescindir, sobretudo, do seu encaminhamento guiado por princípios éticos em que o bem estar e a qualidade de vida sejam os referenciais das políticas de desenvolvim

5. METODOLOGIA

A questão do método de pesquisa em turismo deve seguir, segundo Dencker (1998 p. 27), a dinâmica das diferentes ciências nas quais o turismo é objeto de estudo, uma vez que se deve admitir que *“ainda hoje o turismo não se constitui em um corpo de conhecimentos independentes, com dinâmica própria”*. Suas especificidades fazem com seja influenciado por diferentes paradigmas e seu estudo deve por isso ser encaminhado, segundo a autora, com uma abordagem interdisciplinar. Também Moesch (2000, p. 14) afirma que *“a interdisciplinaridade aponta um método investigativo fecundo sob o ponto de vista epistemológico [...]”* para o turismo.

Esta pesquisa trabalha através do estudo exploratório de uma realidade, buscando respostas para o melhor entendimento do fenômeno turístico e dos problemas relativos à sua gestão para o desenvolvimento local sustentável, dentro de uma perspectiva interdisciplinar. Apóia-se nos conhecimentos adquiridos com o estudo da Ciência Ambiental, que para Leis (2001, p.3) *“por sua focalização do conjunto das inter-relações existentes dentro de um sistema faz com que seus fatores de conhecimento tenham tanta riqueza epistemológica como metodológica”*

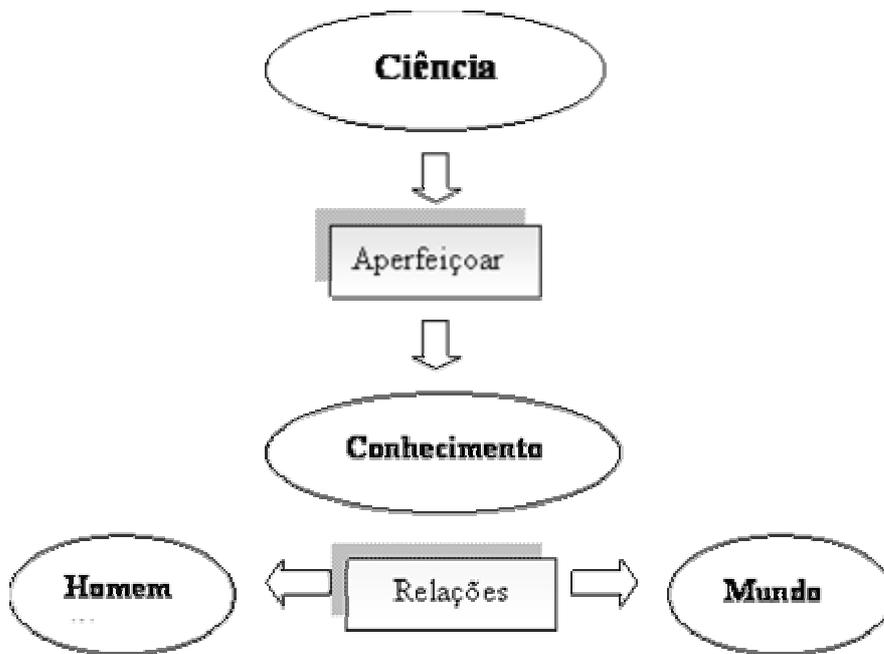


Figura 5.1: Noção de ciência que orientou a pesquisa

O método do estudo de caso, cujas características estão descritas na Figura 5.2, segundo Yin (2001), é justamente indicado nas seguintes situações:

- ✓ para a investigação de fenômenos contemporâneos;
- ✓ para explicar as relações causais de intervenções num contexto complexo da vida real;
- ✓ para descrever um contexto onde ocorreram intervenções e avaliar a extensão dessas intervenções;
- ✓ em casos onde os comportamentos não podem ser manipulados, mas onde é possível a observação e o levantamento de dados em múltiplas fontes;
- ✓ para a construção de uma teoria numa área em que a literatura disponível não é suficiente para a sua compreensão e proposição de questões causais.

Como instrumentos de coleta de dados foram utilizados: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, observação não-participante, entrevista conversacional e questionário (APENDDDICE I). A diversidade de instrumentos utilizada apóia-se na recomendação de Yin (2001) quanto ao fato de que esta opção oferece a possibilidade de cruzamento de dados e de que os limites de um instrumento de coleta sejam compensados pelas vantagens de utilização de outro.

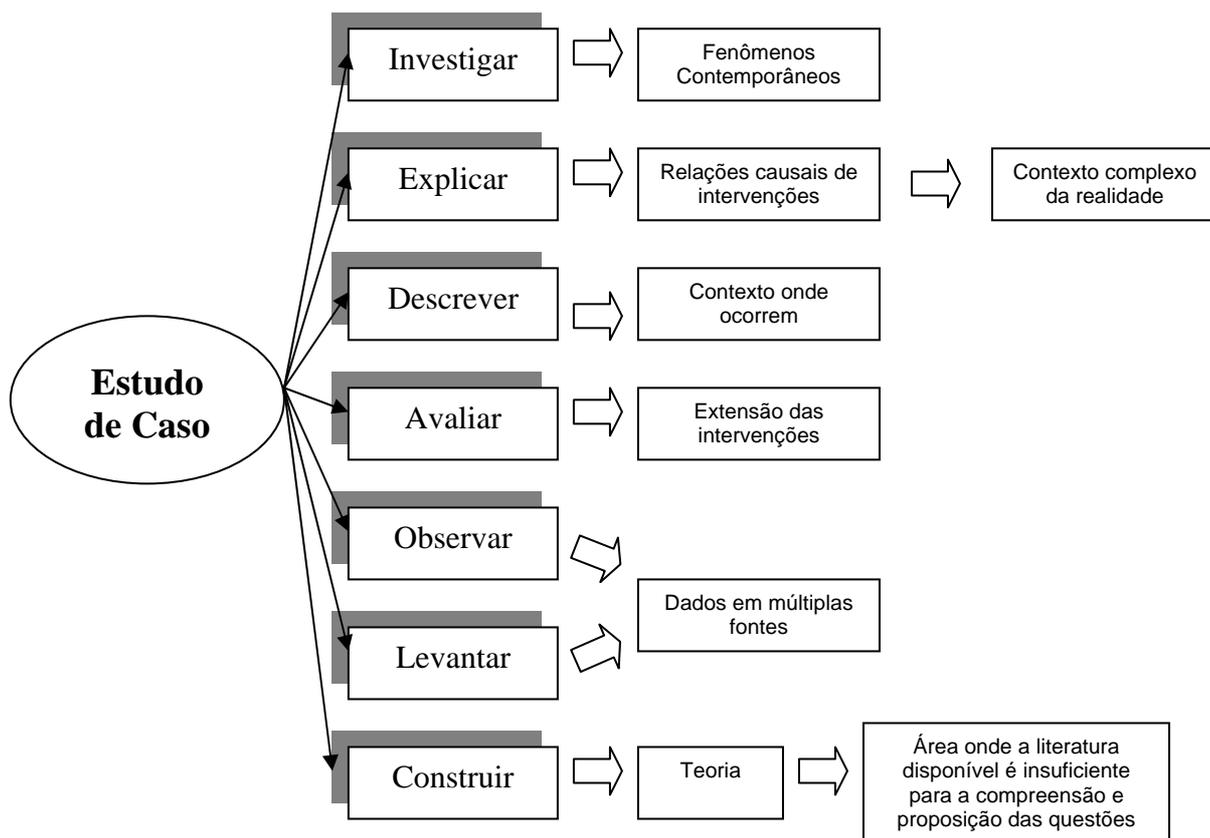


Figura 5.2 Características do Método do Estudo de Caso

A pesquisa desenvolveu-se em três momentos metodológicos inter-relacionados:

1. Primeiro momento metodológico (FIGURA 5.3):

Buscou-se identificar os Municípios Turísticos do Estado do Rio de Janeiro, através de consulta à classificação estabelecida pela EMBRATUR, para o que foi utilizada a Deliberação Normativa nº 432, de 22 de novembro de 2002 (ANEXO I).

O processo de classificação dos municípios turísticos e com vocação turística se dá a partir do formulário RINTUR – Roteiro de Informações Turísticas, com atualização anual, que possibilita a coleta de informações dos municípios para análise, avaliação e classificação com o propósito de priorizar a alocação de recursos públicos no financiamento de empreendimentos turísticos, bem como nortear as atividades de planejamento voltadas ao desenvolvimento turístico municipal.

A escolha do município para análise das relações entre turismo e desenvolvimento local sustentável se deu pelo cruzamento das informações recolhidas sobre a expressão da atividade turística nos municípios turísticos do Estado do Rio de Janeiro e de entrevista realizada junto ao órgão estadual de turismo – a TurisRio – quando se procurou saber o

desempenho dos municípios fluminenses engajados em programas que visavam o desenvolvimento sustentável do turismo. No caso, o programa considerado foi o Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT, que estava em fase de implementação, e que tem como propósito a descentralização da gestão da atividade turística e o fomento do desenvolvimento turístico sustentável nos municípios. Segundo o que foi apurado, o município escolhido, afora sua inegável expressão turística, apresentava um alto grau de mobilização dos agentes para a construção do desenvolvimento local através do turismo, com um ótimo desempenho nas oficinas realizadas pelo Programa.

Ainda neste primeiro momento teve início a revisão da literatura sobre o fenômeno do turismo, das suas relações com o paradigma do desenvolvimento sustentável e com a promoção do desenvolvimento local, através de pesquisa bibliográfica em livros, periódicos científicos e artigos disponibilizados na Internet.

Para complementação de informação sobre a atividade turística e seus reflexos na sociedade foi oportunizada a participação no Observatório de Inovação do Turismo, um programa de pesquisa e ensino do Núcleo de Estudos Avançados em Hotelaria e Turismo – NEHAT, da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas – EBAPE/FGV, que tem como objetivo o fomento ao pensamento estratégico sobre o turismo no Brasil.

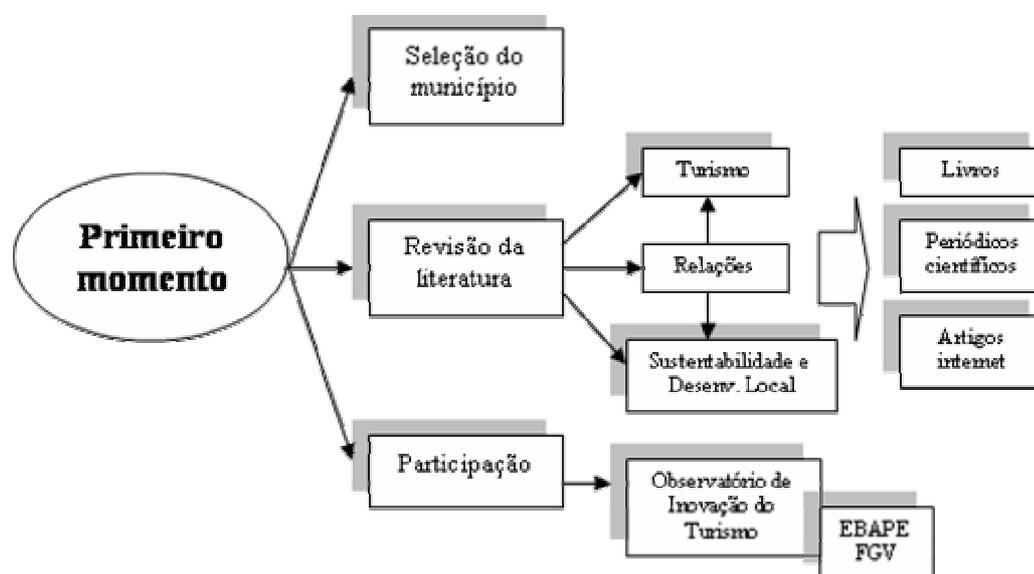


Figura 5.3 Momentos metodológicos – primeiro momento

2. Segundo momento metodológico (FIGURA 5.4):

Deu-se continuidade à revisão da literatura de forma a consolidar o domínio sobre a questão estudada e pesquisa documental sobre o município de Itaitiaia, que constou de consulta a documentos disponibilizados pelos órgãos oficiais de turismo, pelo IBGE,

Fundação CIDE, IBAMA, EMBRATUR e SEBRAE-RJ com o propósito de construir um perfil do município quanto aos aspectos econômico, social, ambiental e turístico. As informações coletadas e o referencial teórico serviram à definição das questões a serem pesquisadas e preparação do trabalho de campo.

Nesta etapa foi realizado o trabalho de campo que se deu no período de seis dias conforme cronograma (FIGURA 5.5).



Figura 5.4 Momentos metodológicos – segundo momento

O trabalho de campo, realizado entre os dias 18 e 23 de setembro de 2004, teve como objetivo:

1. a avaliação da qualidade dos atrativos turísticos em termos de conservação e atratividade;
2. a realização de entrevistas conversacionais tendo como foco a percepção dos atores quanto a importância do turismo para o desenvolvimento local e suas relações com a sustentabilidade, quanto aos efeitos positivos e impactos do turismo percebidos, e quanto ao desempenho do governo local na promoção do desenvolvimento sustentável da atividade turística no município;
3. o levantamento de dados gerais sobre o município bem como sobre o planejamento e desenvolvimento da atividade turística.

Obs: O Parque Nacional do Itatiaia, face ao seu valor como patrimônio ambiental e turístico, mereceu tratamento diferenciado quanto às questões levantadas e tempo dedicado à pesquisa. Além das questões acima enumeradas foram levantados no Parque os seguintes dados: número de visitantes nos últimos 10 anos; distribuição desses visitantes quanto a interesse; impactos da expansão do turismo no município e na conservação do Parque; atuação para a preservação do patrimônio turístico do município; atividades de educação ambiental desenvolvidas; regularização fundiária; número de funcionários, existência de plano de manejo e de estudo de capacidade de carga.

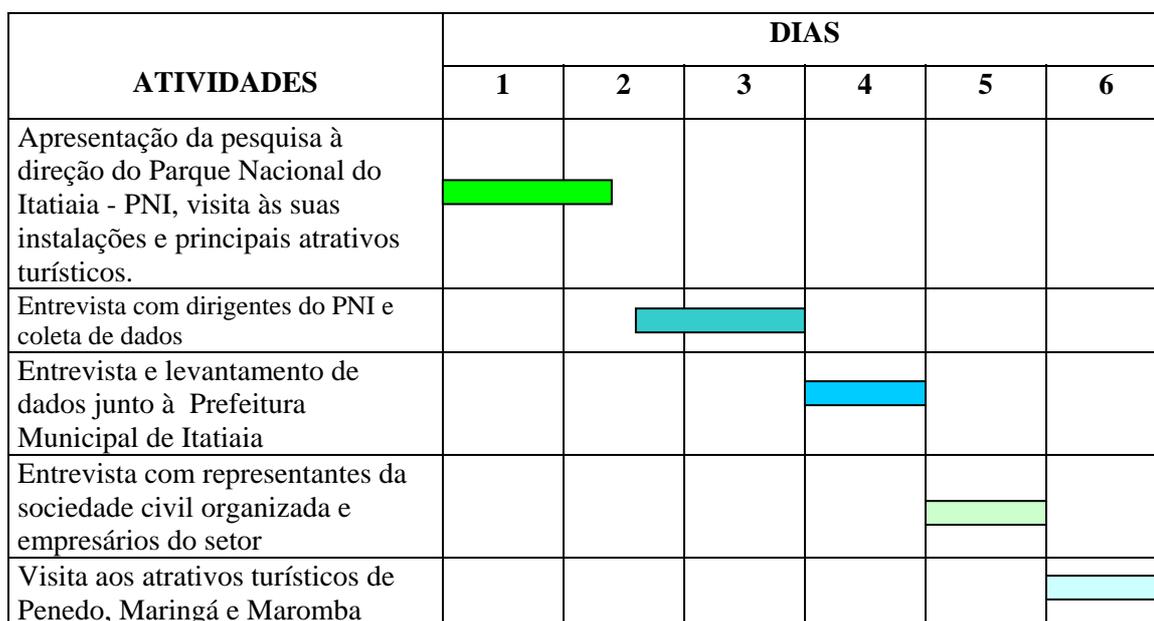


Figura 5.5 Cronograma de atividades do trabalho de campo

Apesar do tempo limitado em que transcorreu o trabalho de campo, a interação das técnicas e recursos de pesquisa – observação, entrevista conversacional e pesquisa documental – mostrou-se fonte privilegiada de informações que permitiu a comparação e cruzamento de dados, o esclarecimento de dúvidas, a definição de questões a serem levantadas através da utilização de questionário e da amostra a ser empregada.

Na oportunidade do trabalho de campo pôde-se ter acesso a documentos que constituíram fonte de grande relevância para a pesquisa, como: o Relatório de Realizações do Parque Nacional do Itatiaia: Quatriênio 2000-2003, todos os relatórios das oficinas do Programa Nacional de Municipalização do Turismo e o Plano Diretor do Município.

Foram realizadas na ocasião 10 entrevistas distribuídas conforme o cronograma (FIGURA 5.1).

Os dados levantados nas entrevistas, visitas e pesquisa documental foram consolidados e deram origem a um relatório.

Definiu-se como universo de amostra para aplicação do questionário a relação de participantes das oficinas do Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT (ANEXO II) acrescidos de outros atores indicados pelos entrevistados. A definição pelos participantes das oficinas do PNMT considerou a sua representatividade – as oficinas adotaram metodologia participativa e contaram com a participação de representantes da iniciativa privada do segmento turístico, de organizações da sociedade civil, do governo local, do Parque Nacional do Itatiaia e da academia (representada por estudantes de turismo da Universidade de Barra Mansa e de um professor da área de turismo) e o nível de informação recebida face aos objetivos do Programa (EMBRATUR, 2002) discriminados a seguir:

- ✓ Conscientizar e sensibilizar a sociedade para a importância do turismo como instrumento de crescimento econômico, de geração de emprego, de melhoria da qualidade de vida da população e de preservação do seu patrimônio natural e cultural;
- ✓ Estimular o fortalecimento das relações dos diferentes níveis do poder público com a iniciativa privada, visando o estabelecimento de parcerias para o enfrentamento dos problemas e a busca de soluções negociadas em benefício da comunidade;
- ✓ Descentralizar as ações de planejamento, de coordenação, de execução, de acompanhamento e avaliação, motivando os segmentos organizados do município, a participarem da formulação e da co-gestão do plano de desenvolvimento sustentável do turismo;
- ✓ Elevar os níveis de eficiência e eficácia da prestação dos serviços voltados para as atividades turísticas;
- ✓ Promover os meios para dotar os municípios brasileiros, de potencial turístico, de condições técnicas, organizacionais e gerenciais para o desenvolvimento das atividades turísticas do município.

O questionário foi elaborado e validado através de 10 respostas, passando por um refinamento para ajustes das questões colocadas, sendo reformulado.

Para o entendimento e análise das relações estabelecidas pelo turismo com o desenvolvimento local sustentável o questionário (APENDICE I) apresentou 30 questões de múltipla escolha que buscaram coletar dados quanto à percepção da população dos efeitos socioeconômicos, socioculturais e socioambientais do turismo, contendo espaço para anotação de comentários pessoais adicionais.

O questionário foi enviado para 70 pessoas obtendo-se um retorno de 30 respostas, ou seja, 42,86% de retorno da amostra, e para maiores esclarecimentos foram complementados

dados através de entrevista conversacional por telefone com 50% dos componentes da amostra final – 15 indivíduos.

3. Terceiro momento metodológico (FIGURA 5.6):

Nesta etapa foi realizado o tratamento, consolidação e análise dos dados coletados através dos questionários, assim como das demais informações levantadas sobre a atividade turística no município, frente aos pressupostos do desenvolvimento sustentável e do turismo sustentável apresentados no Capítulo 2, e do desenvolvimento local, apresentados no Capítulo 3, o que conduziu à avaliação e estabelecimento de considerações sobre a sustentabilidade do turismo no Município de Itatiaia e proposição de sugestões para sua gestão tendo em vista o desenvolvimento local sustentável.

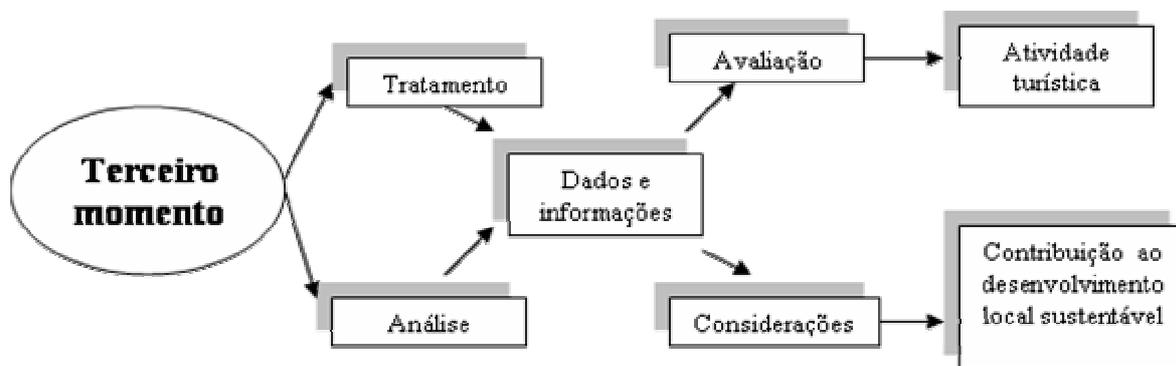


Figura 5.6 Momentos metodológicos – terceiro momento

naturista, fundada nos princípios da solidariedade e liberdade. Inicialmente voltados para a agricultura, inclusive para a produção de plantas medicinais tropicais, os finlandeses logo descobriram que as terras degradadas pelas práticas da cafeicultura, déficit hídrico - 5 meses ao ano, e características do solo colocavam grandes obstáculos à realização dos seus sonhos. Este problema, associado à saudade da terra natal e a dificuldades de adaptação fez com que muitos retornassem à Finlândia. Os que aqui ficaram começaram então a diversificar as atividades, dando início à fabricação de saunas, à exploração da hotelaria e do artesanato, junto a grupos de alemães e suíços que chegavam à região, atraídos pelo clima agradável e pela promessa de terra farta e gratuita (EMATER, 1996).

As vilas de Maringá e Maromba remontam à divisão das terras da Serra da Mantiqueira e constituição de dois núcleos coloniais para a produção de legumes e frutas por imigrantes estrangeiros no início da era republicana. Dificuldades no escoamento da produção e acesso à região levaram ao fracasso da iniciativa. Nova tentativa se deu na primeira década do século XX quando ocorreu uma alta rotatividade de colonos com predominância daqueles de origem suíça e alemã. Alguns ali fixaram residência, e em 1922 as famílias Büttner e Bühler recebem os primeiros turistas nas suas casas. Na década de 1980, a região que tinha na pecuária sua principal atividade econômica começa a intensificar a atividade turística em vista da grande procura de veranistas que buscavam o local como opção de descanso e lazer. Atualmente a maior parte dos estabelecimentos comerciais e de serviços existentes nas duas vilas está voltada para o turismo; hotéis, pousadas, restaurantes, lojas de artesanatos espalham-se por toda a localidade (COUTO, 1998).

A vocação turística do município também foi percebida por cientistas e pesquisadores que percorriam a região para estudos da rica fauna e flora local. Em 1913, na reunião da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, o geógrafo suíço José Hubmayer, ao fazer a indicação de criação do Parque Nacional do Itatiaia declarava que a região oferecia:

“[...] aos cientistas e estudiosos, inesgotável potencial para as pesquisas mais diversas, além de oferecer um retiro ideal para a reconstituição física e psicológica após o trabalho exaustivo na cidade. Outrossim, apresentaria fonte de satisfação a excursionistas e visitantes curiosos dos atrativos da natureza local” (Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2000).

Um novo surto migratório e expansão da cidade acontecem a partir de 1950 com a inauguração da Rodovia Presidente Dutra e construção da Hidroelétrica do Funil, quando indústrias como a Xerox (hoje Flextonics), Michelin, Refinações de Milho do Brasil e Cremogema (hoje Biochimico) instalam-se no município, e o turismo conhece um novo ritmo

de crescimento que vai definido o perfil da região como uma das mais prósperas nessa atividade no estado do Rio de Janeiro, nos dias de hoje (SILVA, 2002).

Em 02 de março de 1938, Campo Belo é elevada a vila, e em 31 de dezembro de 1943 o então distrito de Resende, passa a receber o nome de Itatiaia, que em tupi-guarani significa “pedra cheia de pontas” - ita, pedra e tiãã, ponta -, uma clara alusão aos contornos da serra da Mantiqueira ali presentes (SANTOS e ZIKAN, 2000). Mas apenas em 06 de julho de 1988 o município vem a ser criado, se desmembrado de Resende através da Lei Estadual nº 1330, sendo estabelecida a sua área em 204 km². Sua sede é elevada a cidade em 01 de junho de 1989 e um ano depois, em 13 de junho de 2000, dá-se a criação da Comarca do Município de Itatiaia (EMATER, 1996; TCE-RJ, 2004; SILVA, 2002).

6.2 Localização e acesso

O Município de Itatiaia, no Estado do Rio de Janeiro, situa-se na confluência do paralelo 22°29’46” de latitude sul e do meridiano 44°33’48” de longitude oeste, a 390 metros do nível do mar, fazendo fronteira à leste, oeste e sul com o município de Resende e ao norte com o município de Bocaina de Minas, MG. Localizado às margens da rodovia federal Presidente Dutra, BR-116, e do curso médio do Rio Paraíba do Sul, o município dista 160 km do Município do Rio de Janeiro e 250 km de São Paulo (CRESCENTE FERTIL, 2004), (Figura 6.1).

O município pertence à Região do Médio Paraíba, que também abrange os municípios de Barra do Piraí, Barra Mansa, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Valença e Volta Redonda (TCE-RJ, 2004).

O principal eixo do município é a rodovia Presidente Dutra, que alcança Resende a leste e a oeste. A BR-485 faz o acesso para o Parque Nacional do Itatiaia, a RJ-163 acessa Penedo e Visconde de Mauá, em Resende, sendo que o último trecho não tem pavimentação, e a RJ-151 acessa Maringá e Maromba (PMI, 2005; TCE-RJ, 2004).

O município é suprido pelo aeroporto de Resende, com capacidade para aeronaves de até 50 passageiros e cargas de até 7 toneladas (PMI, 2005).

O acesso pela rodovia Presidente Dutra, o principal eixo do município, é feito com entrada na altura do km 317, saindo do Município do Rio de Janeiro. A localização e distância do município em relação a importantes centros urbanos da região sudeste é apresentado no Mapa de Localização Estratégica (Figura 6.1).

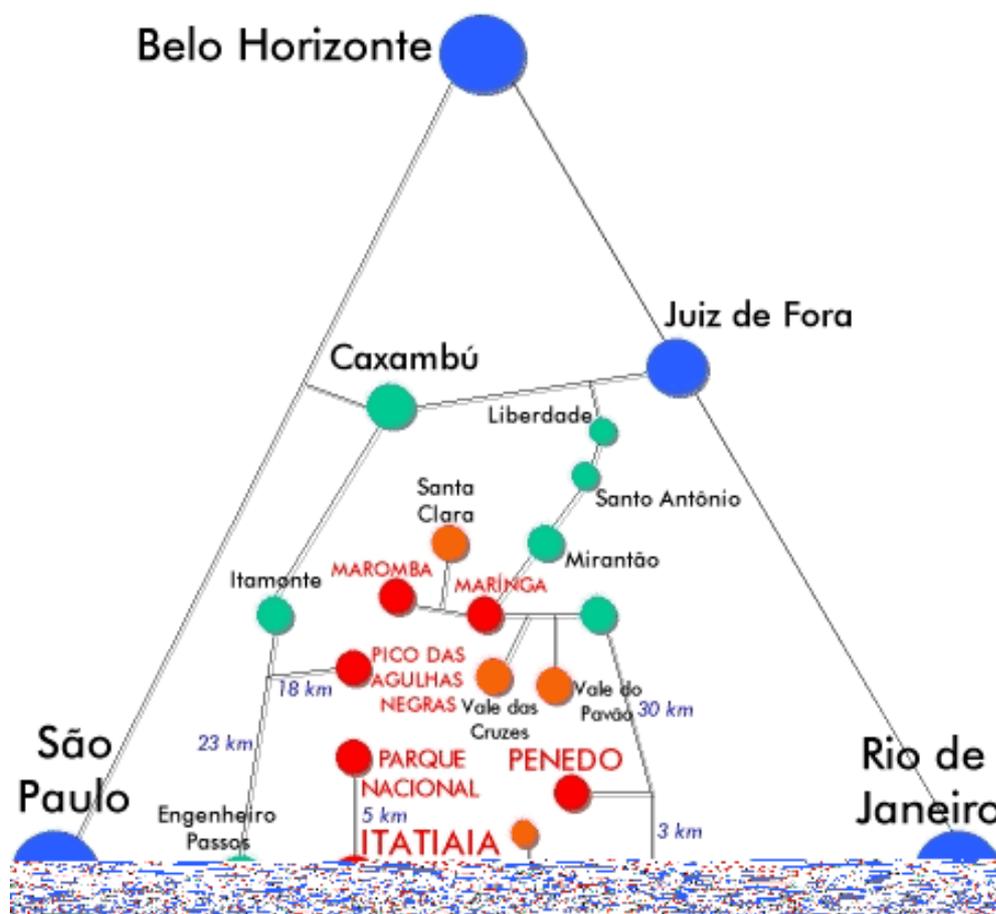


Figura 6.1 Mapa de localização estratégica

(Fonte: http://www.crescentefertil.org.br/parquenacional/br/parquenacional/index_br_parque.htm, 2004).

6.3 Aspectos gerais

Com uma área de 241,9 km² que corresponde a 3,9% da Região do Médio Paraíba, Itatiaia possui apenas o distrito sede – Itatiaia (TCE-RJ, 2004) e é dividido em regiões administrativas. Compõem o município as seguintes regiões: Alto Penedo, Belos Prados, Benfica, Campo Alegre, Cazunga, Centro, Country Club, Fazendinha, Jardim das Rosas, Jardim Lugano, Jardim Martinelli, Jardim Nova Itatiaia, Jardim Paineiras, Maringá (Vale das Cruzes e do Pavão), Maromba, Marechal Jardim, Nhangapi, Penedo, Vale dos Reis, Vila de Furnas, Vila Flórida, Vila Maia, Vila Odete, Vila Paraíso (IBAM, 1998). Sua inserção na microrregião geográfica é apresentada na Figura 6.2.

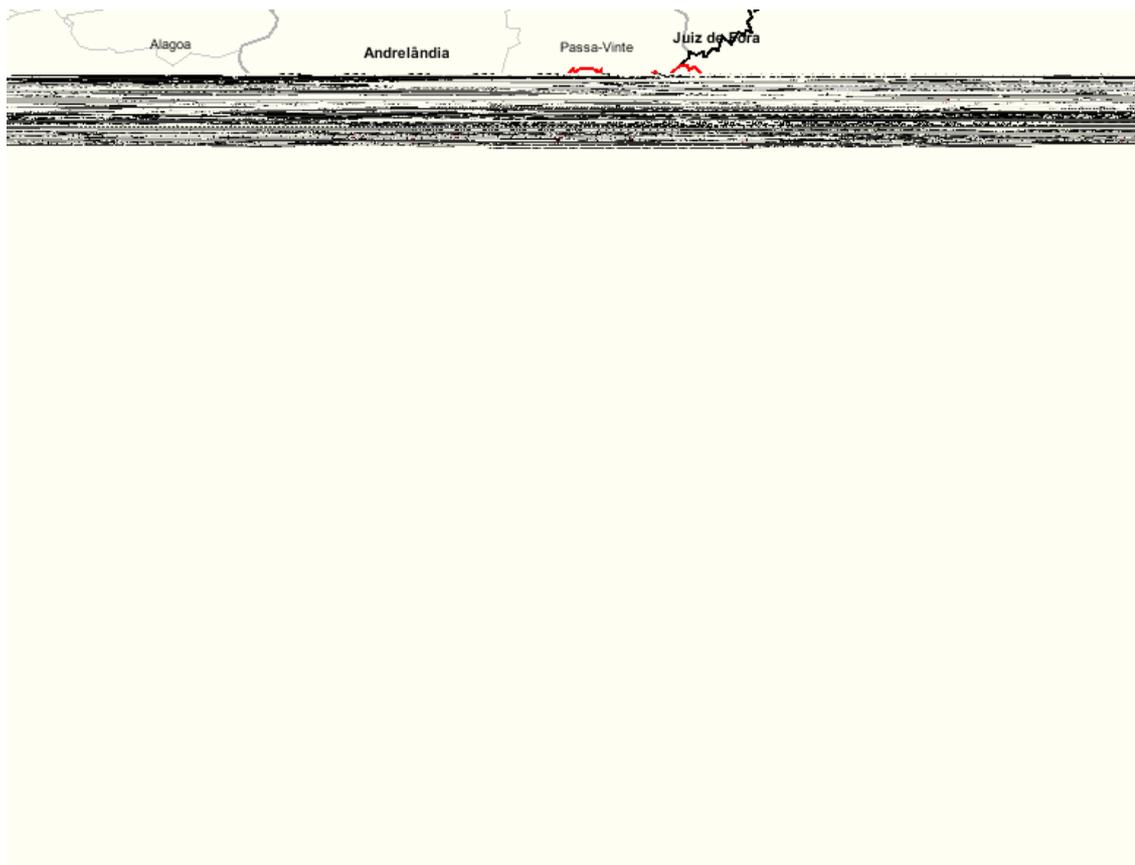


Figura 6.2 Mapa de localização do município na microrregião geográfica

(Fonte: IBGE/ SIDRA - Sistema IBGE)

através do Decreto 1713, de 14 de junho de 1937, com 30.000 ha de área, sendo que sua área de atuação abrange 10 km de largura além de seus limites, totalizando uma área de 120.000ha. A maior parte da área do Parque pertence ao Estado do Rio de Janeiro, em terras dos municípios de Resende e Itatiaia (onde está situada a sua sede), e o restante a Minas Gerais, em parte dos municípios de Bocaina de Minas, Alagoa e Itamonte, estendendo-se na direção Oeste até a divisa de São Paulo (IBAMA, 2004; SEABRA, 1999).

Distinguem-se, de um modo geral, duas grandes formações vegetais no município: a floresta pluvial baixo-montana, entre 300 e 800 metros e a floresta pluvial Montana, a partir de 800 metros – o trecho mais exuberante da Mata Atlântica, onde as grandes árvores entrelaçam-se formando um dossel com epífitas e lianas, que a diferencia da Mata Amazônica (EMATER, 1996).

No Parque Nacional do Itatiaia destacam-se três grandes formações vegetais, cujo detalhamento está representado no mapa “Cobertura Vegetal, Uso e Ocupação da Terra”, (Figura 6.3): a formação da região sul – Floresta Higrófila Subtropical, em altitudes entre 600 e 1.800 m; Campos de Altitude a partir de 1.600 m e formação da região Norte – situada na sombra dos ventos da Mantiqueira, entre 1.500 e 2.200m (IBAMA, 2004).

Destacam-se na sua paisagem quaresmeiras, fedegosos, imbaúbas, cedros, perobas-rosa, jacarandás-caviúna, palmitos-juçara e samambaias, nas áreas até 2000 m; pinheiro-doparaná e pinheirinho-bravo, na encosta do planalto, e as gramíneas como os bambuzinhos, orquídeas e bromélias, entre as quais a bromélia *Fernesea itatiaie*, que se encontra ameaçada de extinção, nos Campos de Altitude. O planalto do Itatiaia possui registrados 163 casos de espécies endêmicas, e nas áreas de floresta primária podem ser encontradas espécies com até 30 metros de altitude, que são parte deste ecossistema que está entre os de maior biodiversidade do mundo (SEMADS/RJ, 2001).

A fauna do Itatiaia também é rica e exuberante, possuindo o Parque significativa importância na preservação de aves. Com 294 espécies, as aves representam hoje o maior grupo faunístico com 42 formas vivendo na região mais elevada. Uma grande variedade de beija-flores, os tucanos-de-bico-verde, as saíras e guachos, sobressaem e atraem visitantes internacionais. Os mamíferos totalizam 67 espécies e contribuem com 16 formas residentes no planalto. Entre eles destacam-se espécies ameaçadas como o muriqui (maior primata neotropical), sagüi, onça, suaçuarana, lobo-gurá, harpia e jacutinga; a preguiça e a lontra também são frequentes no Parque. Na parte baixa, são encontradas espécies como o caxinguelê, a paca, o quati e, até mesmo, espécies de maior porte como a anta. Na parte alta, são comuns os ratos-do-mato e os cachorros-do-mato. Entre os répteis podemos destacar as jararacas-da-serra (altamente venenosas) e as jibóias.



Figura 6.3 Mapa da Cobertura Vegetal, Uso e Ocupação da Terra

(Fonte: SANTOS, 2004. Disponível em: <http://www.fbds.org.br/IMG/doc-15.pdf>).

Sua fauna, entretanto, está bastante reduzida como resultado das constantes agressões sofridas ao longo do tempo (SEMADS/RJ, 2001; IBAMA, 2004).

A flora e a observação de aves são o principal motivo de atração de turismo estrangeiro no Parque, em particular nos meses de primavera.

6.3.3 Caracterização do uso e cobertura do solo

De acordo com os estudos da Fundação CIDE (2004), que comparam as áreas cobertas por remanescentes de cobertura vegetal com as ocupadas pelos diversos usos do solo – o Índice de Qualidade de Uso do Solo e da Cobertura Vegetal (IQUS) –, o mapeamento do Estado do Rio de Janeiro tem o perfil apresentado na Tabela 6.1.

Tabela 6.1: Classificação do IQUS no Estado do Rio de Janeiro

IQUS	Características
Rodeio	Maior percentual de pastagens; presença de pequenas manchas urbanas; pequena influência de formações originais
Rural	Maior percentual de formações originais e de áreas agrícolas; presença de áreas urbanas, degradadas e de vegetação secundária; quase nenhuma influência de pastagens
Nativo	Maiores áreas de formações originais e de pastagens; presença de vegetação secundária e áreas agrícolas; pouca influência das áreas urbanas e degradadas
Verde	Grandes áreas de formações originais e/ou de vegetação secundária; menores valores percentuais de áreas urbanas, agrícolas, de pastagens ou degradadas
Metrópole	Maior percentual de áreas urbanas

(Fonte: Fundação CIDE, 2004)

Com base em levantamento realizado em 1994, o município de Itatiaia estava classificado no cluster M1 – Nativo/Rodeio, agrupamento com domínio de pastagens seguidas de formações originais e com menor percentual de vegetação secundária. À época Itatiaia possuía 42% de floresta ombrófila densa, 11% de vegetação secundária, 34% de pastagens e 6% de afloramento rochoso e campos de altitude (TCE-RJ, 2004).

Este quadro, em 2001, apresenta consideráveis alterações. Houve uma redução para 40% de formações florestais, a vegetação secundária reduziu de 11 para 5%, ocorreu um crescimento de afloramento rochoso e campos de altitude para 11%, e um aumento para 36% de campos de pastagem. Neste período a área urbana passou de 1,9% para 4,7% do território municipal. O município passou então a ser classificado como do cluster 02 – Nativo/Rodeio (TCE-RJ, 2004).

De acordo com o IQM-Verde II, uma atualização ampliada do IQM-Verde – avança no tratamento das questões relacionadas à importância da preservação e regeneração da cobertura florestal do Rio de Janeiro –, houve um aumento de 2,1% no percentual médio das áreas urbanas no Estado entre 1994 e 2001, mas entre 1966 e 2001 observou-se também no Estado um processo de regeneração natural, que constitui a classe de vegetação denominada Vegetação Secundária, de 2,9% correspondendo a áreas antes ocupadas pela agropecuária. Os municípios com maior percentual de acréscimo de florestas em diferentes estágios de

regeneração estão relacionados na Tabela 6.2, entre eles, somente um – Resende, pertence à microrregião na qual está inserida Itatiaia (Fundação CIDE, 2004; TCE-RJ, 2004).

Tabela 6.2: Municípios do RJ com maior acréscimo de vegetação secundária.

Municípios	(%)
Cordeiro	35,95
Trajano de Morais	22,24
Teresópolis	22,06
Resende	21,64
Porciúncula	19,14
Varre-Sai	19,00
São José do Vale do Rio Preto	18,90
Bom Jardim	17,75
Areal	16,94
Tanguá	16,84

(Fonte: Fundação CIDE, 2004).

Em contraposição, houve uma diminuição nos percentuais de formação florestal, formações pioneiras e de áreas degradadas. O mapeamento dos principais usos do solo e cobertura vegetal no Estado do Rio de Janeiro no período de 1994 – 2001 apresentou evolução conforme Tabela 6.3.

Tabela 6.3: Mapeamento dos principais usos do solo no RJ

Uso do Solo	Área em 1994 (km²)	%	Área em 2001 (km²)	%
Pastagens	19.556	44,5	21.669	49,4
Florestas ombrófilas densas	7.291	16,6	4.211	9,6
Vegetação secundária	6.814	15,5	8.071	18,5
Área agrícola	4.135	9,4	4.167	9,5
Formações pioneiras (restingas, manguezais, praias e várzeas)	1.900	4,3	1579	3,6
Área urbana	1.846	4,2	2.763	6,3
Área degradada	506	1,2	132	0,3
Afloramento rochoso e campos de altitude	241	0,5	175	0,4

(Fonte: Fundação CIDE, 2004; TCE-RJ, 2004)

Com relação à variação da cobertura de florestas e de vegetação secundária dos municípios que compõem a microrregião do Vale do Paraíba, no período de 1966 a 2001, o estudo apresentou perfil conforme Tabela 6.4.

O IQM-Verde II também definiu as áreas para o estabelecimento de corredores prioritários, ou corredores ecológicos, para a interligação de fragmentos florestais. A fragmentação, que é responsável pelo rompimento dos mecanismos de auto-regulação e de pressão sobre os recursos existentes aumenta o risco de extinção de espécies da flora e da fauna, sendo o estabelecimento de corredores apontado como uma estratégia vital, não apenas

para as condições de manutenção, replantio e proteção, como para a redução de custos de implantação (Fundação CIDE, 2004).

Tabela 6.4: Variação de florestas e vegetação secundária no Vale do Paraíba, 1966–2001

Município	%
-----------	---

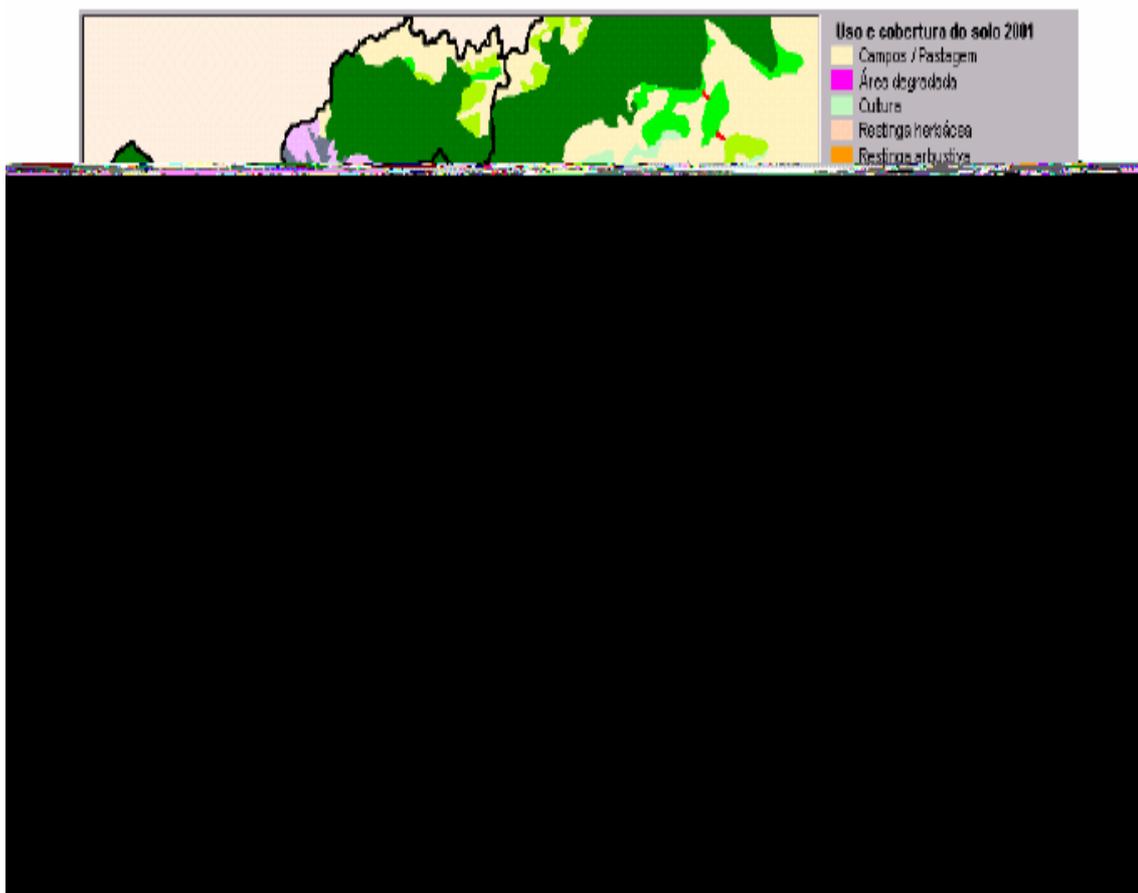


Figura 6.4 Mapa de uso do solo e definição de áreas para implantação de corredores ecológicos

(Fonte: Fundação CIDE 2004); TCE-RJ, 2004).

A população do município correspondia a 3,2% do contingente da Região do Médio Paraíba, tendo apresentado uma taxa média geométrica de crescimento, no período de 1991 a 2000, de 4,91% ao ano, contra 1,37% na região e 1,28% no Estado. (TCE-RJ, 2002).

A distribuição por faixa etária, segundo o censo 2000 apresentava predominância de população economicamente ativa, crianças e jovens, conforme Tabela 6.5.

Tabela 6.5: Distribuição por faixa etária da população

Faixa Etária	Nº de Pessoas
0 a 17 anos	8.241
18 a 49 anos	12.714
Acima de 50	3.784

(Fonte: IBGE / Cidades@, 2004)

6.4.2 Indicadores sociais

No que se refere ao IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, índice que avalia as condições sociais dos municípios brasileiros com relação à educação, renda e expectativa de vida, os cinco estados com melhor classificação, pela ordem, os únicos que alcançaram o início da faixa de alto desenvolvimento humano (IDH varia de zero a um) são: Distrito Federal, São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Rio de Janeiro, este, com índice de 0,802 (TCE-RJ, 2004).

Dentre os oito municípios do Estado do Rio de Janeiro com alto desenvolvimento humano, inclui-se Itatiaia, com exatos 0,800, ocupando a oitava posição do estado. Com relação aos componentes do índice, o município apresentou a seguinte composição: IDH-M Educação: 0,895 – com o 15º lugar, IDH-M Esperança de Vida: 0,783 – 9ª posição, e IDH-M – Renda: 0,722 – ocupando o 20º lugar (TCE-RJ, 2004).

Embora sendo o 15º colocado no componente Educação, o município destaca-se dentro do estado, com um desempenho superior a ele, na sua população com quatro a sete anos de estudo, apresentando, entretanto, um perfil inferior na sua população com um maior nível de instrução (FIGURA 6.5).

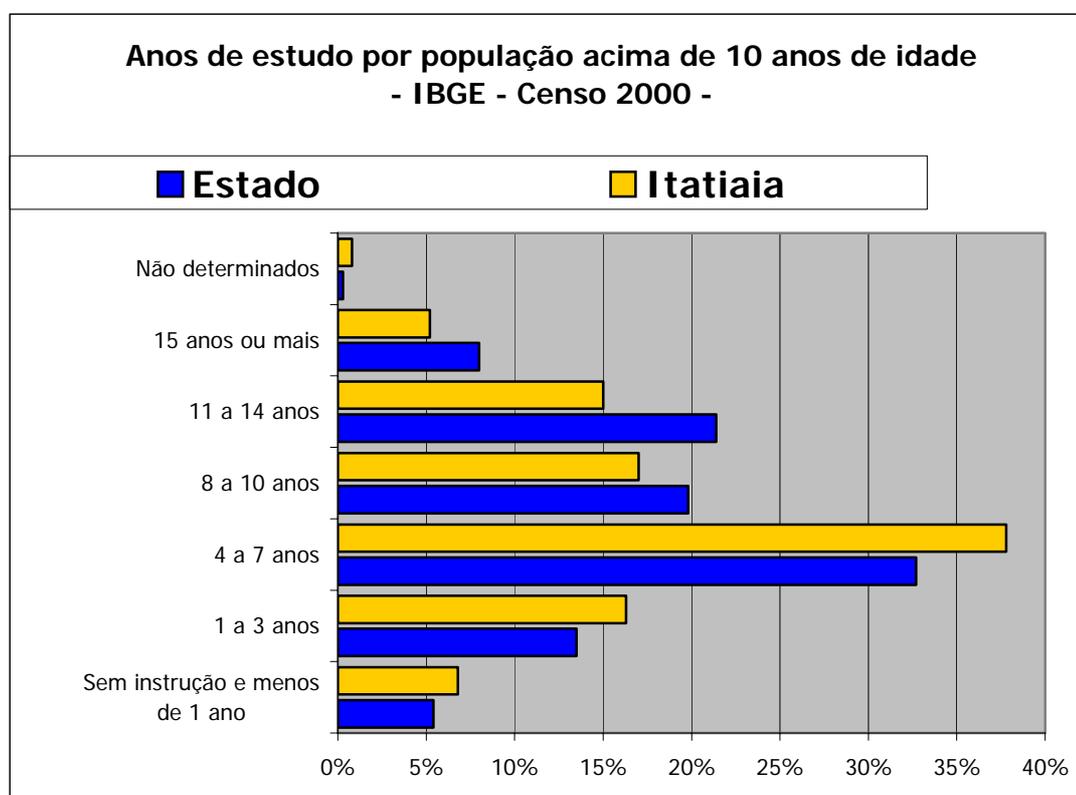


Figura 6.5 Quadro Comparativo da Escolaridade: Itatiaia e Estado do Rio de Janeiro
(Fonte: TCE-RJ, 2004).

Em 1998, com a finalidade de fornecer elementos para um planejamento estratégico que fornecesse elementos para redirecionar as desigualdades regionais dentro do Estado do Rio de Janeiro, a Fundação CIDE lançou o IQM – Índice de Qualidade dos Municípios, que classifica os municípios fluminenses quanto ao seu potencial e condições para o crescimento e desenvolvimento. O índice apresenta uma classificação dos municípios a partir de sete grupos de indicadores: (i) centralidade e vantagem locacional - CEN, que representa a capacidade do município de estabelecer vínculos com os mercados vizinhos; (ii) qualificação da mão-de-obra - QMA, representando o padrão de formação educacional em termos de especialização e profissionalização; (iii) riqueza e potencial de consumo - RIQ, medindo a riqueza do município em termos de produção e nível de rendimentos da população; (iv) facilidades para negócios - FAC, que demonstra as facilidades locais em termos de estabelecimento e operação das empresas e seus funcionários; (v) infra-estrutura para grandes empreendimentos - IGE, medindo a presença de condições favoráveis à implantação e operação de grandes empreendimentos; (vi) dinamismo - DIN, que demonstra o dinamismo da economia local em termos de existência de serviços especializados e o nível de suas atividades; (vii) cidadania - CID, indicando as condições de atendimento às necessidades básicas da população – saúde, segurança, justiça e lazer.

A classificação do Município de Itatiaia no IQM em relação à capital do estado e à região em que está inserido está apresentado na Tabela 6.6, onde se observa que Itatiaia tem à sua frente na região apenas os municípios de Resende e Volta Redonda.

Tabela 6.6: Classificação municipal quanto ao IQM – relação com a capital e sua região

Região / Município	Classificação	IQM
Rio de Janeiro	1	1,000
Região do Médio Paraíba		
Resende	3	0,5701
Volta Redonda	5	0,4530
Itatiaia	11	0,3626
Barra Mansa	13	0,3559
Piraí	18	0,3329
Valença	26	0,2803
Barra do Piraí	29	0,2777
Rio das Flores	39	0,2293
Porto Real	43	0,2163
Pinheiral	46	0,2103
Rio claro	61	0,1726
Quatis	67	0,1619

(Fonte: Fundação CIDE , 2004).

O desempenho de Itatiaia, 11º colocado no *ranking* estadual de IQM e 3º colocado na Região do Médio Paraíba, quanto aos indicadores componentes do índice, é apresentado na Tabela 6.7.

Tabela 6.7: Desempenho de Itatiaia quanto aos indicadores do IQM

Município /IQM	CEN	QMA	RIQ	FAC	IGE	DIN	CID
11	79	11	5	18	27	11	41

(Fonte: Fundação CIDE, 2004).

De acordo com os indicadores, o município está, portanto, com uma boa classificação nos componentes RIQ, com um bom perfil em termos de produção e nível de rendimentos da população, em QMA, ou seja, no padrão de formação educacional em termos de especialização e profissionalização, e DIN, o componente que avalia o dinamismo da economia local em termos de existência de serviços especializados e o nível de suas atividades. Sua pior avaliação ficou em termos de CEN – sua capacidade de constituir vínculos com os mercados vizinhos, e CID – suas condições de atendimento às necessidades básicas da população.

Quanto à definição de carências municipais estabelecidas pela Fundação CIDE no IQM – Carências, que buscou retratar a distância entre a realidade dos municípios fluminenses e aquela considerada ideal, ou seja, onde se vivencia um elevado grau de equidade e cidadania, medindo a qualidade de vida em termos de educação, saúde, habitação, saneamento, mercado de trabalho, comércio, segurança, transportes, comunicações, esporte e lazer, participação comunitária e descentralização administrativa, o município ficou classificado no 67º lugar entre os noventa e um municípios do Estado do Rio de Janeiro, com um índice de 50,2%. O índice no Estado do Rio de Janeiro oscilou entre 32,4% no Município do Rio de Janeiro e 64,0% no Município de Japerí.

Na análise, convém observar, quanto maior o percentual do índice, maior o nível de carência, e quanto mais alta a classificação no *ranking*, mais baixo é o índice de carência.

O índice utilizou uma pirâmide de necessidades como base para o cálculo dividida em três níveis: (i) nível 1: correspondente à base da pirâmide, representando as necessidades básicas ampliadas – aquelas decorrentes das novas possibilidades e exigências da vida moderna; (ii) nível 2: correspondente ao nível intermediário, representando a possibilidade de acesso a serviços e bens que não só permitem resolver as necessidades básicas, assim como ter possibilidades concretas de desenvolvimento humano; (iii) nível 3: o topo da pirâmide, o ideal de qualidade de vida, onde, dentro de espírito de equidade e justiça, todos têm direito ao pleno desenvolvimento de seu potencial e auto-satisfação.

Com relação ao 1º nível da pirâmide do IQM – Carências, Itatiaia está em 76º lugar no Estado, com um percentual de 41,2% (Figura 6.6). Já com relação ao 2º nível da pirâmide do IQM – Carências, o município está em 52º lugar no Estado, com um percentual de 61% (Figura 6.7). Finalmente, com relação ao 3º nível da pirâmide do IQM – Carências, Itatiaia está em 55º lugar no Estado, com um percentual de 62,6% (Figura 6.8).

O Município, portanto, obteve um percentual abaixo de 50%, ou seja, um menor nível de carências apenas no primeiro nível da pirâmide – aquele que considera as necessidades básicas ampliadas, cuja satisfação garante uma sobrevivência com dignidade.

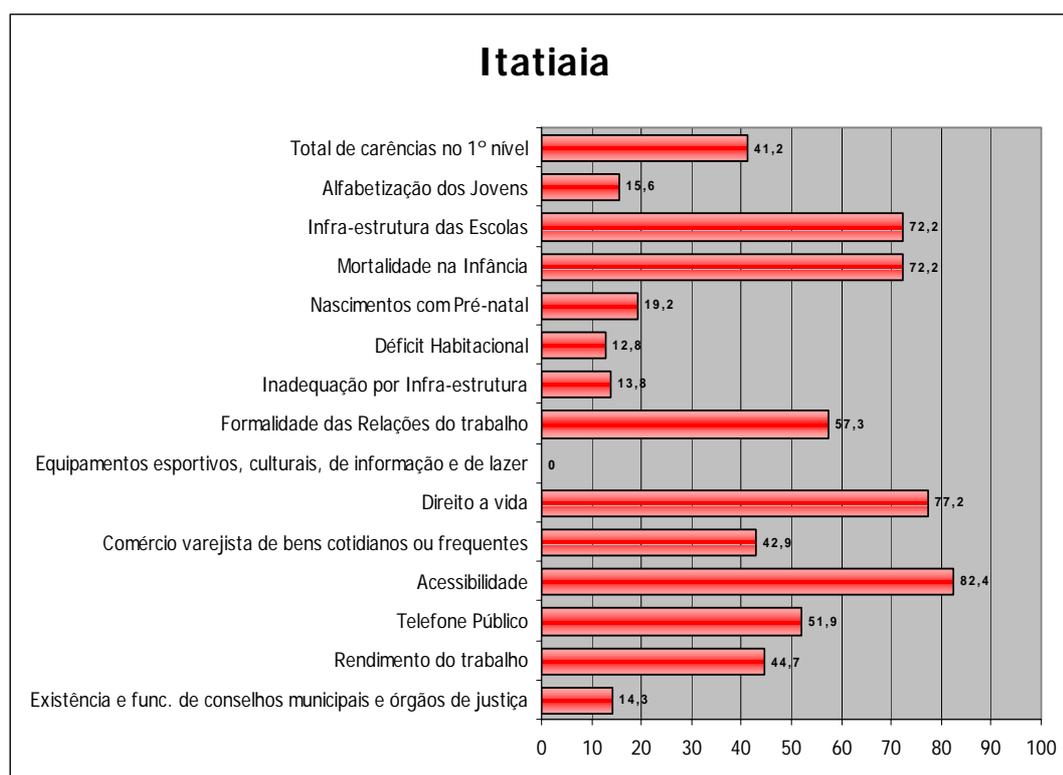


Figura 6.6 Indicadores da pirâmide de IQM-Carências / 1º nível

(Fonte: TCE-RJ, 2003).

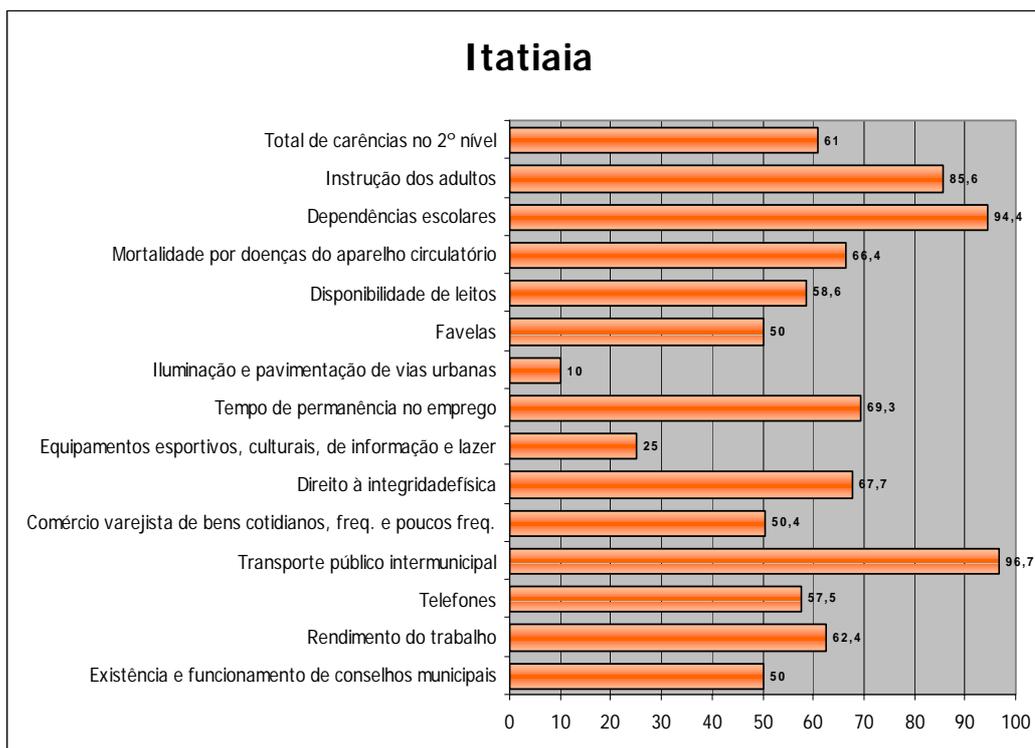


Figura 6.7 Indicadores da pirâmide de IQM-Carências/2º nível

(Fonte: TCE-RJ, 2003)

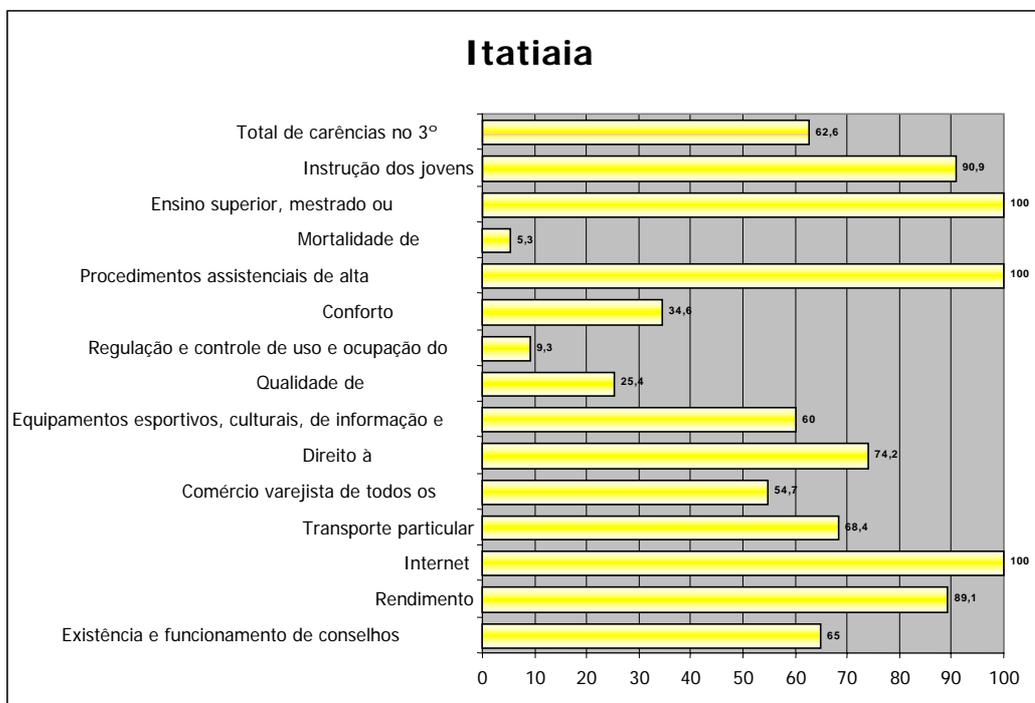


Figura 6.8 Indicadores da pirâmide de IQM-Carências/3º nível

(Fonte: TCE- RJ, 2003)

6.4.3 Indicadores Econômicos

Com um PIB *per capita* de R\$29.319,00 em 2002 – segunda colocação no estado, o município teve a renda média *per capita* aumentada em 23,04% entre os anos de 1991 e 2000, passando de R\$240,46 para R\$295,87. No mesmo período a desigualdade diminuiu no município, cujo Índice de Gini, que visa medir a igualdade (ou desigualdade) na distribuição, por exemplo, da renda, de serviços educacionais ou saúde, variando de zero, quando indica uma situação teórica de igualdade, a um, indicando uma situação de extrema desigualdade, passou de 0,58 para 0,55 (TCE-RJ, 2004).

Em se tratando da produção local por setor econômico o município apresentou desempenho comparado aos demais, nos anos de 1998 e 2002, conforme Tabela 6.8.

Como se pode observar o município apresenta um desempenho relevante na Prestação de Serviços - onde obteve a melhor classificação -, setor este que pode ser diretamente relacionado à atividade turística.

Tabela 6.8: Desempenho municipal por setor econômico

Setor	Produção (1000 reais)	Ranking 2002	Ranking 1998
Agropecuária	2.403	60°	75°
Extração Mineral	0	ausente	64°
Indústria de Transformação	301.492	11°	12°
Comércio atacadista	176	59°	65°
Comercio varejista	5.667	41°	44°
Construção civil	7.689	58°	47°
Serviços industriais de útil. Pública	42.021	19°	22°
Transportes	15.896	28°	28°
Comunicações	5.248	45°	41°
Instituições financeiras	2.005	55°	70°
Administração pública	19.833	33°	36°
Aluguéis	35.609	47°	53°
Prestação de serviços	373.695	10°	10°
Total dos setores	811.734		
PIB a preços básicos	778.766	19°	22°

(Fonte: TCE- RJ, 2003).

A composição do PIB do município nos anos de 2000 (Figura 6.9) e 2002 (Figura 6.10) comprova a importância do setor de serviços, embora tenha sofrido uma redução de 4%.

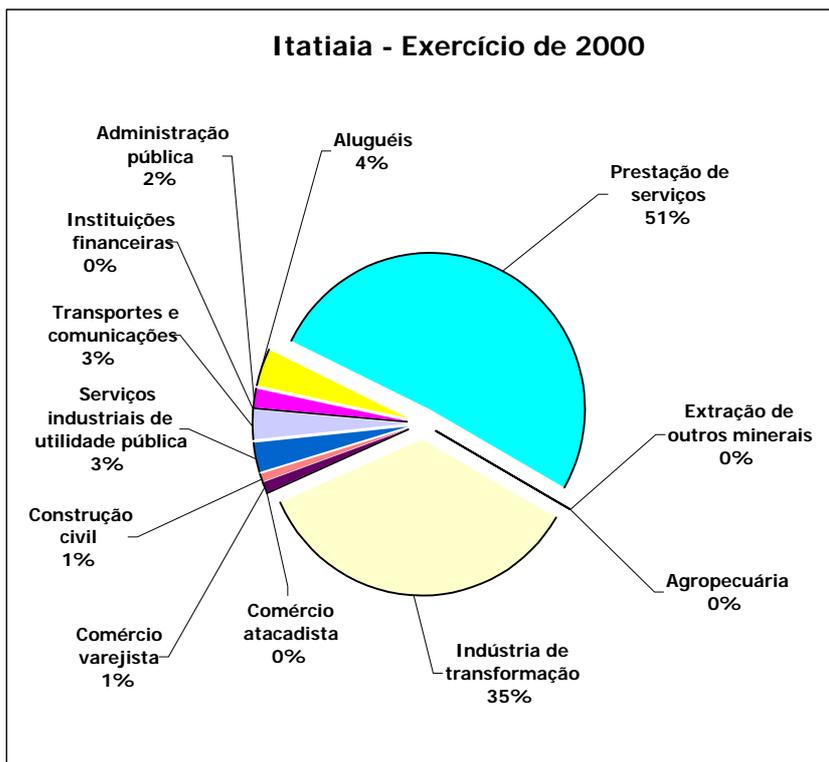


Figura 6.9 Composição do PIB municipal – exercício de 2000
(Fonte: TCE – RJ, 2003)

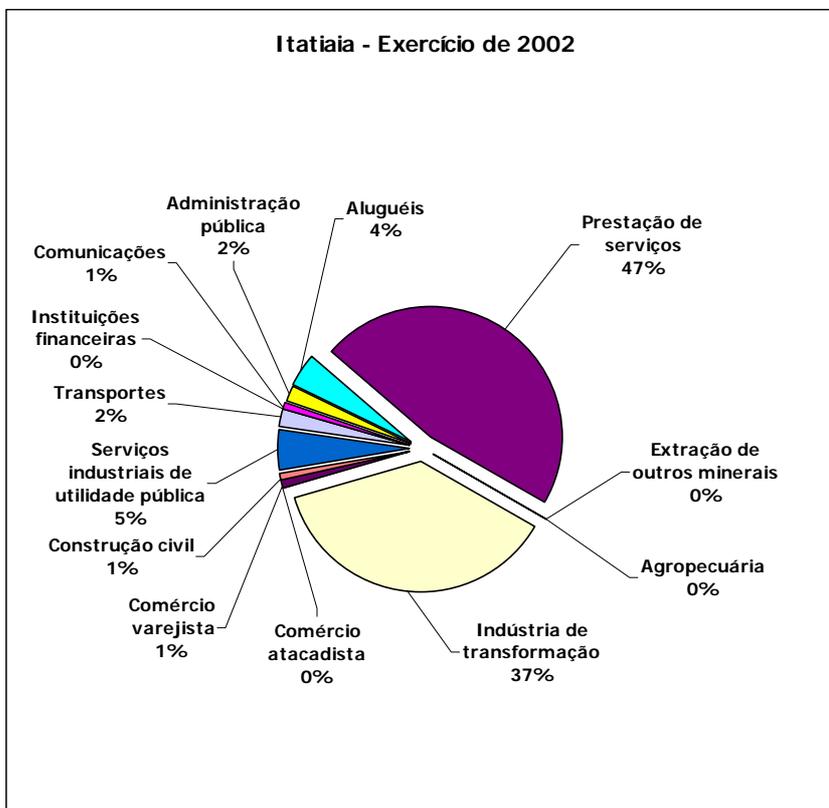


Figura 6.10 Composição do PIB municipal – exercício de 2002
(Fonte: TCE-RJ, 2004).

Análise financeira do município leva-nos a constatar dependência crescente de repasses do estado e da União. Em 1998, 64% das receitas eram provenientes de Transferências Correntes, sendo 45% do Estado e 19 % da União; já em 2003, 67% da receita municipal resultou de Transferências Correntes: 51% do Estado, 19% da União e 2% de royalties (TCE-RJ, 2004).

O setor primário da economia local apresenta um bom potencial com atividades ligadas à avicultura e aquicultura de água doce, em particular com a cultura de truta, bastante utilizada na gastronomia dos empreendimentos turísticos da região.

O setor secundário é representado pela preparação de conservas, doces e alimentos finos bastante comercializados e procurados pelos visitantes. Itatiaia dispõe ainda, de espaço e infra-estrutura para a expansão de indústrias de mobiliário existentes na região, com destaque para o Município de Volta Redonda. Relatório do TCE - RJ (2004) sobre a economia da região destaca ainda a potencialidade local para acolher indústrias de peças e acessórios automotivos, e para indústrias de alto conteúdo tecnológico, em particular equipamentos eletrônicos.

O destaque do setor terciário da Região do Médio Paraíba é dirigido para as atividades ligadas ao turismo, onde o município se sobressai pelo seu potencial e infra-estrutura de apoio já existente.

6.5 Perfil e potencial turístico do Município de Itatiaia

O Município de Itatiaia é classificado pela EMBRATUR como Município Turístico, sendo que, são definidos como Municípios Turísticos *“aqueles municípios consolidados, determinantes de um turismo efetivo, capaz de gerar deslocamentos e estadas de fluxo permanente”*, conforme Deliberação Normativa nº 432 de 2002 (ANEXO I).

O município, que integra a *“Relação de Municípios Prioritários para o Desenvolvimento do Turismo no País”*³, participou, em 2003, do Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT, Programa criado em 1994 pelo Governo Federal com o objetivo de *“fomentar o turismo sustentável, a gestão integrada e o planejamento participativo, como meio de promover o desenvolvimento local, entendendo o turismo como atividade econômica privilegiada”* (EMBRATUR, 2002).

Itatiaia está, atualmente, inserida na Região Turística das Agulhas Negras, juntamente com os municípios de Resende, Porto Real e Quatis, dentro do Programa de Regionalização

³ Deliberação Normativa nº 417, art. 1º, de 13 de dezembro de 2000; Deliberação Normativa nº 432, de 28 de novembro de 2002

do Turismo – Roteiros do Brasil, do Ministério do Turismo, que através da promoção da cooperação e parceria dos segmentos envolvidos (organizações da sociedade, instâncias de governos, empresários e trabalhadores, instituições de ensino, turistas e comunidade) tem como objetivos: (i) dar qualidade ao produto turístico; (ii) diversificar a oferta turística; (iii) estruturar os destinos turísticos; (iv) ampliar e qualificar o mercado de trabalho; (v) aumentar a inserção competitiva do produto turístico no mercado internacional; (vi) ampliar o consumo do produto turístico no mercado nacional; e (vii) aumentar a taxa de permanência e gasto médio do turista.

O Programa entende que através da regionalização possa transformar a ação centrada na unidade municipal em uma política pública mobilizadora, capaz de provocar mudanças, e sistematizar o planejamento, coordenando o processo de desenvolvimento local e regional, estadual e nacional de forma articulada e compartilhada (MT, 2004).

A concentração de atividades produtivas relacionadas ao turismo no município de Itatiaia, com vínculos estabelecidos entre os agentes a partir de sua base social, cultural, política e econômica comum, de modo a que hoje a atividade constitua a sua principal fonte geradora de trabalho e renda, fez com que o município fosse classificado para integrar o APL - Arranjo Produtivo Local de Turismo Região Serrana de Itatiaia, juntamente com Resende, pelo SEBRAE-RJ (2004).

Esta classificação é fruto de um estudo desenvolvido pelo SEBRAE-RJ, que procurou construir um perfil da distribuição espacial e setorial das concentrações de atividades econômicas no Estado do Rio de Janeiro, considerando que a sua consolidação pode vir a desempenhar um papel relevante na dinamização da economia fluminense. O trabalho foi desenvolvido dentro da perspectiva do conceito de Arranjo Produtivo Local, definido pela RedeSist⁴ (ALBAGLI e BRITO, 2002) como:

“aglomeração de um número significativo de empresas que atuam em torno de uma atividade produtiva principal, bem como de empresas correlatas e complementares como fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros, em um mesmo espaço geográfico (um município, conjunto de municípios ou região), com identidade cultural local e vínculo, mesmo que incipiente, de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais e instituições públicas ou privadas de treinamento, promoção e consultoria, escolas técnicas e universidades, instituições de pesquisa, desenvolvimento e

⁴ **A RedeSist** - Rede de Sistemas Produtivos e Inovativos Locais é uma rede de pesquisa interdisciplinar, formada em 1997, sediada no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, cujo principal foco de pesquisa é a discussão sobre os arranjos e sistemas produtivos locais. Engloba outras universidades e instituições de pesquisa em diversos estados brasileiros, bem como parceiros em instituições da América Latina, Europa e Ásia.

engenharia, entidades de classe e instituições de apoio empresarial e de financiamento”.

O tipo de turismo realizado em Itatiaia, segundo a sua classificação por volume, é o turismo de massa que, de maneira geral, é praticado pela classe média, com predominância de profissionais liberais, nível de escolaridade superior e expectativa de poucos gastos com a viagem. Barreto (1998) descreve os “turistas de massa” como aqueles turistas organizados, que viajam em família, dentro de uma bolha ambiental que lhes proporcione segurança. Quanto à motivação da demanda (IGNARRA, 2002) o interesse concentra-se no ecoturismo, prática de grande expansão no mercado turístico em vista da crescente busca do homem urbano pelo contato com a natureza.

Como se pode observar, 62,2% do interesse turístico está diretamente relacionado com o contato com a natureza local através dos indicadores: contato com a natureza, cachoeiras, caminhadas / trilhas, variedade da flora e fauna, montanhas / escalada, Pico das Agulhas Negras / Prateleiras, passeios a cavalo.

No que se refere à avaliação quanto às atrações que menos agradaram, 87,9% dos entrevistados declararam que nada os havia desagradado, 6,8% não souberam dizer e 1,1% apresentaram insatisfação quanto à infra-estrutura e falta de conservação do Museu da Flora e da Fauna, do Parque Nacional do Itatiaia. No restante dos itens levantados – fábrica de chocolate, comércio e artesanato, passeios a cavalo, restaurantes e gastronomia, cachoeiras / Véu da Noiva, barzinhos e danceterias, caminhadas / trilhas, água fria, clima frio, Clube Finlandês, eventos / Festival de Inverno, Lago Azul, Maromba, vida noturna de Itatiaia, Parque Nacional, Festa do Pinhão, Shopping de Penedo, Pico do Penedinho, trem parado e hotéis –, as entrevistas mostram pouquíssima representatividade, com os índices variando entre 0,1 a 0,6%.

Cabe destacar que alguns dos entrevistados manifestaram espontaneamente reclamações sobre os locais pesquisados quanto à organização, infra-estrutura, divulgação e informação.

Quanto à pesquisa do perfil do turista / características pessoais (TABELA 6.10), destaca-se que 82% utilizam como meio de transporte o carro particular, que 78% têm intenção de permanecer mais de um dia e que 66% já conheciam Itatiaia e tinham a intenção de voltar. Chama atenção também que 71% tomaram conhecimento do destino turístico através de amigos ou parentes, que cerca de 51% procediam do Município do Rio de Janeiro e tinham o Parque Nacional do Itatiaia no seu roteiro.

6.5.2 Infra-estrutura básica

Com um total de 6.797 domicílios, de acordo com dados do IBGE referentes a 2000-2001, Itatiaia tem 6.091 domicílios com acesso à rede geral de abastecimento de água (89,61%), 4.043 domicílios ligados à rede coletora de esgoto sanitário (59,48%) e 6.598 domicílios com atendimento de coleta de lixo (97%).

O sistema de abastecimento de água do núcleo urbano central é composto por duas captações – uma no Rio Bonito e outra no Rio Campo Belo, passando por processo de desinfecção por cloro. O fornecimento está a cargo da prefeitura Municipal e é oferecido gratuitamente à população.

Tabela 6.10: Perfil do Turista: características pessoais.

Indicadores	Perfil	Percentual
Faixa Etária	21 a 35 anos	48%
Sexo	Masculino	52%
Faixa de Renda	5 a 10 salários mínimos	22%
Procedência	Rio de Janeiro	50,6%
Meio de transporte	Carro particular	82%
Ocupação profissional	Profissionais liberais/autônomos	23%
Hospedagem	Hotéis /Pousadas	43%
Permanência	Mais de um dia	78%
Intenção de voltar	Já conheciam o destino	66%
Forma de divulgação	Através de amigos/parentes	71%
Visita ao Parque Nacional	Interesse	51%

(Fonte: PMI/Conselho Municipal de Turismo, 2003).

Em Penedo, a captação é feita no Rio Palmital (80%), um dos principais rios da Bacia do Rio das Pedras, passando também pelo mesmo processo de tratamento do núcleo urbano central, e 20% provém do sistema que abastecia a Academia Militar das Agulhas Negras. Não existe um sistema de limitação de consumo e o serviço é oferecido gratuitamente pela Prefeitura Municipal. O consumo tem aumentado com a expansão urbana e este problema, associado ao desmatamento, tem levado a que o Rio Palmital chegue a praticamente secar em algumas épocas do ano, ocorrendo deficiências de abastecimento na comunidade.

O abastecimento de água nas vilas de Maringá e Maromba é em parte oferecido pela Prefeitura Municipal e, em parte, solucionado pelos moradores através de canalizações próprias a partir de nascentes, o que constitui um problema, pois segundo depoimentos, em épocas de seca a população enfrenta problemas de escassez.

Embora 59,48% dos domicílios sejam atendidos por sistema de esgotamento sanitário, conforme dados do IBGE (2000), a deficiência de saneamento básico constitui-se num problema presente em todo o município. Esta deficiência já havia sido constatada por ocasião da elaboração do Plano Diretor do município, em 1998, quando, juntamente à questão da urbanização desordenada, foi apontado como um sério risco ao meio ambiente local.

O serviço é administrado pela Prefeitura e apenas alguns trechos da rede de esgotamento do núcleo urbano central são do tipo separador absoluto, outros com lançamento

nas galerias pluviais ou despejo direto nos rios, e outros utilizam sistema de fossa, mas estão fora dos padrões técnicos das normas brasileiras, conforme os estudos para elaboração do Plano Diretor realizado pelo em 1998. De acordo com os estudos realizados pelo IBAM (1998) e depoimentos colhidos por ocasião desta pesquisa, raramente os efluentes são tratados e, em vários pontos, o esgoto é jogado *in natura* nos rios. Esta situação que permanece infelizmente inalterada foi objeto de reclamação por todas pessoas ouvidas durante os trabalhos de campo, que se queixaram do mau cheiro nas épocas de seca e da tristeza de ver os rios transformados em esgoto a céu aberto.

Em Penedo, a maioria dos domicílios utiliza fossas ou sumidouros. Várias construções locais, inclusive hotéis, estão próximas ao Rio das Pedras que é o grande prejudicado por essa situação de abandono. Segundo denúncias dos entrevistados, muitos dos estabelecimentos hoteleiros embora disponham de sistemas de fossa e sumidouro, estes estão subdimensionados e não passam por manutenção, o que contribui seriamente para a degradação do Rio das Pedras. Além da contaminação dos cursos d'água, pode-se apontar o risco de contaminação do lençol freático.

O esgotamento sanitário nas comunidades de Maringá e Maromba é feito por fossas individuais e duas fossas coletivas – uma em Maringá e outra em Maromba, mas o sistema tem sido ineficiente para evitar a poluição do Rio Preto, importante atrativo e recurso ambiental. O mau cheiro na principal avenida na época de seca foi objeto de reclamação e indicador de poluição.

Quanto ao sistema de coleta de resíduos sólidos o panorama é melhor no município, com 97% de domicílios atendidos. A coleta de lixo é feita regularmente, duas vezes na semana, tanto no núcleo urbano central, como em Penedo; entretanto, em Maringá e Maromba o serviço não vem sendo prestado com regularidade o que tem trazido transtornos e levou os moradores a contratarem caminhão para coleta. A ausência de lixeiras nas vias públicas, problema apontado em 1998 por ocasião dos estudos para o Plano Diretor, ainda não havia sido resolvido e foi causa constante de reclamação dos entrevistados por ocasião do trabalho de campo, em 2004. Outra reclamação antiga dos moradores diz respeito à coleta do lixo verde e entulhos que não é feita de forma regular pela prefeitura o que compromete a imagem turística e traz desconforto à população. O destino final do lixo é um aterro sanitário inadequadamente localizado próximo à Represa do Funil, atrativo turístico local.

O município é atendido no fornecimento de energia elétrica pelas empresas AMPLA e CERES – Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda. com distribuição conforme Tabela 6.11, não tendo sido apresentada nenhuma reclamação quanto a este serviço por ocasião desta pesquisa.

No que se refere à questão de infra-estrutura de transporte, o município conta com um terminal rodoviário com área construída de 1000 m², que apresentou em 2003 uma movimentação de 774.719 passageiros, de acordo com a CODERTE – Companhia para o Desenvolvimento Rodoviário e Terminais. O serviço cobre 4 linhas intermunicipais e 1 linha interestadual, através de 4 empresas, mas a disponibilidade de horários é pequena, podendo ser complementada com a grande variedade de opções apresentada pelo terminal de Resende.

Tabela 6.11: Distribuição de energia elétrica.

Empresas	Ligações elétricas em 2003			
	Residências	Rural	Indústria/Comércio	Públicas
AMPLA	6.843	76	826	102
CERES	1.449	03	291	17

(Fonte: PMI/SMICA, 2005).

Quanto ao serviço de transporte coletivo urbano, foram ouvidas reclamações quanto ao preço, irregularidade de horário e insuficiência de linhas ligando o núcleo urbano central às periferias.

Na área de saúde, Itatiaia conta com um Hospital Geral Municipal conveniado ao SUS, e 18 unidades ambulatoriais. Com 43 leitos contratados, o município oferece 1,67 leito por mil habitantes, quando a média do estado é de 2,9 (Fundação CIDE, 2004; TCE-RJ, 2004). A comunidade de Maromba conta com um posto de saúde, mas sua área é pequena e o terreno onde está instalado não permite ampliação. Este posto permanece fechado nos finais de semana e, em caso de emergência, a população local e turistas têm que se valer dos serviços de saúde do Município de Resende. Em Penedo também há um posto de saúde, com idêntico sistema de funcionamento. A distribuição das unidades ambulatoriais de Itatiaia são apresentadas na Tabela 6.12.

Tabela 6.12: Unidades ambulatoriais do Município de Itatiaia.

Posto de saúde	1
Centro de saúde	4
Ambulatório de unidade hospitalar especializada	1
Unidade mista	1
Pronto socorro especializado	1
Consultório	4
Outros serviços auxiliares de diagnose e terapia	2
Unidade de saúde da família	1
Unidade de vigilância sanitária	1
Unidade não especificada	1

(Fonte: TCE – RJ, 2004).

Quanto à infra-estrutura de educação para suporte às atividades turísticas o município não possui qualquer unidade que ofereça curso técnico. Essa carência é suprida pelos cursos oferecidos pelo SESC/SENAC e pelos cursos oferecidos pelo SEBRAE, ambos em Resende. Reclamações foram apresentadas quanto ao horário diurno dos cursos, o que inviabiliza o comparecimento das pessoas que trabalham e contribui para que uma melhor capacitação no setor não se realize. A capacitação nas atividades de hospedagem e alimentação do setor foi apontada como uma deficiência tanto nas oficinas do Programa Nacional de Municipalização do Turismo - PNMT, realizadas em 2003, como nas entrevistas aplicadas por ocasião desta pesquisa.

O serviço de segurança não se mostra muito organizado para atender à expansão do município, tendo sido apontada a necessidade de melhoria nos postos de polícia civil, implantação de sede de defesa civil e unidade de Corpo de Bombeiros. Nas comunidades de Maringá e Maromba não há posto policial e o atendimento é feito pelo posto localizado em Visconde de Mauá, Município de Resende, de forma que para registrar qualquer queixa os moradores têm que se dirigir ao posto no centro de Itatiaia, que é mais distante. Nestas localidades foram registradas queixas de aumento do número de assaltos a pousadas e um caso recente de assalto a ônibus de turismo. Mas de um modo geral a insegurança no município não foi atribuída à expansão do turismo, e sim à proximidade com a Via Dutra e o empobrecimento em municípios vizinhos.

6.5.3 Serviços turísticos: meios de hospedagem e alimentação

A participação do município no total de estabelecimentos hoteleiros no Estado do Rio de Janeiro permite avaliar a importância de Itatiaia dentro do setor de turismo. Entre os quatro Arranjos Produtivos de Turismo identificados pelo SEBRAE-RJ (2004) no estudo *“Arranjos Produtivos Locais: perfil das concentrações de atividades econômicas no Estado do Rio de Janeiro”*: APL Capital, com o Município do Rio de Janeiro; APL Costa Verde, incluindo os municípios de Parati, Angra dos Reis e Mangaratiba; APL Região dos Lagos, com os municípios de Búzios, Cabo Frio, Arraial do Cabo e Rio das Ostras; APL Região Serrana de Itatiaia, com os municípios de Itatiaia e Resende, o município estudado coloca-se no terceiro lugar no ranking de hotéis, situando-se a seguir da capital – Rio de Janeiro e do Município de Armação dos Búzios (TABELA 6.13).

O desempenho dos Arranjos Produtivos Locais de turismo no estado no que concerne à geração de emprego e renda é apresentado na Tabela 6.14, onde se configura uma distorção, pois, muito embora o município esteja bem classificado quanto ao número de hotéis, o total da

remuneração média é inferior aos demais APL's de turismo identificados pelo SEBRAE-RJ, o que sugere a necessidade de medidas que promovam a melhoria da remuneração oferecida.

Tabela 6.13: Número de Estabelecimentos Hoteleiros nos Arranjos Produtivos Locais de Turismo/RJ.

Estado/Município	Total / Hotéis	Com Restaurante	Sem Restaurante	Outros
RJ / Estado	1.770	865	667	238
Rio de Janeiro	504	258	170	76
Armação dos Búzios	129	63	61	5
Angra dos Reis	73	25	24	24
Itatiaia	76	36	30	10
Cabo Frio	70	28	32	10
Parati	68	18	47	3
Rio das Ostras	34	8	21	5
Resende	27	13	10	4
Arraial do Cabo	25	9	12	4
Mangaratiba	12	7	4	1

(FONTE: SEBRAE-RJ, 2004).

Quanto ao número de empregos gerados (juntamente com o Município de Resende), o município apresenta um bom desempenho em relação ao APL Região dos Lagos, pois, mesmo com um menor número de estabelecimentos, ocupa um maior contingente de pessoas; mas comparado com o APL Costa Verde, que agrega um menor número de estabelecimentos, sua avaliação não é positiva. Este perfil talvez seja explicado pelo tamanho dos estabelecimentos da região, onde predominam hotéis e pousadas de pequeno porte e fruto de empreendedores locais / regionais.

Os números apresentados pelo SEBRAE-RJ, elaborados com base em informações da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS de 2001, entretanto, não coincidem com os dados coletados e disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Itatiaia, que no Relatório de Gestão da Secretaria de Turismo (2004) informa existirem 180 estabelecimentos hoteleiros no município, distribuídos conforme Tabela 6.15.

Mesmo discordantes, os dados, contudo, situam a importância do setor de turismo no município, e deste no Estado do Rio de Janeiro.

Tabela 6.14: Participação no total de empregos, estabelecimentos e remuneração

APL/Municípios	Empregos	Nº Estab.	Tam. Médio (empregos)	Remuneração Média (R\$)
Capital – Rio de Janeiro	17.947	1.204	17,53	672,00
Costa Verde - Parati, Angra dos Reis e Mangaratiba	1.609	121	13,30	522,69
Região dos Lagos - Búzios, Cabo Frio, Arraial do Cabo e Rio das Ostras	3.065	443	6,92	343,79
Região Serrana – Itatiaia e Resende	1.280	153	8,37	304,69
Total	23.901	1.741	13,73	600,31

(Fonte: SEBRAE-RJ, 2004)

Tabela 6.15: Estabelecimentos Hoteleiros do Município de Itatiaia (2000/2001).

Estabelecimentos/Leitos	Itatiaia/Sede	Penedo	Maringá/Maromba	Total
Hotéis/Pousadas	27	68	85	180
Número de leitos	1.237	2.674	1.140	5.051
Unidades habitacionais	441	821	475	1.737

Fonte: PMI/ Secretaria Municipal de Turismo (2004)

Além destes estabelecimentos, a Prefeitura Municipal informou a existência de outros meios de hospedagem: 1 flat clube com 61 leitos e 20 Unidades Habitacionais (UH), 1 apart-hotel com 14 leitos e 7 Unidades Habitacionais (UH), 1 albergue com 47 leitos e 8 Unidades Habitacionais (UH), e 8 campings com 812 barracas e 16 trailers.

No que se refere aos serviços de alimentação e similares, o estudo do APL de turismo de Itatiaia elaborado pelo SEBRAE-RJ (2004) contabilizou, através de dados da RAIS (2001) 50 estabelecimentos com remuneração média de R\$301,98. Já, a Prefeitura Municipal, através da sua Secretaria de Indústria, Comércio e Agricultura, informou, a existência de 408 estabelecimentos ativos com a geração de 1.836 empregos em 2005. O total estimado de estabelecimentos é assim, de 484, com 2.289 empregos gerados e uma média salarial estimada (com base nos dados do SEBRAE-RJ, 2001) de R\$281,69. A geração de emprego e renda, em Itatiaia, no segmento de hospedagem e alimentação, elemento fundamental da cadeia produtiva do turismo, é apresentada na Tabela 6.16.

Considerando a correção deste valor salarial médio de R\$281,69 tendo em vista a diferença entre o salário mínimo de 2005 e 2001, que corresponde a um reajuste de 66,67%,

temos um valor aproximado hoje de uma média salarial no setor de R\$469,49, o que significa a circulação de recursos da ordem de R\$1.074.662,61/mês no município por conta dos 2.289 empregos diretos gerados.

Tabela 6.16: Geração de emprego e renda no segmento de hospedagem e alimentação em Itatiaia.

Estabelecimentos	Total	Nº de Empregos	Remuneração Média
Hotéis/Pousadas com restaurante	36	305	288,21
Hotéis/Pousadas sem restaurante	30	126	285,14
Outros alojamentos	10	22	251,41
Restaurantes e similares	408*	1.836*	301,98
Total	484	2.289	281,69

(Fonte: (SEBRAE-RJ, 2004; PMI/SMICA, 2005*))

Quanto ao número de lojas de artesanato e *souvenirs*, segundo dados da Prefeitura Municipal de Itatiaia (2004) o total de estabelecimentos é 106, com a seguinte distribuição: 4 no núcleo central do município, 71 em Penedo e 31 em Maringá e Maromba.

6.5.4 Recursos Turísticos

6.5.4.1 Parque Nacional do Itatiaia: o grande atrativo local

A presença do Parque Nacional do Itatiaia contribuiu, sem sombra de dúvida, para definir a vocação turística do município. Pesquisadores e cientistas que percorriam a região perceberam de imediato essa potencialidade, que foi expressa pelo geógrafo Hubmayer em 1913, na reunião da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro.

A criação do Parque seguiu tendência internacional, sendo que a idéia lançada em 1913 pelo botânico Alberto Löefgren concretizou-se apenas em 1937, quando o então presidente Getúlio Vargas editou o decreto nº 1713 (Anexo IV) que elevou a área ocupada pela Estação Biológica de Itatiaia, dependência do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, à condição de Parque Nacional, subordinando-o ao regime estabelecido pelo Código Florestal para os monumentos públicos dessa natureza. O texto do decreto mostra-se bastante avançado para a época, ao se preocupar com a responsabilidade da preservação do meio ambiente para as futuras gerações, bem como pelo interesse na promoção do ecoturismo:

“considerando que essa localização importa, ao mesmo tempo, em proteção à natureza, auxílio às ciências naturais, incremento das

correntes turísticas e reserva, para as gerações vindouras, das florestas existentes ou sejam todos os objetivos reunidos, simultaneamente, que justificam a criação de Parques Nacionais”.

No artigo 2º, parágrafo primeiro, o documento apresenta sua preocupação com a implementação da atividade turística e diz: *“Das terras devolutas do domínio da União existentes nas proximidades do Parque, serão observadas as que forem necessárias para a localização de hotéis e instalações que facilitem o movimento turístico na região”.*

O Parque, que tem como objetivo *“proteger amostras da Floresta Pluvial Atlântica Montana e amostras de ecossistemas de campos de altitude; conservar as belezas cênicas naturais representativas da Serra da Mantiqueira e recuperar, conservar e proteger a área do altiplano do Itatiaia”*, conforme define o IBAMA⁵, teve sua área ampliada pelo decreto nº 87.586 de 20 de setembro de 1982 (Anexo V) ocupando atualmente 30.000 hectares, sendo que sua área de atuação abrange 10 km de largura além de seus limites totalizando 120.000ha. A maior parte de sua área pertence ao Estado do Rio de Janeiro, em terras dos municípios de Resende e Itatiaia, onde está situada a sua sede, e o restante a Minas Gerais, em parte dos municípios de Bocaina de Minas, Alagoa e Itamonte, estendendo-se na direção Oeste até a divisa de São Paulo (Figura 6.11).

Com a criação do Parque vários investimentos foram feitos no local: construção de trilhas e estradas, um museu de história natural, e diversos abrigos para montanhistas e pesquisadores que acorrem ao local para estudar e/ou usufruir seu rico ecossistema.

A “parte baixa” do Parque, situada no Município de Itatiaia, é o ponto referencial de visitação pública, onde está localizado o Centro de Visitantes e o Museu da Fauna e Flora.

A média de visitantes pagantes nos últimos 10 anos foi de 74.744 visitantes/ano, sendo que, de acordo com os dados recolhidos, 80% desses visitantes dirigem-se à parte baixa, e os meses de janeiro, fevereiro e julho, com média de 9.000 visitantes, são os de maior movimento.

Já a “parte alta”, o Planalto, onde fica localizado o Pico das Agulhas Negras, com média de 6.000 visitantes, é mais procurada nos meses de junho e julho por aqueles turistas interessados em desfrutar das baixas temperaturas ali registradas, praticar montanhismo e escaladas

⁵ <http://www2.ibama.gov.br/unidades/parques/reuc/88.htm>

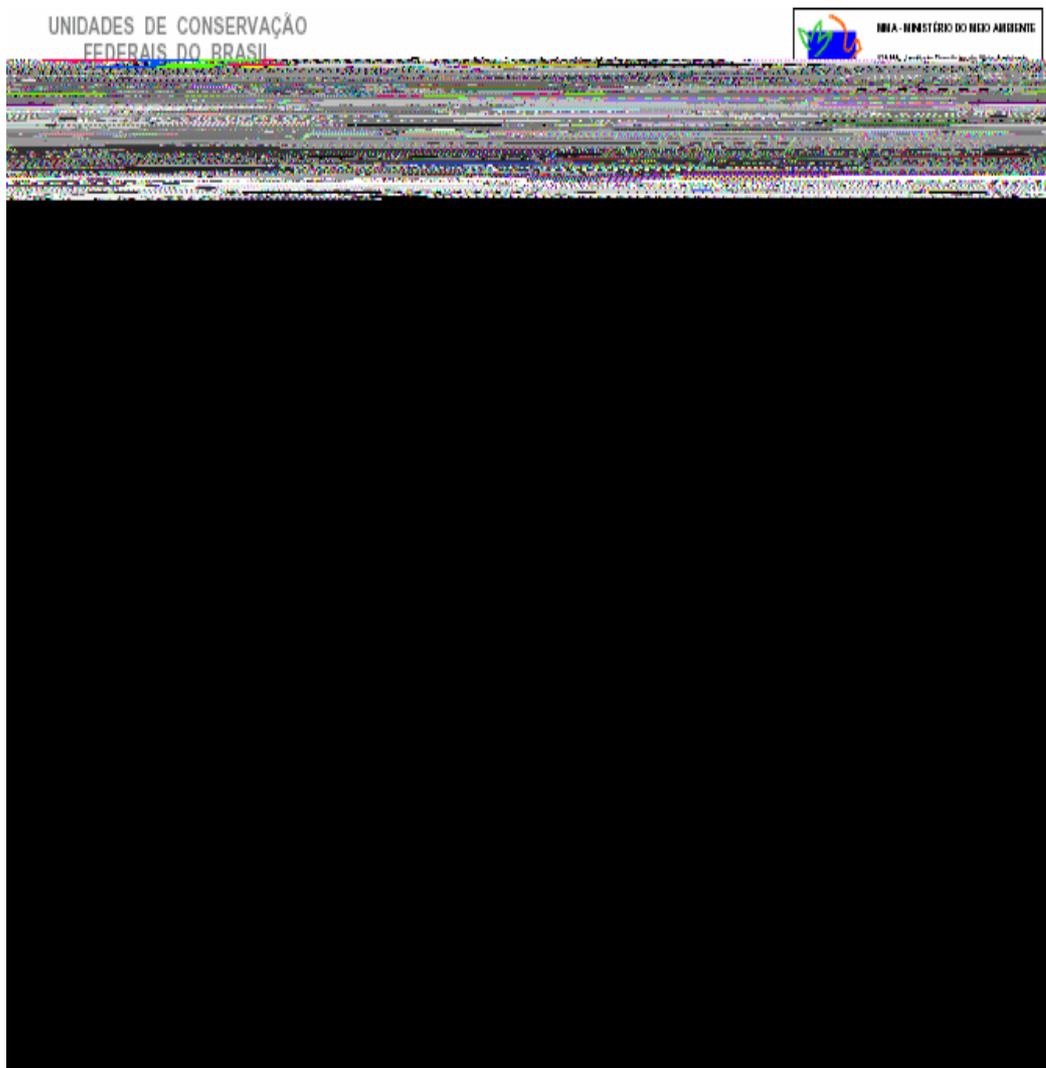


Figura 6.11 Carta Imagem da Região do Parque Nacional do Itatiaia

(Fonte: IBAMA , 2004)

Se compararmos o potencial turístico do Parque com a sua localização estratégica próximo à cidade do Rio de Janeiro, o maior centro receptor de turismo do país, e o movimento observado no Parque Nacional do Iguaçu, que fechou o ano de 2004 com 980.098 visitantes, movimento atribuído pelo chefe do Parque, Sr. Jorge Pegoraro, ao trabalho integrado dos órgãos governamentais, nos níveis federal, estadual e municipal, e do segmento turístico do município⁶, vemos que muito ainda pode ser feito pelo desenvolvimento do ecoturismo no PARNA do Itatiaia.

Através do seu Núcleo Técnico, o Parque realiza vistorias e emite laudos quanto à realização de atividades agrícolas, florestais, pecuárias, imobiliárias, assim como para a

⁶ notícia divulgada no Jornal ambientebrasil, disponível em:
<http://www.ambientebrasil.com.br/noticias/index.php3?action=ler&id=18627>

abertura de estradas na área de influência do Parque, efetuando ainda monitoramento e estudos de recuperação ambiental para fins administrativos, civis e penais.

Através do seu Núcleo de Fiscalização, o Parque vem atuando no patrulhamento preventivo e na repressão à caça, extrativismo de plantas, desmatamentos, poluição e degradação do solo. Entre 2000 e 2003, foram lavradas pelo Núcleo 376 autuações, sendo que cerca de 90% das multas foram devidas a ações irregulares no entorno do PARNA, tais como: incêndio florestal, construção ilegal em área de preservação permanente, distribuição e corte ilegal de palmito, desmatamento, desvio de rio, construção em cursos d'água, extração de material mineral, construção de estradas, caça e transporte de animais silvestres, e cativeiro de pássaros. Também o descumprimento da legislação que rege as Unidades de Conservação no que concerne a acampamentos clandestinos, trilhas proibidas e permanência no Parque fora do horário permitido, delitos praticados por turistas, foram motivo de aplicação de multas, conforme dados do Relatório de Gestão: Quatriênio 2000-2003 (IBAMA, 2004).

A atuação da sua Brigada de Incêndio – Prevfogo também tem sido de fundamental importância, uma vez que não são raras as ocorrências. Em 2001, em um incêndio provocado por dois turistas adolescentes acampados no Maciço das Prateleiras, que fizeram uma fogueira no local para serem localizados após ficarem perdidos, caso não tivesse havido a firme atuação dessa equipe apoiada pelo reforço recebido do Corpo de Bombeiros de Resende e de voluntários, os prejuízos teriam sido muito maiores do que os 600 ha queimados.

É interessante destacar a pena aplicada pela Unidade por ocasião desse incêndio: ao invés de impor multa de R\$900.000,00 e fazer com que os jovens cumprissem dois anos de prisão, a gerência aplicou pena alternativa, impondo-lhes dois anos de trabalho de educação ambiental no Parque, atuando no atendimento a visitantes e na sua conscientização ambiental. Sem dúvida, uma punição mais construtiva diante do delito praticado.

A existência desta Unidade de Conservação no Município de Itatiaia tem desempenhado um papel inestimável para a conservação dos seus recursos naturais e contribuído para a expressão da atividade turística, fato reconhecido por todos os entrevistados por esta pesquisa.

O Núcleo de Educação Ambiental do Parque, em funcionamento desde 1997, é o responsável pelo Programa de Visitas Orientadas, que no período 2000 – 2004 recebeu um total de 21.183 alunos de escolas provenientes dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, num total de 622 escolas. Essas visitas podem ser classificadas como turismo educacional e contribuem, além da função específica de promover conscientização ambiental, para a criação de vínculos dos jovens visitantes com a região e fortalecimento da atividade turística no município.

Além dessa atividade, o Núcleo também foi o responsável no mesmo período por importantes atividades que incluíram, por exemplo, a realização de 144 palestras e apoio a cursos para 38 instituições ligadas a universidades brasileiras sobre temas relacionados à Ecologia, Educação Ambiental, Ecoturismo. Também foram realizadas atividades culturais como exposições de pintura e shows de música através do “Projeto ViverdeSom” que constituiu um importante instrumento de divulgação e aproximação com a comunidade.

No Centro de Visitantes, destacam-se como pontos de atração turística, a Biblioteca, o Museu da Fauna e da Flora, o Salão de Exposição e Auditório.

O Museu da Fauna e da Flora, que iniciou suas atividades em 1942, é um atrativo importante do Parque, com um acervo de grande valor científico incluindo coleções regionais de 2.328 espécies de frutos, 400 peças preparadas de répteis, aves e mamíferos, e cerca de 6.000 artrópodes preparados na coleção de estudos, conforme dados coletados por ocasião desta pesquisa. Vale ressaltar que, durante os trabalhos das Oficinas do PNMT, foi observada a necessidade de conservação e modernização do Museu para melhor aproveitamento turístico, o que foi comprovado no andamento desta pesquisa.

No chamado “Caminho das Pedras” muitas são as atrações encontradas, que oferecem diversificada oportunidade para os visitantes. Nele destacam-se: o Pico das Agulhas Negras, cartão postal do Parque; os Três Picos, a 1.661 metros de altitude, que proporcionam uma vista do Vale do Paraíba e de parte da Serra da Mantiqueira; o Maciço das Prateleiras, situado a 2.548 metros de altitude, próximo a vários lagos, com formação rochosa curiosa lembrando figuras (Pedra Sentada, Pedra da Tartatuga) (SANTOS e ZIKAN, 2000).

No “Caminho das Águas” as atrações são as inúmeras cachoeiras e piscinas naturais formadas pelos rios que nascem na serra, algumas de acesso mais rápido através das trilhas, e outras mais distantes. Neste caminho destacam-se o Lago Azul, o Lago e a Cascata do Maromba, as Cachoeiras Véu da Noiva, Poranga e Itaporani, e rios como o Campo Belo, das Flores e Aiuruoca, de águas límpidas e cercados por densa floresta. As principais trilhas existentes no Parque podem ser visualizadas na Figura 6.12.

Em 2000, pesquisa realizada por Magro e Vieira fez uma avaliação das trilhas existentes tanto na “parte alta” (TABELA 6.17) quanto na “parte baixa” (TABELA 6.18), constatando problemas de manutenção / conservação que requerem

com

Tabela 6.17: Avaliação das trilhas da “parte alta” do Parque Nacional do Itatiaia.

Parte Alta		Locais			
Indicadores	Verificadores/Descritores	PR	AG	TM	PA
Vegetação	Pisoteio fora da trilha / % da trilha	100%	97%	100%	100%
	Incêndio / % da trilha	-	-	-	-
	Solo nu fora da trilha / % da trilha	-	3%	-	-
	Veg. degradada fora da trilha / % da trilha	4%	14%	-	-
Leito da Trilha	Canal / % da trilha	78%	69%	33%	-
	Sulco / % da trilha	17%	24%	-	-
	Erosão lateral / % da trilha	83%	72%	33%	-
	Má drenagem / % da trilha	70%	86%	67%	67%
	Trilhas / % da trilha	96%	93%	83%	100%
	não oficiais / n° total	178	200	49	16
	Profundidade / % da trilha > 50cm / profundidade máx.	13% 0,92m	28% 1,25m	-	-
Segurança	Risco de escorregar / % da trilha	30%	48%	17%	-
	Riso fatal / % da trilha	-	-	-	-
Danos	Vandalismo / % da trilha	-	-	-	-

Embora o Parque Nacional do Itatiaia seja o primeiro Parque Nacional criado no país, a sua situação fundiária ainda deixa muito a desejar, apresentando apenas 33% de sua área total regularizada. Pelos dados obtidos na presente pesquisa, estima-se que existam cerca de 190 sítios dentro do parque, com 360 moradores e o dobro de população flutuante. Desse total, 5 são hotéis. Essas propriedades têm contribuído para a poluição das águas que cortam o Parque, em virtude da falta de um adequado sistema de saneamento. A Unidade fez a sua parte, refazendo todas as fossas sanitárias de seus imóveis, segundo o Relatório de Gestão 2000-2003 e depoimentos de funcionários, mas o mesmo não foi feito pelos proprietários de imóveis no interior da Unidade, o que coloca em risco a qualidade ambiental e turística do PARNA do Itatiaia.

Este problema, associado ao número insuficiente de funcionários para a extensão de área protegida – à época do trabalho de campo a Unidade contava com apenas 25 funcionários, sendo que um em processo de transferência e outro em vias de aposentadoria por invalidez – aponta para a necessidade de medidas que façam com que este rico patrimônio não seja comprometido.

Em pesquisa realizada por Crespo e Carneiro, em 2000, com a população do entorno do Parque, ficou evidenciada a sua importância para a qualidade de vida e para a economia local através do turismo. A imagem que predominava, segundo os pesquisadores, é a de que o Parque constitui um complexo natural com alto valor turístico, sendo raras as menções que enfatizavam o seu valor puramente ambiental, o que nos leva a reforçar sua importância como recurso estratégico em qualquer política de desenvolvimento local para o município de Itatiaia.

6.5.4.2 Penedo, Maringá e Maromba

Embora seja o Parque Nacional do Itatiaia o atrativo turístico mais significativo do município e ao qual o seu nome está associado, Itatiaia oferece ainda um rico leque de opções para os turistas que a procuram.

Em Penedo, cuja imagem está associada à cultura finlandesa, guardando costumes como as danças folclóricas realizadas todos os sábados no Clube Finlândia, podemos encontrar o Museu da Eva – com peças artesanais e vestim

dia e à noite, dispondo de um espaço cultural com teatro de arena e salão para apresentações diversas.

Em Penedo é também a natureza, o principal foco de interesse dos visitantes. São atrativos o Pico do Penedo, já sob pressão antrópica evidente, e cachoeiras formadas no curso do Rio das Pedras, como a de Deus – a mais alta, com queda de 15 metros, as Três Cachoeiras e as Cachoeiras do Rio Palmital, todas formando piscinas naturais muito procuradas pelos turistas. Nas Três Cachoeiras, área de mata ciliar foi transformada em estacionamento, o afluxo de turistas tem ocasionado o acúmulo de lixo e processo de erosão do solo, e a falta de saneamento, provocado poluição. Foi observada a insatisfação de moradores mais velhos quanto à perda da qualidade do balneário onde levavam seus filhos: “trouxe muito meus filhos aqui no domingo, agora não posso trazer meus netos...” (depoimento de um morador).

No bairro está situado o Parque Municipal Turístico Ecológico de Penedo, com 5.561ha; o Parque foi criado em 1995 com o propósito de: *“proteger a fauna, a flora e os recursos hídricos da bacia do Rio das Pedras, assim como proteger os recursos naturais com potencial turístico nele contidos, de forma a garantir seu aproveitamento turístico sustentável e compatível com a conservação dos ecossistemas locais”* (Lei Municipal nº 143, de 14 de junho de 1995, Parágrafo 3º, Artigo 2º).

Compreendendo terras públicas e privadas, o Parque é motivo de preocupação por parte de pesquisadores e da comunidade local, uma

Entretanto, algumas opiniões foram emitidas no sentido de já existir uma saturação por falta de infra-estrutura pública para a recepção do fluxo de visitantes: engarrafamentos nos feriados e picos de visitação, e poluição no Rio Preto, cartão postal da região. Alguns entrevistados disseram que a pressão ambiental tem diminuído com a retração da atividade agropecuária e expansão do turismo, e com a maior conscientização ambiental que repercutiu na diminuição da caça clandestina. Para outros, o turismo tem trazido o retalhamento de glebas rurais em loteamentos para residências secundárias e aumentado a pressão sobre o meio ambiente local.

7. RESULTADOS: ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES

A expressão do turismo no mundo contemporâneo não deixa dúvidas sobre os reflexos econômicos, sociais e ambientais sobre as comunidades receptoras. Considerando a sua expectativa de crescimento – em 2020 haverá um número aproximado de 1 bilhão e 600 milhões de turistas internacionais, conforme projeção da WTO (2005) -, e tendo em vista que cerca de 20% do mercado internacional é ocupado pelo segmento ecoturístico (TIES, 2005), podemos fazer uma estimativa de cerca de 320 milhões de ecoturistas para o ano de 2020 circulando ao redor do mundo, caso não haja alteração na taxa de motivação. É um número bastante significativo de pessoas em busca de lugares onde a natureza é o grande atrativo, e que remete à necessidade de aprofundamento de estudos bem como de iniciativas urgentes para o planejamento dessa atividade, sob o risco de vermos destruídos ecossistemas de valor incalculável para o patrimônio ambiental da humanidade.

O turismo no Município de Itatiaia desenvolveu-se de forma espontânea. Não foi uma iniciativa planejada, mas antes, uma consequência natural das suas características ambientais, das necessidades econômicas de seus habitantes em diferentes momentos da história da cidade – com os imigrantes europeus em núcleos de colonização na segunda década do século passado e a partir do final da década de 1970, quando começa a decair a atividade da pecuária leiteira –, como resultado da sua localização, que favoreceu o acesso da população urbana dos grandes centros da região sudeste em busca de um maior contato com a natureza como forma de lazer e descanso e, mais recentemente, do interesse crescente pelo segmento de ecoturismo.

Itatiaia apresenta um grande potencial para a expansão do turismo em razão de fatores positivos como: a sua localização, como acima mencionado – próxima de grandes centros como Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte –; as condições de acesso; a riqueza e diversidade de recursos turísticos: (i) no Parque Nacional do Itatiaia, encontramos o maior conjunto de terras com altitudes acima de dois mil metros no país (SANTOS e ZIKAN, 2000), a possibilidade de desenvolver o turismo relacionado à atividade de observação de aves, um grande número de cachoeiras e piscinas naturais, assim como a beleza da mata intocada; (ii) em Penedo, os atrativos naturais e os culturais, em virtude da colonização finlandesa; (iii) nas localidades de Maringá e Maromba, a oportunidade de turismo rural associado ao desfrute das paisagens de grande beleza com a exuberante vegetação da Mata Atlântica, rios e cachoeiras de águas cristalinas.

As condições para o desenvolvimento do turismo em Itatiaia estão postas por sua natureza, também pela cultura e tradição de hospitalidade de seu povo. Mas isso não basta

para que a atividade se desenvolva dentro de padrões sustentáveis, com oportunidades e benefícios para a sua população, bem como com o uso responsável da sua base de recursos naturais, num compromisso ético com as futuras gerações.

Neste capítulo é apresentada uma análise da atividade turística no Município de Itatiaia a partir dos seus principais atrativos, da infra-estrutura básica, da participação na gestão, e da percepção da comunidade local, representada por organizações da sociedade civil, da iniciativa privada e do governo, quanto aos efeitos do turismo, tendo em vista o estabelecimento de considerações quanto à sua sustentabilidade e possíveis contribuições para o desenvolvimento local.

7.1 O Contexto do Turismo no Município de Itatiaia

7.1.1 As áreas turísticas, atrativos e infra-estrutura municipal para o turismo

Conceitualmente, Itatiaia pode ser classificada como um centro turístico – *“é um aglomerado urbano que tem dentro de seu território ou no seu raio de influência atrativos turísticos capazes de motivar a visitação turística”* (IGNARRA, 2003, p. 19).

Atrativos turísticos são definidos como: *“o recurso natural ou cultural que atrai o turista para visitação”* e concentram-se, eventualmente, em áreas turísticas que conceitualmente são: *“um território circundante a um centro turístico que contém vários atrativos e estrutura de transporte e comunicações entre estes vários elementos e o centro”* (IGNARRA, 2003, p. 19). As principais áreas turísticas de Itatiaia são: Penedo, Maringá e Maromba, que concentram uma enorme riqueza de atrativos naturais para o desenvolvimento do ecoturismo, e seu principal atrativo, o conjunto formado pelo Parque Nacional do Itatiaia.

7.1.1.1 O Parque Nacional do Itatiaia

O Parque Nacional do Itatiaia, estreitamente relacionado à identidade do Município de Itatiaia, foi um fator decisivo para o estabelecimento e crescimento da atividade turística nas suas terras.

Conforme estudos para definição do Perfil do Turista do Município de Itatiaia, o Parque concentra o interesse de 51% dos visitantes, mas problemas apontados neste estudo indicam a necessidade de ações para a sua conservação e para que toda a sua potencialidade turística possa ser desenvolvida de forma sustentável.

Na “parte alta”, área do Planalto, onde estão situados o Pico das Agulhas Negras e as Prateleiras, já foi realizado estudo de capacidade de carga para visitação. Nesta área é feito o

controle de circulação, que estabelece um limite de visitantes por condutor e de visitantes/dia, (FIGURA 7.1). Entretanto, este controle não consegue toda a efetividade pretendida em função da existência de entradas clandestinas, em sua maioria na área de Visconde de Mauá e Itamonte.

Essa circulação de visitantes irregulares e de pessoas mal intencionadas (caça, extração de palmito e candeia) acarreta impactos e problemas para o controle de visitação, agravado pela escassez de pessoal, o que representa um grave risco para a Unidade, além de prejuízos na arrecadação através da cobrança de ingressos. Ressalte-se que o Parque conta com um efetivo de apenas 8 fiscais, alguns com idade e tempo de serviço para aposentadoria. O PARNA do Itatiaia tem buscado contornar esta situação através da ajuda de guias, que comunicam a presença de pessoal não identificado através do rádio, mas o problema tem persistido e demanda solução.

Na parte alta do Parque, o pisoteio fora das trilhas oficiais (100% nas Prateleiras, na Tartaruga, Maçã e Paredão, e 97% nas Agulhas Negras) associado à falta de um sistema de drenagem de mais de 50% em todas as trilhas, já provocou processo de erosão lateral de 83% e 72% das trilhas de acesso às Prateleiras e Agulhas Negras, respectivamente; impacto agravado pela criação de trilhas não oficiais, contabilizadas no total de 443, conforme estudo realizado por Magro e Vieira (2000).

Na “parte baixa” do Parque, onde está situada a sua sede, e que concentra o maior número de visitantes, não foi realizado estudo de capacidade de carga e não é efetuado o controle de limite de circulação. Nesta área, o impacto é manifestado pela exposição profunda de raízes nas trilhas dos Três Picos (33%), da Cachoeira Poranga (62%), da Cachoeira Véu da Noiva (42%) e da Cachoeira Itaporani (65%), e ainda, através de 67% de vegetação degradada fora das trilhas de acesso à Cachoeira Último Adeus e 52% à do Lago Azul, e de mais de 50% de problemas de drenagem em todas as trilhas, com exceção da trilha do Lago Azul; 33% de solo nu fora da trilha da Cachoeira Último Adeus, que também apresentava 83% de atos de vandalismo caracterizados por inscrições em rochas, também encontradas em 49% do trecho da trilha da Cachoeira Véu da Noiva (MAGRO E VIEIRA, 2000).

Esses problemas poderiam ser abordados na revisão de seu Plano de Manejo datado de 1982, e indicam a necessidade de intensificação das atividades de educação ambiental e fiscalização, como do estudo de capacidade de carga aplicado também à parte baixa, área que recebe 80% dos visitantes segundo os dados levantados.

A necessidade de modernização do Museu da Flora e Fauna foi apontada consensualmente nas oficinas do Programa Nacional de Municipalização. Um importante atrativo, o Museu foi objeto de reclamação quanto às suas condições de manutenção e

recepção, na pesquisa para definição do Perfil do Turista realizada em 2003, por demanda do Conselho Municipal de Turismo, como resultado do PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo.

Destino	Horário de entrada até:	N.º de visitantes por condutor	N.º de visitantes por dia	Cor do Cartão de identificação
Pico das Agulhas Negras	10:00 horas	12	120	Vermelha
Cume das prateleiras	11:00 horas	12	100	Laranja
Base das Prateleiras	12:00 horas	12	120	Roxo
Pedra do Couto	13:00 horas	20	Sem limite	Verde
Pedra do Altar Asa de Hermes	13:00 horas	20	Sem limite	Amarela
Cachoeira do Aiuruoca	10:00 horas	20	Sem limite	Azul
Abrigo Rebouças	14:30 horas	Sem limite	Sem limite	Branco

Figura 7.1: Parque Nacional do Itatiaia: Controle de Visitação

(Fonte: Crescente Fértil, s.d. Disponível em:

http://www.crescentefertil.org.br/parquenacional/br/mapaitatiaia_br.htm)

A regularização fundiária da Unidade permanece uma questão a ser resolvida – apenas 33% de sua área é regularizada –, mas mesmo reconhecendo a escassez de recursos para a sua promoção, medidas mais enérgicas poderiam ser tomadas junto aos proprietários de imóveis dentro de seus limites, que têm colocado em risco a qualidade dos recursos hídricos existentes com o despejo de efluentes (o Parque tem 12 nascentes e suas águas abastecem o município, além do que as cachoeiras e piscinas naturais constituem recursos de grande beleza e apelo turístico).

O potencial apresentado pelo Parque para uso público está reconhecido em seu Plano de Manejo que afirma sua potencialidade para o desenvolvimento de atividades como montanhismo, interpretação ambiental, recreação e educação ambiental (IBDF, 1982), mas o Projeto de Concessão para Uso Público do Parque, que está incluído na relação de Unidades escolhidas pelo Ministério do Meio Ambiente, não foi ainda implementado e apresenta-se como uma alternativa de parcerias para a sua conservação e desenvolvimento do turismo, devendo merecer, portanto, maior atenção.

Entretanto, é bom ressaltar que as novas formas de uso voltadas para o turismo, embora legítimas para algumas categorias de manejo, exigem novas abordagens; recomenda-se integração entre os gestores de ecoturismo nos estados e municípios e gestores das unidades, bem como investimento em infra-estrutura, pessoal e serviços, devendo ser respeitadas as fragilidades e peculiaridades de cada unidade, bem como as incertezas teóricas, de modo a que o patrimônio natural seja devidamente conservado (REDE PRÓ-UC, 2002).

O Centro de Visitantes não dispõe de espaço para lanche e oferece um espaço modesto para comercialização de *souvenirs*. Esta deficiência é compensada pela loja da AMAI – Associação dos Artesãos Macaco Arreiro de Itatiaia, uma opção de artesanato típico da região que trabalha com temas relacionados ao Parque, criada a partir de programa de capacitação do SEBRAE-RJ, e que fica situada na estrada de acesso ao Parna do Itatiaia. A integração desta iniciativa com o espaço de *souvenirs* do Centro de Visitantes é recomendável para incentivo ao artesanato local e oferta de maior opção de compra para os visitantes da Unidade, e a implantação de um espaço para lanches além de constituir uma fonte de receita poderia representar a diminuição de lixo que, eventualmente, possa ser jogado nas trilhas pelos turistas.

A produção do artesanato tem sido incentivada pelo Programa de Ecoturismo desenvolvido pela Unidade através de oficinas destinadas à população do entorno. Outra atividade implementada pelo Programa é a formação de Condutores de Visitantes, através de um curso complementado por estágio, que oferece formação básica sobre o valor ecológico do Parque, dificuldades das trilhas e boas maneiras, com o objetivo de redução de impactos da visitação, conscientização e satisfação dos visitantes, além de contribuir para a geração de vínculos e educação ambiental da comunidade. Um condutor foi entrevistado e manifestou que o curso propiciou maior vínculo e consciência da importância do Parque, a satisfação de visitantes que elogiavam o trabalho dizendo-se mais seguros para andar, em particular quando acompanhados pela família, e o seu desejo de maior formação como guia de turismo.

A “parte alta” do Parque, aonde o número de visitantes vem aumentando mais do que na parte baixa, não possui um Centro de Visitantes, trilhas interpretativas, nem painéis informativos, o que prejudica o aproveitamento do seu potencial de recreação, sendo aconselhável a instalação de um centro de informações, de sinalização e de mais portões de acesso controlados, que ofereceriam maior suporte para o uso adequado da Unidade e expansão das atividades turísticas na área.

Para otimizar o trabalho de atendimento a visitantes e minimizar impactos, a direção do parque realizou, em 2000/2001 um cadastramento de Guias de Turismo, com previsão de atualização em 2005, mas este cadastramento está restrito à participação de guias locais não

incluindo empresas do Rio de Janeiro e São Paulo, por exemplo, o que certamente ampliaria os resultados alcançados.

Uma questão levantada nas entrevistas e que merece consideração é que o Parque não faz exigência de acompanhamento de guias para visitação, o que prejudica o controle de uso, a segurana dos visitantes (não é rara a ocorrência de turistas que se perdem, sobrecarregando os brigadistas do PrevFogo no seu resgate) e a gerao de trabalho e renda na comunidade, perdendo-se oportunidade ainda para a promoo de educao ambiental através de atividades de interpretao ambiental.

O Parque não possui camping, uma vez que os acampamentos autorizados até 2001 estavam ocasionando degradao ambiental e foram desativados. O atendimento a essa demanda está sendo realizada em áreas próximas, fora dos seus limites, em acampamentos que podem ser classificados como selvagens, uma vez que não oferecem infra-estrutura aos usuários, com exceo da área disponibilizada pelo Hotel Alsene (que cobra uma taxa de pernoite por pessoa). Contudo, essa atividade é realizada irregularmente na área do Parque, o que chegou a ocasionar o incêndio de 2001, que de

Parque, o mais completo hospedado na página da ONG Crescente Fértil⁷, que tem desenvolvido há alguns anos trabalhos em parceria com a Unidade, atuando no seu entorno. No entanto, seria uma boa iniciativa a criação e manutenção de um *site* pela Unidade.

Quanto a *folders* oficiais, o Parque só dispõe de material para distribuição para os alunos do Programa de Visitas Orientadas, que recebem um *kit* com saco de lixo, *folders* e a Cartilha do PrevIncêndio, quando o ideal seria que todos os visitantes recebessem esse material. Uma alternativa seria a realização de parceria para a confecção de material de divulgação, por exemplo, com a empresa Michelin, instalada no município, e que possui tradição nesse tipo de patrocínio na França com a edição dos “Guide Michelin”.

Em cumprimento ao disposto no art. 29 da Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000, que criou o SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação, a Unidade implantou seu Conselho Consultivo a partir de um trabalho de discussão com a comunidade que é representada pelas instituições relacionadas no Quadro 7.1. Destaca-se na sua composição a ausência da Secretaria de Turismo do Município de Itatiaia, onde se localiza a sua sede, e dos demais municípios confrontantes com a sua área, que sem dúvida seriam interlocutores relevantes e que deveriam ter assento para a discussão das questões relativas à sua área de atuação, de forma a garantir o desenvolvimento sustentável da atividade turística na Unidade e no seu entorno.

7.1.1.2 Penedo, Maringá e Maromba

Os demais atrativos naturais distribuídos pelo município, em particular em Penedo, Maringá e Maromba estão sob risco. A expansão urbana – o município ampliou sua área urbana de 1,9% para 4,7% entre 1994 e 2001 (TCE-RJ, 2004) –, tem se processado de forma desordenada, com construções às margens dos rios e desmatamento, o que trouxe um rebaixamento na classificação do município no Índice de Qualidade de Uso do Solo e da Cobertura Vegetal (IQUS), elaborado pela Fundação CIDE (2004). No mesmo período de análise – entre 1994 e 2001– Itatiaia reduziu de 42% para 40% do seu território a área de cobertura de formações florestais, viu crescerem as áreas de afloramento rochoso e campos de altitude de 6% para 11%, tendo reduzido ainda sua vegetação secundária, que passou de 11 para 5% do seu território (TCE-RJ, 2004).

Em Penedo, esse desmatamento, tem levado ao comprometimento do balanço hídrico do Rio das Pedras (TANGARÁ, 1997), importante atrativo, e do Rio Palmital (IBAM, 1998), que abastece a localidade. Os levantamentos constataram problemas de abastecimento em

⁷ http://www.crescentefertil.org.br/parquenacional/br/parquenacional/index_br_parque.htm

Penedo, que sofre com a irregularidade no fornecimento de água em períodos de estiagem, quando a população se vê obrigada a recorrer a carros-pipa para suprir as suas necessidades.

Em Maringá e Maromba a população também sofre com o problema de abastecimento de água na estiagem, uma vez que o serviço oferecido pela Prefeitura não cobre toda a localidade e os moradores se vêm obrigados a realizar ligações próprias em nascentes, cujo nível cai nas épocas de seca.

É importante destacar que a situação de desmatamento poderia ser muito mais grave, não fosse a existência do Parque Nacional do Itatiaia, cuja área de atuação abrange 10 km de largura além dos seus limites. Uma estimativa de irregularidades cometidas e da relevância da atuação do PARNA pode ser feita a partir do número de autuações lavradas pela Unidade entre 2000 – 2003 que totalizaram 376, muitas das quais relacionadas a construções ilegais, desmatamento, desvio de rio, construção em cursos d'água e construção de estradas (IBAMA, 2004).

Em Maringá e Maromba, algumas opiniões foram emitidas no sentido de que o turismo tem contribuído para a retração da pressão ambiental que era provocada pela pecuária leiteira, mas outros acharam que, ao contrário, a atividade tem provocado o retalhamento de glebas rurais em loteamentos para residências secundárias e aumentado a pressão sobre o meio ambiente local.

Um problema comum a Penedo, Maringá e Maromba é o de esgotamento sanitário. O município ainda não implantou um sistema adequado e as edificações utilizam fossas e sumidouros que muitas vezes não estão dimensionadas para o consumo, além de não passarem por uma revisão periódica. Muitas das edificações estão à margem dos rios, em particular hotéis, e os efluentes são diretamente carreados para eles, sem nenhum tratamento prévio. O problema se agrava com a população flutuante em razão do turismo e está contribuindo para a degradação dos cursos d'água (o Rio das Pedras, em Penedo e o Rio Preto, em Maringá e Maromba), além do comprometimento do lençol freático e do recurso turístico que estes rios com suas piscinas naturais representam.

É consenso, que em centros turísticos, os serviços de saneamento, devem atender à população fixa, e ser dimensionados para absorver os impactos dos aumentos populacionais temporários, de modo a não comprometer a qualidade ambiental e colocar em risco a saúde da população local e dos visitantes.

À iniciativa governamental de prestação adequada desses serviços, deve ser somado um esforço de educação ambiental no setor de hotelaria com vistas a uma gestão ambiental responsável da sua atividade, como previsto na Agenda 21 para a Indústria de Viagens e

Turismo, e conscientização da importância da sua atuação para a qualidade do meio ambiente e desenvolvimento local sustentável.

Quadro 7.1 Conselho Consultivo do Parque Nacional do Itatiaia / 2004

Nº de Representantes	Instituições
1 e 1 suplente	AAI - Associação dos Amigos de Itatiaia
1 e 1 suplente	ABGAT - Associação Beneficente Geraldo de Assis Toledo
1 e 1 suplente	ACII - Associação Comercial Industrial de Itamonte
1 e 1 suplente	AHRSI - Associação de Hotéis e Similares de Itatiaia
1 e 1 suplente	AMAI - Associação dos Monitores Ambientais de Itamonte
1 e 1 suplente	APROPANI - Associação Pro-Parque Nacional do Itatiaia
1 e 1 suplente	ASPANIT - Associação dos Servidores do Parque Nacional do Itatiaia
1 e 1 suplente	ATM - Associação de Turismo da Mantiqueira
1 e 1 suplente	CCRCR - Centro Comunitário Rural de Campo Redondo
1 e 1 suplente	CECOM - Centro Comunitário de Alagoa
1 e 1 suplente	CEIVAP - Comitê para Integração da Bacia
1 e 1 suplente	Crescente Fértil Projetos Ambientais, Culturais e de Comunicação.
1 e 1 suplente	ETRM - Escola Técnica Rural da Mantiqueira
1 e 1 suplente	GEAN - Grupo Excursionista Agulhas Negras
1 e 1 suplente	INB - Industrias Nucleares do Brasil
1 e 1 suplente	Parque Nacional de Serra dos Órgãos
1 e 1 suplente	Parque Nacional do Itatiaia
1 e 1 suplente	SEMAD/MG - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
1 e 1 suplente	Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Alagoa
1 e 1 suplente	Secretaria de Municipal de Meio Ambiente de Bocaina
1 e 1 suplente	Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente de Itamonte
1 e 1 suplente	Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Itatiaia
1 e 1 suplente	Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Resende
1 e 1 suplente	SEMADUR - Secretaria Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano do Estado do Rio de Janeiro
1 e 1 suplente	UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

(Fonte: IBAMA, 2004), modificado

Os serviços de fornecimento de energia elétrica e coleta de resíduos sólidos são mais bem resolvidos no município, em especial o fornecimento de energia elétrica. A coleta de

resíduos sólidos foi objeto de reclamação em Maringá e Maromba, onde a regularidade da coleta duas vezes na semana não estava sendo observada; e em Penedo, onde a coleta de lixo verde (que tem grande produção face às características locais) e entulho de obras (também comum em razão do crescimento do bairro) não é atendida a contento. Constatou-se ainda a ausência de lixeiras nas vias públicas e o depósito final em um aterro sanitário inadequadamente localizado, próximo à Represa do Funil, que é também um atrativo turístico do Município.

Conforme os dados coletados, a precariedade no fornecimento dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, em particular este último, é uma questão urgente a ser resolvida em Itatiaia, uma vez que incide diretamente na qualidade de vida local e na conservação do seu patrimônio ambiental, sobre o qual assenta o desenvolvimento do turismo, com reflexos, portanto, no dinamismo da economia e nas relações sociais estabelecidas em razão dessa atividade econômica.

Os problemas observados quanto à prestação de serviços inadequada na coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos, também deixam vulnerável o desenvolvimento da atividade turística no município, uma vez que atuam diretamente sobre a sua qualidade, item que pesa na competitividade por espaço entre as destinações turísticas no mundo globalizado e, certamente, na sustentabilidade do desenvolvimento local.

O desmatamento é a manifestação mais grave da omissão do poder público e da falta de consciência ambiental. Convidado para o XIX Congresso Internacional da Sociedade para a Biologia da Conservação, o biólogo John Terborgh, em visita ao Parque Nacional do Itatiaia, encantou-se com suas belezas, mas considerou que o Parque é *“um lugar bonito, mas uma ilha, no meio de uma paisagem deprimente de morros nus, encostas erodidas e abusos ambientais em larga escala”* (CORRÊA, 2005). Esta é a imagem que a olhos atentos a região está oferecendo, e não se mostra em nada favorável ao futuro do turismo na região, caso não haja uma ação firme de todos os interessados.

Quanto à sua infra-estrutura de equipamentos turísticos o município configura-se como um importante centro turístico do Estado do Rio de Janeiro. Dentro da classificação de APL do Turismo – Arranjos Produtivos Locais do Turismo, realizada pelo SEBRAE-RJ, relativa ao número de estabelecimentos hoteleiros, Itatiaia tem à sua frente apenas os municípios do Rio de Janeiro, Armação dos Búzios e Angra dos Reis (SEBRAE, 2004).

Conforme dados levantados junto à Secretaria de Turismo, o município tinha em 2004 o total de 180 hotéis / pousadas perfazendo 5051 leitos. O predomínio dos estabelecimentos no município era de pequeno porte, capital nacional e investimento local-regional, o que caracteriza, a repartição de benefícios do turismo com a comunidade local e coloca o

município num patamar bastante favorável, uma vez que de acordo com Mastny (2002, p. 121) o turismo, assim como outros setores da economia global, está se tornando a cada dia mais centralizado – em 1999, as cinco principais cadeias de hotéis forneceram 14% da hospedagem mundial e quatro operadoras organizaram, sozinhas, viagens para 50 milhões de turistas no ano 2000. Segundo a autora, “*cerca de 90% das empresas mundiais de turismo são formadas por pequenos negócios*”, mas a cada dia aumentam as pressões para que os governos facilitem o acesso de grandes investidores nos ativos turísticos, o que levaria a um acirramento da centralização de lucros e, provavelmente de democratização de prejuízos, como temos visto em outros ramos de atuação da indústria no mundo, demandando, portanto, atenção de investidores e governos de países em desenvolvimento com grande potencial de recursos turísticos na defesa do seu patrimônio.

7.1.2 Envolvimento e participação no planejamento do turismo

Como resultado das ações de descentralização do governo federal e da importância turística do município no Estado do Rio de Janeiro, Itatiaia participou do Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT.

O Programa, criado pelo Governo Federal com o objetivo de “fomentar o desenvolvimento turístico sustentável nos municípios, tinha como princípios orientadores a descentralização, a sustentabilidade, a formação de parcerias, a mobilização da comunidade e sua capacitação para o turismo, desdobrando-se em três fases: (i) sensibilização dos agentes e conscientização quanto a importância do turismo; (ii) capacitação para a criação do Conselho Municipal de Turismo e do Fundo Municipal do Turismo; (iii) capacitação para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável de Turismo (EMBRATUR, 2002).

O Município de Itatiaia passou pelas três fases do Programa, criando o seu Conselho Municipal de Turismo, regulamentado pela Lei Municipal nº 348, de 18 de setembro de 2002, que criou o Fundo Municipal de Turismo (PMI, 2004). Efetuou o planejamento estratégico do turismo, conforme a metodologia participativa empregada pelo PNMT, através da qual a comunidade, representada pelos participantes (ANEXO II), identificou os pontos fortes e fracos do município para o desenvolvimento local do turismo quanto aos seus atrativos (TABELA 7.2), equipamentos e serviços turísticos (TABELA 7.3), infra-estrutura de apoio (TABELA 7.4), demanda (TABELA 7.5) e envolvimento da comunidade (TABELA 7.6).

Os pontos relacionados nas tabelas traçam um perfil das condições do município para o desenvolvimento do turismo e evidenciam a conscientização da comunidade quanto às suas potencialidades e carências.

Tabela 7.2 PNMT / Planejamento estratégico: Pontos Fortes e Fracos do Turismo no Município de Itatiaia - Atrativos

Atrativos	Pontos Fortes	Pontos a Melhorar
PNI – Parque Nacional do Itatiaia	Beleza cênica; diversidade da fauna e da flora; conservação; pratica de esportes da natureza; pesquisa científica; qualidade de abastecimento de água; unidade de área protegida; clima; implementação de proposta de ecoturismo; 1º parque nacional do Brasil; recreação.	Formação de guias locais; qualidade de informação dos guias; acessos clandestinos; segurança; depredação do meio ambiente; corte ilegal do palmito; controle de visitação; capacitação dos guias e condutores em relação aos atrativos naturais; acesso; fiscalização; sinalização; conscientização da comunidade do entorno do PNI
Penedo (trilhas, picos, cachoeiras)	Recreação; paisagem natural associada à paisagem urbana; abastecimento de água; area protegida/Parque turístico/APA; belezas naturais; esportes da natureza	Fiscalização ambiental; acessos; sinalização turística para atrativos
Maringá /Maromba (trilhas, picos, cachoeiras)	Recreação; rusticidade na interação homem/atrativo natural; fauna e flora; ambiente bucólico; esportes naturais; exuberância das cachoeiras/clima	Segurança/acesso; fiscalização e educação ambiental; sinalização; caça predatória; descaso do poder público
Atrativos Histórico-Culturais	Acervo de valor científico e histórico (Museu do PNI); espaços físicos adequados e de fácil acesso na área central; existência da Casa do Papai Noel e Pequena Finlândia; museu Finlandês de Dona Eva Hildén; existência da Academia Itatiaense de História	Valorização da colonização finlandesa e Fazenda Penedo; pouca valorização dos artistas locais (interação); esquecimento dos monumentos históricos móveis e imóveis; correções de conceitos nos atrativos culturais (atelier X galeria de arte); Museu do PNI desatualizado e conservação precária do acervo; infra-estrutura do Teatro Municipal a ser melhorada.
Manifestações Populares	-	Falha na elaboração, organização e divulgação do calendário de eventos e manifestações populares
Realizações Técnico-Científicas	-	Aproveitamento turístico deficiente da represa do Funil
Eventos	-	Deficiência de infra-estrutura sanitária e de segurança nos eventos e manifestações populares

(Fonte: EMBRATUR, 2003), modificado.

Tabela 7.3 PNMT / Planejamento estratégico: Pontos Fortes e Fracos do Turismo no Município de Itatiaia – Equipamentos e Serviços

Equipamentos e Serviços	Pontos Fortes	Pontos a Melhorar
Meios de Hospedagem	Cortesia no atendimento; localização (ar puro, natureza etc); quantidade de leitos; preços competitivos	Profissionalismo do empresário; capacitação de mão-de-obra; classificação dos hotéis e pousadas; conservação dos recursos naturais; infra-estrutura (luz, esgoto, telefone ...); inexistência de bons fornecedores
Alimentação	Diversidade gastronômica (Penedo, Mauá e Parque Nacional); preços competitivos	Capacidade de atendimento dos restaurantes (núcleo central); capacitação de mão-de-obra; conscientização dos donos de restaurantes (núcleo central); inexistência de bons fornecedores
Agenciamento e Transporte		Regularização e capacitação dos empresários de transporte já existentes
Instalações para eventos	Boa oferta, nos hotéis, de salas para reuniões de até 50 pessoas	Inexistência de um centro de convenções para grandes eventos; inexistência de um parque de exposições
Entretenimento	Parque temático: Casa de Papai Noel; Clube Finlandês com danças típicas	Oferta de entretenimento; exploração turística da Usina do Funil
Outros serviços		Conscientização de cooperativismo e associativismo da comunidade local; inexistência de empresas organizadoras de eventos; deficiência de banco 24 horas em Penedo; deficiência na parte operacional dos centros de informação turística; regularização e capacitação dos guias de turismo locais

(Fonte: EMBRATUR, 2003), modificado.

Tabela 7.4 PNMT/Planejamento estratégico: Pontos Fortes e Fracos do Turismo no Município de Itatiaia – Infra-Estrutura de Apoio

Infra-Estrutura de Apoio	Pontos Fortes	Pontos a Melhorar
Sistema de Transporte	Rodovia Presidente Dutra – BR 116; Linhas circulares, intermunicipais, interestaduais, transporte alternativo	Manutenção: BR 485 (PNI), RJ 163 (Penedo/Mauá), RJ 151 (Mauá/Maromba); Horários irregulares; Modelos inadequados; Estado de conservação, padronização, legislação; Itinerários; Carência de número e horários de táxis
Sistema de Segurança	Defesa civil; Polícias: civil, militar e rodoviária; Guarda municipal	Inexistência de Corpo de Bombeiros; Falta: divulgação, efetivo, posturas, patrulhamento e conhecimento do município; Efetivo, capacitação, transporte para a Guarda Municipal
Sistema de Comunicação	Imprensa escrita; Rádio amador; Quantidade de telefones públicos; Televisão regional	Ausência de agência postal (Maringá/ Maromba); Existência de tarifação DDD dentro do município; Qualidade dos serviços de telefonia (fixa e móvel); Ausência de rádio difusora; Ausência de provedor de internet
Sistema Médico-Hospitalar	Hospital, maternidade e pronto-socorro; Postos de saúde (centro, Penedo, Maromba)	Manutenção dos equipamentos; Falta de medicamentos; Qualidade no atendimento e nos serviços; Ambulatório do município; Inexistência de UTI e banco de soro antiofídico e antiaracnídeos
Infra-Estrutura Básica	Abastecimento de água, energia elétrica; Limpeza urbana	Usina de reciclagem de lixo; Saneamento básico; Carência de coletores de lixo; Coleta de lixo; Aterro sanitário
Sistema Educacional	Ensino médio e fundamental; Turismo nas escolas; Cursos profissionalizantes; Ensino de línguas	Qualidade no ensino; Ausência de ensino superior

(Fonte: EMBRATUR, 2003), modificado.

Tabela 7.5 PNMT / Planejamento estratégico: Pontos Fortes e Fracos do Turismo no Município de Itatiaia - Demanda

Demanda Turística	
Pontos Fortes	Pontos a Melhorar
<ul style="list-style-type: none"> • Bom fluxo de turistas nas férias e feriados • Bom poder aquisitivo dos clientes • Turismo de negócios (Penedo) 	<ul style="list-style-type: none"> • Grande sazonalidade • Conhecimento do perfil do turista • Identificação dos desejos e necessidades do cliente • Turismo ecológico

(Fonte: EMBRATUR, 2003), modificado.

Tabela 7.6 PNMT / Planejamento estratégico: Pontos Fortes e Fracos do Turismo no Município de Itatiaia – Envolvimento da Comunidade

Envolvimento da Comunidade	
Pontos Fortes	Pontos a Melhorar
<ul style="list-style-type: none"> • Atuação efetiva do Conselho de Turismo • Existência do Fundo de Turismo • Projeto Turismo nas Escolas • Educação ambiental no PNI 	<ul style="list-style-type: none"> • Conscientização de alguns empresários • Divulgação das ações e benefícios realizados pela atividade turística

(Fonte: EMBRATUR, 2003), modificado.

Como desdobramento das oficinas e das propostas do Conselho Municipal de Turismo foram realizadas, entre outras iniciativas, as pesquisas para identificação do Perfil do Turista, de Demanda Turística e de Oferta Turística; confeccionado material de divulgação; divulgação turística do município (Calendário de Eventos; participação em Feiras e Eventos Turísticos, contratação de Assessoria de Imprensa); capacitação do pessoal de apoio dos Postos de Informação Turística (Penedo e Acesso ao PARNA do Itatiaia) e da Secretaria Municipal de Turismo.

A Secretaria de Turismo empreendeu esforços no sentido de realização de parcerias internas, com outras Secretarias Municipais, e externas para: viabilização da implantação da sinalização turística em Penedo, Maringá e Maromba; capacitação de pessoal empregado na hotelaria, restaurantes e similares, e implementação do “Projeto Turismo na Escola”, com vistas a conscientizar o público infanto-juvenil sobre a importância do turismo para o município.

Pelas entrevistas realizadas foi constatado ter havido um grande empenho da Secretária Executiva de Turismo de Itatiaia (Monitora Municipal do PNMT) e envolvimento dos representantes da comunidade nas oficinas do Programa, assim como motivação para a participação no Conselho Municipal de Turismo. Mas este envolvimento inicial de

participação no Conselho e planejamento do turismo deu lugar, com o tempo, à desmobilização e descrença no poder público local, face ao não-cumprimento de acordos e desvio dos recursos do Fundo Municipal do Turismo para outras finalidades.

A participação é considerada um dos pressupostos da sustentabilidade. Para Sachs (2002, p.87) o conceito de desenvolvimento sustentável implica, entre outros aspectos na “participação efetiva da população envolvida – os verdadeiros atores do processo de desenvolvimento” e, neste sentido, os conselhos municipais têm sido vistos como um dos resultados mais importantes das reformas municipais no país, na busca de uma ação política que promova maior interação entre o governo e a sociedade (GOHN, 2001). Faundez (1993, p. 69) alerta que “sem uma participação coletiva, criadora, crítica e permanente, não é possível descobrir as questões essenciais, nem as respostas adequadas que permitirão construir uma sociedade mais justa, mais livre e mais solidária”.

Mas o ocorrido em Itatiaia preocupa quanto ao futuro engajamento da população no Conselho Municipal de Turismo visando à gestão participativa do turismo para o desenvolvimento sustentável, uma vez que remete a Borja (1988 *apud* DIAS, 2003, p. 114), para quem:

“a participação popular não pode substituir um setor público opaco e desfalecente, socialmente ineficaz, administrativamente improdutivo, organicamente caótico, economicamente perdulário e politicamente burocratizado, [...] que, pelo contrario, uma administração justa e ativa, com programas ambiciosos destinados a melhorar o bem estar dos cidadãos, são condições prévias ao desenvolvimento da participação. Sem esse investimento político e econômico os chamados a participar estão condenados ao fracasso”.

A participação da sociedade civil e da iniciativa privada no planejamento não significa substituir as funções reguladoras, de coordenação e de alocação de recursos do governo, nas suas três instâncias, que deverão cooperar entre si para a promoção do desenvolvimento.

7.1.3 A percepção da comunidade quanto aos efeitos positivos e impactos do turismo

Para melhor avaliar os efeitos positivos e impactos do turismo sobre o município e sua contribuição ao desenvolvimento local sustentável foi realizado por esta pesquisa um levantamento, através de questionário aplicado a representantes da comunidade, participantes das oficinas do Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT realizado em 2003 no Município, relacionados no Anexo II (representantes do setor publico, da iniciativa privada e da sociedade civil organizada), e outros atores indicados por seu envolvimento com o tema e mobilização para a construção do desenvolvimento local através do turismo.

A avaliação dos efeitos do turismo é de grande importância para o seu desenvolvimento sustentável, uma vez que os impactos podem ser expressivos e levar à decadência do destino turístico, com irreparáveis perdas ambientais e sociais.

Para Barbosa (2004, p. 91-92), a medida do sucesso da atividade turística considerando as premissas do desenvolvimento sustentável deixou de ser o número de turistas. Com essa nova perspectiva, o desenvolvimento turístico, segundo o autor, “passou a sofrer intenso processo de revisão [...] percebeu-se, sobretudo, a dimensão política e ética nele inscrita, o que tinha sido fortemente ignorado pela teoria anterior”. Atualmente, em lugar do número de turistas, novos parâmetros servem para medir os resultados da atividade turística, que incluem “[...]a receita obtida pelo influxo de turistas; a qualidade dos turistas recebidos; os benefícios sociais e econômicos que a atividade pode gerar” e, certamente, sua contribuição para a conservação do meio ambiente.

O questionário aplicado nesta pesquisa procurou cobrir os diferentes efeitos do turismo com enfoques socioeconômicos, socioculturais e socioambientais, pontuando os efeitos onde: 0 (zero) representa nenhum efeito; 1, baixo efeito; 2, efeito médio; 3, bom ou alto efeito; e 4, excelente ou efeito muito alto.

7.1.3.1 Efeitos socioeconômicos

Em razão dos seus efeitos econômicos mostrarem-se altamente favoráveis, o turismo tem sido apontado, conforme Ruschmann (1997), como uma alternativa de crescimento econômico para países e regiões menos desenvolvidas, muitas vezes visto, erroneamente, como a “tábua de salvação”, sem considerar que este crescimento pode comprometer outros aspectos da economia, ou criar novos problemas relacionados com o meio ambiente natural e sociocultural, que só recentemente passaram a merecer atenção. A negligência em relação a esses aspectos repercute diretamente sobre a população fixa dos destinos turísticos, sobre a sustentabilidade do turismo e sobre a perspectiva de um desenvolvimento local sustentável.

Os efeitos positivos e impactos socioeconômicos do turismo, nesta pesquisa, foram abordados em termos de: geração de emprego, incremento da atividade empresarial (novos empreendimentos e expansão do setor de construção civil), aumento da renda familiar, valorização das propriedades, custos derivados da flutuação da demanda (diminuição de renda na baixa temporada), na estabilidade de preços (inflação e especulação imobiliária). A percepção da comunidade sobre estes efeitos socioeconômicos do turismo no município é apresentado na Tabela 7.7.

A análise dos dados referentes aos efeitos socioeconômicos positivos do turismo (geração de empregos, atração de novos empreendim

Entretanto, o efeito do turismo sobre a geração de empregos é certamente consideravelmente superior, considerando que, segundo esclarece Acerenza (2002, p. 121),

“[...] os empregos gerados pelo turismo têm sua origem no gasto do visitante e, portanto, não se geram só no próprio ‘setor’ turístico e nos seus setores provedores, pois esse gasto também dá origem a empregos adicionais que se derivam em atividades conexas[...]”.

É importante ressaltar que, caso considerássemos o efeito do turismo na geração de empregos apenas nas localidades de Penedo e Maringá / Maromba, as taxas de absorção a serem consideradas seriam muito maiores, dada a concentração da atividade turística nessas áreas.

7.1.3.1.2 Incremento da atividade empresarial

A percepção quanto ao incremento da atividade empresarial provocado pelo turismo foi medida pelos indicadores de novos empreendime

Conforme as informações recolhidas através de entrevistas, o aumento da construção civil está mais relacionada com a expansão urbana provocada pela localização de indústrias na Via Dutra, do que propriamente pela atividade turística.

7.1.3.1.3 Aumento da renda familiar

As respostas relativas à contribuição do turismo para o aumento da renda familiar da população, que está estreitamente relacionado com a geração de renda para mulheres e jovens, assim como à inclusão do turismo na força de trabalho familiar em espaços rurais, indicaram que a atividade turística apresenta, na percepção da comunidade, 76,7% de bom a excelente efeito (30% de excelente efeito e 46,7% de bom efeito); 16,7% de médio efeito e 6,6% de baixo efeito.

O município, segundo colocado no Estado do Rio de Janeiro quanto à classificação PIB *per capita*, teve sua renda aumentada em 23,04% entre 1991 e 2000, período em que a desigualdade diminuiu conforme Índice de Gini, que passou de 0,58 para 0,55 (TCE-RJ, 2004). Configura-se dessa forma uma contribuição relevante do turismo - atividade econômica que promove o maior número de empregos na localidade - na redução das desigualdades e distribuição de renda, atendendo uma das premissas do desenvolvimento sustentável.

7.1.3.1.4 Valorização das propriedades

A análise dos dados relativos à correlação entre a atividade turística no município e a valorização das propriedades indicou que 70% da população consideram que o turismo teve um efeito bom a excelente quanto a este aspecto (40% relacionados a um excelente efeito e 30%, a um bom efeito); o restante dividiu-se entre um efeito médio (20%) e baixo (10%).

Depoimentos colhidos na região de Maringá e Maromba atribuíram à valorização imobiliária ocorrida com o turismo a grande oportunidade para o trabalho e fixação no campo, uma vez que a decadência da pecuária leiteira na região não deixava alternativa a não ser a emigração – muitos saíram e foram para municípios paulistas do Vale do Paraíba. Com a valorização puderam vender parte da propriedade rural, investir na atividade turística e permanecer em sua terra natal.

Para outros, entretanto, a valorização tem provocado a repartição das glebas rurais para a construção de residências secundárias e ocasionado pressão ao meio ambiente local.

7.1.3.1.5 Diminuição de renda na baixa temporada

Os dados relativos à análise dos custos derivados da flutuação da demanda (diminuição de renda na baixa temporada) trouxeram evidências quanto ao impacto da sazonalidade na renda local. 53,4% da população ouvida concluiu que a “baixa temporada” tem alto (46,7%) a muito alto (6,7%) efeito sobre a diminuição da renda. Do total das respostas, 33,4% consideraram que o efeito é médio e 10% que é baixo. Uma das pessoas preferiu não emitir opinião sobre este tema.

A sazonalidade caracteriza-se pela concentração do fluxo turístico em determinado período do ano e retração ao longo do resto do ano. Suas causas podem ser atribuídas, segundo Teles (2002, p. 7), a fatores como: “(i) institucionais - as férias trabalhistas e escolares são concentradas e definidas no tempo; e (ii) climáticos e outros fatores - que vinculam as atividades turísticas em determinado período de tempo, tais como, estações climáticas e eventos de massa”.

Os picos de demanda na região de Itatiaia acontecem, de acordo com estudos para a elaboração do Plano de Manejo do Parque Municipal Turístico Ecológico de Penedo (TANGARÁ, 1997) e depoimento dos entrevistados, em dois períodos do ano: de final de junho a início de agosto e do final de dezembro ao final de fevereiro.

Para Teles (2002, p. 7) entre os efeitos da sazonalidade da demanda sobre os agentes e negócios turísticos, podem ser apontados:

“(i) a degradação da qualidade dos serviços durante o pico da alta estação; (ii) a sub-utilização dos recursos limitados nos períodos da baixa estação; (iii) a redução da rentabilidade dos negócios turísticos e do nível de emprego; e (iv) a instabilidade no mercado turístico, com implicações nos demais segmentos da economia receptora, via cadeia produtiva e efeito multiplicador”.

O enfrentamento destes efeitos da sazonalidade requer estratégias bem formuladas, em parceria com todos os atores envolvidos, de modo a minimizar seu impacto sobre a renda, qualidade dos serviços, do meio ambiente e de vida da população.

Os impactos da sazonalidade são mais sentidos na medida em que a região seja mais ou menos dependente da atividade turística e, conforme esclarece Acerenza (2002), têm relação com a modalidade de emprego que o turismo oferece, uma vez que as empresas do setor, prevendo a flutuação mantêm apenas alguns funcionários fixos, contratando funcionários “temporários” nos momentos em que a demanda aumenta.

Este foi um dos aspectos observados do impacto da sazonalidade sobre a renda local, com um alto índice de dependência do turismo, uma vez que o índice nesta questão foi de 53,4% no conceito alto a muito alto.

7.1.3.1.6 Estabilidade de preços

A estabilidade de preços no município foi medida com os indicadores inflação e especulação imobiliária. Sua análise demonstra que a maioria das respostas aponta um impacto médio do turismo sobre a inflação e especulação imobiliária – 45%. As opiniões sobre um impacto alto a muito alto somaram 35% e sobre um impacto nulo a baixo, 18,35%, sendo que um dos entrevistados preferiu não se manifestar sobre a ocorrência de inflação em razão do turismo.

A inflação e a especulação imobiliária são, na opinião de Ruschmann (1997, p. 45), itens que atingem duramente os moradores fixos de destinos turísticos, pois, muitas vezes, “[...] as rendas auferidas com o movimento de turistas nem sempre compensam esse aumentos”.

✓ Inflação

A questão colocada sobre o impacto inflacionário do turismo teve como avaliação predominante um efeito médio (56,7%); o restante das respostas oscilou entre: nenhum efeito (10%), baixo efeito (13,3%), alto efeito (13,3%) e efeito muito alto (3,4%).

✓ Especulação imobiliária

No tocante à avaliação quanto à especulação imobiliária, 53,3% da amostra da população pesquisada considera que o turismo apresenta um reflexo alto a muito alto sobre este indicador no município (46,6% julgaram ser alto e 6,7% foram de opinião que este reflexo é muito alto). 33,33% julgaram que este efeito é médio, e 13,34% avaliaram que o turismo tem um efeito baixo ou nulo sobre a especulação imobiliária (6,7% cada).

Para Archer e Cooper (2001, p.88) à medida que o turismo cresce em uma determinada região, aumentam suas exigências sobre os seus recursos, o que leva à elevação de preços, em particular da terra, cuja vantagem decorrente da elevação dos preços fica nas mãos de especuladores:

“[...] os donos de terra locais são incentivados a vender a sua propriedade, e o resultado é que, embora possam obter ganhos a

curto prazo, no final a única coisa de que eles dispõem é de seu trabalho de baixa remuneração”.

Desta maneira, o turismo mostra uma de suas faces mais perversas retirando benefícios dos locais onde se desenvolve e devolvendo muito pouco em troca.

7.1.3.1.7 Contratação externa

No que se refere à distribuição de benefícios pelo setor de turismo através da contratação de moradores observa-se que, embora seja alto o nível de geração de empregos na

7.1.3.1.8

manifestada em entrevistas é de que a atividade tradicional da agricultura estava decadente e que o turismo foi uma alternativa providencial para a população, em especial nas vilas de Maringá e Maromba, contribuindo ainda para o surgimento e expansão da produção de derivados do leite, de doces e compotas de frutas que são vendidos no comércio turístico local.

7.1.3.2 Efeitos socioculturais

Os efeitos socioculturais variam, segundo Acerenza (2002, p.134), de acordo com a relação entre número de habitantes e de turistas, apresentando características diferentes, “em função do lugar, dos usos e costumes, do nível de vida imperante e da etapa de desenvolvimento em que se encontra o turismo”.

Para Molina e Abitia (1987 *apud* Barreto, 1995) os efeitos sociais positivos do turismo, aqueles relacionados à qualidade de vida das populações, não é muito sentido nos países em desenvolvimento em razão da gênese do modelo escolhido para o incremento do turismo, que está muito mais relacionado com o crescimento do que com o desenvolvimento.

A percepção da comunidade quanto aos efeitos socioculturais do turismo em Itatiaia são apresentados na Tabela 7.8.

Convém ressaltar que Itatiaia está entre os oito municípios do Estado do Rio de Janeiro que alcançaram alto nível de desenvolvimento humano (é o oitavo colocado, no início da faixa de alto desenvolvimento com exatos 0,800) de acordo com a classificação do IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, índice que avalia as condições sociais dos municípios brasileiros com relação à educação, renda e expectativa de vida (TCE-RJ, 2004).

7.1.3.2.1 Melhoria na infra-estrutura urbana

A percepção quanto a esta questão apresentou-se perfeitamente coerente com a realidade dos serviços e da infra-estrutura oferecidos conforme acima exposto. 76,6% das respostas apontaram que o turismo exerceu baixo ou nenhum efeito sobre a qualidade de vida da população em virtude de melhorias na infra-estrutura urbana. 16,6% opinaram de que este efeito foi médio e apenas 6,8 % consideraram alto ou muito alto os reflexos do turismo neste indicador.

A falta de saneamento básico, com esgoto lançado a céu aberto e um serviço inadequado de coleta, transporte e tratamento têm ocasionado a contaminação do lençol freático e cursos d’água, conforme diagnóstico para elaboração do Plano Diretor (IBAM,

1998), declaração de moradores e observação por ocasião dos trabalhos de campo desta pesquisa. Esta realidade coloca em risco a qualidade de vida da população e a sustentabilidade da atividade turística no município. Investimentos são necessários também no fornecimento de água e no melhoramento da coleta e disposição final de resíduos sólidos.

O investimento em infra-estrutura, de um modo geral, embora não suficiente, é, segundo Amaral Filho (1996), relevante para a promoção de dinamismo no processo de desenvolvimento endógeno, uma vez que cria externalidades para o capital privado atuando na endogeneização do excedente econômico local e na atração de excedentes de outras regiões, com reflexos na ampliação do emprego, do produto e da renda.

Tabela 7.8 Efeitos socioculturais do turismo em Itatiaia - percepção da comunidade.

EFEITOS DO TURISMO		PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE (%)				
		Nulo	Baixo	Médio	Bom/ Alto	Excelente Muito Alto
Melhoria na infra-estrutura		36,6	40	16,6	3,4	3,4
Melhoria no nível educacional		13,3	13,3	66,6	3,4	3,4
Criação de oportunidade de lazer		20	33,3	43,3	3,4	-
Valorização do patrimônio histórico		26,7	36,7	23,3	13,3	-
Revitalização da cultura			16,7	40	36,7	6,6
Organização e participação da população*		6,7	23,3	33,3	30	3,4
Oportunidades de trabalho para a mulher			3,3	13,3	36,7	46,7
Projeção política e mudanças na administração municipal	Melhorias na administração municipal	50	33,3	10	6,7	-
	Iniciativas do governo local para o planejamento	63,4	13,3	13,3	10	-
	Conselho Municipal de Turismo atuante e respeitado p/ governo	10	66,6	16,6	3,4	3,4
Projeção da cidade e auto-estima da população		3,3	13,3	10	50	23,3
Aumento da imigração		3,3	20	40	33,3	3,4
Impacto sobre valores morais	Perda de segurança	40	30	23,3	6,7	-
	Drogas e disseminação de doenças	80	16,7	3,3	-	-
	Ocorrência de prostituição	93,3	3,3	3,4	-	-
Perda de conforto		53,3	33,3	10	3,4	

* Um dos pesquisados não emitiu opinião sobre a questão

7.1.3.2.2 Melhoria no nível educacional

Quanto ao reflexo do turismo no nível educacional, 66,6% concordam que o efeito foi médio, 26,6% de que foi baixo ou nulo (13,3% em cada pontuação), 3,4% de que foi alto e

3,4% de que foi muito alto. Resultado que fecha com a informação sobre a necessidade de contratação externa de pessoal mais qualificado e com as informações apresentadas no Capítulo 6 sobre o perfil educacional do município.

Itatiaia tem uma boa avaliação quanto ao nível educacional de ensino médio, mas necessita de investimentos na capacitação profissional para o atendimento do setor de turismo.

7.1.3.2.3 Criação de oportunidade de lazer para a comunidade

Um dos efeitos positivos do turismo para as comunidades dos destinos turísticos pode estar relacionada à criação de oportunidades de lazer para a população fixa. As respostas a essa questão indicam que este efeito é sentido pela população como nulo a baixo (53,3%), sendo 20% de respostas para o efeito nulo e 33,3% para o baixo. Na avaliação média situaram-se 43,3% das respostas, e na avaliação alta, os restantes 3,4%.

As oportunidades de lazer criadas estão, segundo declarações, mais relacionadas com a diversão noturna, à qual todos não têm acesso; em contrapartida, áreas de lazer como as cachoeiras estão sendo poluídas, representando perdas de oportunidades de lazer para a população, em particular para aquela de renda mais baixa.

7.1.3.2.4 Valorização do patrimônio histórico

O turismo pode se apresentar como um grande aliado para a preservação e valorização do patrimônio histórico. Acerenza (2002) acredita ser este o campo que talvez receba a maior contribuição do turismo em benefício da sociedade, através da proteção de cidades históricas, da arquitetura tradicional, dos monumentos e de outras manifestações.

A maior concentração de respostas define que este efeito do turismo no município é sentido como nulo a baixo, com 63,4% das respostas. As outras opiniões ficaram divididas entre um médio efeito, com 23,3% e um alto efeito com 13,3%.

O município tem um casario antigo, fazendas da época áurea do café, a Igreja de Nosso Senhor dos Passos, o Museu do Parque Nacional do Itatiaia e o Museu Finlandês de Dona Eva Hildén que poderiam ter melhor valorização do seu potencial turístico. A diversificação de atrativos é um aspecto a ser considerado para motivar a permanência do turista no município e para minimizar impactos sobre os atrativos naturais.

7.1.3.2.5 Revitalização da cultura

O turismo pode exercer um papel positivo para a recuperação e conservação de valores culturais, uma vez que estimula o interesse da comunidade por suas tradições que são valorizadas pelos turistas, podendo resultar na revitalização das manifestações culturais como o artesanato, a gastronomia e o folclore.

A avaliação quanto aos efeitos do turismo para a revitalização da cultura foi de médio a bom – 76,7% (40% para a avaliação média e 36,7% para a avaliação de um bom efeito).

O turismo contribuiu para o fortalecimento do artesanato e da culinária regional e para a preservação de tradições da colônia finlandesa de Penedo, como as danças típicas realizadas aos sábados no Clube Finlândia. Entretanto, de acordo com depoimento de uma descendente de finlandeses, poderiam ser incentivadas a produção de artesanato típico de madeira daquele país e a tapeçaria, entre os jovens da região, o que representaria a oportunidade de geração de trabalho e renda.

7.1.3.2.6 Fortalecimento da organização e da participação da população

A participação é entendida como vital dentro do processo de desenvolvimento sustentável. Sachs (1993) considera que o novo paradigma de desenvolvimento deve se apoiar na capacidade endógena de se pensar, o que pressupõe a participação da sociedade civil organizada e a autonomia para a proposição de um modelo de desenvolvimento autêntico.

A diversidade de características e de interesses dentro de uma região ou de um município exige que o planejamento considere as demandas localizadas. Neste sentido, o fortalecimento da organização e da participação de grupos sociais representativos, de modo a integrar esforços, racionalizar o uso de recursos e atingir os objetivos da comunidade, é pré-condição para um desenvolvimento local sustentável.

As diferentes vertentes em favor da participação convergem quanto a sua importância para assegurar a eficiência e sustentabilidade do desenvolvimento, para a boa governança (um meio de induzir à transparência das ações públicas e combate à corrupção), acumulação de capital social, consolidação de identidades locais/regionais e fortalecimento da competitividade (BANDEIRA, 1999).

A percepção local quanto à contribuição do turismo para o fortalecimento da organização e da participação comunitária obteve um perfil médio a bom efeito, que somaram 63,3% das respostas.

De fato é grande o número de organizações locais criadas a partir de interesses relacionados ao turismo, e que tiveram uma forte participação no processo de planejamento turístico implementado pelo Programa Nacional de Municipalização do Turismo. Entre elas

destacam-se: ALOFIN - Associação de Lojistas da Pequena Finlândia; ACETAP - Associação Comercial, Empresarial Turística e Amigos do Alto Penedo; AHRSI – Associação de Hoteleiros, Restaurantes e Similares de Itatiaia; ACIATI – Associação Comercial Industrial Agropecuária e Turística de Itatiaia; GEAN – Grupo Excursionista Agulhas Negras; AAI – Associação de Artesãos de Itatiaia e AMAI – Associação dos Artesãos Macaco Arteiro de Itatiaia.

7.1.3.2.7 Criação de oportunidades de trabalho para a mulher

O turismo pode desempenhar um papel importante na emancipação da mulher. Para Acerenza (2002) a atividade turística, por absorver um grande contingente de mão-de-obra feminina contribui para a revisão de seu papel na sociedade. Através do seu ingresso no mercado de trabalho turístico, a mulher, além da sua independência financeira, entra em contato com pessoas e costumes diferentes, o que gera mudanças em seu estilo de vida, com repercussões na sociedade a que pertence.

As respostas quanto aos efeitos do turismo na criação de oportunidades de trabalho para as mulheres mostraram que a população feminina de Itatiaia foi muito beneficiada pela geração de empregos. 83,4% das respostas situaram-se numa avaliação de que este efeito foi bom a excelente (36,7% na avaliação bom efeito e 46,7% na avaliação de um excelente efeito).

Um dos entrevistados na região de Maringá / Maromba ressaltou a importância do turismo neste aspecto: *“antes era difícil um trabalho pr’as mulheres, só tinha a roça; agora não, é difícil ver uma mulher que não trabalha”*.

7.1.3.2.8 Projeção política e mudanças na administração municipal

O novo paradigma de desenvolvimento pressupõe segundo Sachs (1993), um movimento conseqüente no sentido de mudanças institucionais. Essas mudanças apontam para governos locais identificados com um esforço para o estabelecimento de consenso político, numa cultura de cooperação para a criação coletiva de um projeto de desenvolvimento (Boisier, 1996, p. 124). Este projeto se materializa, segundo Boisier (1996, p.125) em um plano estratégico que deve responder às seguintes questões: (i) qual a vocação econômica local? (ii) como potencializar as vantagens comparativas locais? (iii) como aproveitar essas vantagens atraindo investidores e financiamentos? (iv) como gerar empregabilidade para a

população? (v) onde comercializar os bens e serviços produzidos e (vi) como fazê-lo de forma a promover crescente acumulação de capital? (BOISIER, 1996, p. 124-125).

A pesquisa abordou três vertentes de mudança que poderiam ser provocadas pela projeção política do município em razão do turismo: (i) melhorias na administração municipal; (ii) iniciativas do governo local para o planejamento e (iii) Conselho Municipal de Turismo atuante e respeitado pelo governo local.

O somatório dos indicadores mostra que a percepção quanto aos efeitos do turismo na contribuição para a projeção política do município e mudanças na administração municipal concentraram-se num efeito nulo a baixo, com 78,9% das respostas. A avaliação de um médio efeito recebeu 13,3% das respostas e o efeito bom a excelente apenas 7,8% das respostas.

✓ Melhorias na administração municipal

A avaliação da comunidade quanto à introdução de melhorias na administração municipal foi de que este efeito apresentou-se nulo a baixo (83,3% das respostas). A administração foi duramente criticada nas entrevistas em razão da omissão na prestação de serviços e falta de transparência na aplicação dos recursos públicos.

✓ Iniciativas do governo local para o planejamento da atividade turística

O planejamento constitui-se em ferramenta chave para o desenvolvimento sustentável

participação frente ao resultado alcançado na implementação das ações propostas e desvio dos recursos do Fundo Municipal do Turismo para o atendimento de outras finalidades.

✓ Conselho Municipal de Turismo atuante e respeitado pelo governo local

A abertura de canais de comunicação entre a sociedade civil e o governo local é considerada, dentro do processo de democratização das políticas públicas, uma peça chave na construção de um modelo de gestão que atenda a essa prerrogativa, contribuindo para impor limites ao predomínio de interesses particulares e eleitoreiros em detrimento de interesses públicos, assim como para promover maior transparência e eficiência na aplicação de recursos.

Para Lubambo (2002) destacam-se na reforma do Estado brasileiro dois níveis de transformações que respondem e essa nova dinâmi

Este quadro evidencia a complexidade da questão da participação dentro do processo de descentralização em curso no País, e a necessidade de renovação nas práticas políticas para a efetiva democratização da gestão da coisa pública, indispensáveis à promoção de um desenvolvimento local sustentável.

Tabela 7.9 Composição do Conselho Municipal de Turismo de Itatiaia: 2002 – 2004.

Nº de Representantes	Instituições
01	Secretaria Municipal de Turismo
01	Secretaria Municipal de Fazenda
01	Secretaria Municipal de Planejamento
01	Parque Nacional do Itatiaia – PNI
02	AHRSI - Associação de Hotéis, Restaurantes e Similares de Itatiaia
01	AAI - Associação dos Amigos do Itatiaia
01	ACIATI - Associação Comercial Industrial Agropecuária e Turística de Itatiaia
01	FAMEI – Federação das Associações de Moradores e Entidades Organizadas de Itatiaia
02	AHSP - Associação de Hoteleiros e Similares do Penedo – AHSP
01	ACETAP – Associação Comercial Empresarial Turística e Amigos do Alto Penedo
01	ALOFIN - Associação de Lojistas da Pequena Finlândia
02	MAUATUR - Associação Comercial e Turística da Região de Visconde de Mauá
01	AGUIMAN - Associação de Guias e Condutores da Região das Agulhas Negras

Fonte: (PMI, 2004), modificado.

7.1.3.2.9 Projeção da cidade e fortalecimento da auto-estima da população

Um dos efeitos positivos que pode ser atribuído ao turismo é sua contribuição para o fortalecimento da auto-estima das populações dos destinos turísticos. Banducci Jr. e Barreto (2001), estudando as relações entre o turismo e identidade local, concluem que na medida em que a população passa a ter orgulho de sua cidade e procura preservá-la na medida em que reconhece o seu patrimônio valorizado pelos turistas e em que esses turistas aportam ganhos econômicos para a comunidade, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida.

As respostas a essa questão mostraram o reconhecimento de que o turismo apresentou um bom a excelente efeito quanto à projeção da cidade e fortalecimento da auto-estima dos moradores do Município de Itatiaia, com 73,3% (50% das respostas para um bom efeito e 23,3% para um excelente efeito).

7.1.3.2.10 Aumento da imigração

A expansão do turismo é, sabidamente, responsável pelo aumento de correntes migratórias para os lugares onde se localiza (ACERENZA, 2002). Este aumento populacional

pode trazer impactos para os destinos turísticos provocando reações entre os diferentes grupos e afetando as relações sociais, assim como degradando o meio ambiente pela falta de infraestrutura de suporte a esse aumento no contingente populacional.

A percepção quanto ao aumento da imigração registrado no município, em razão do turismo, mostrou que este efeito foi médio a alto (73,3%), onde 40% avaliaram que o efeito foi médio e 33,3% de que foi alto.

Conforme diagnóstico realizado pelo IBAM (1998) para elaboração do Plano Diretor do Município de Itatiaia, o crescimento do setor de turismo aumentou, em Penedo, a demanda profissional por pessoal com baixa qualificação, o que provocou o aumento da população de baixa renda na localidade. Essa população, que inicialmente ocupou os terrenos próximos ao Centro Comercial, com a valorização da área foi sendo expulsa para a periferia, ocupando áreas de encosta, dando origem às comunidades conhecidas como África I, África II, Vale do Ermitão e, mais recentemente, o Jambeiro, contribuindo para a degradação ambiental através do desmatamento de encostas e morros, erosão do solo e contaminação das águas.

7.1.3.2.11 Impacto sobre valores morais

É comum estar associado à expansão do turismo o crescimento de eventos como o aumento da criminalidade, a disseminação de doenças e do uso de drogas, assim como da prostituição. As alterações na moralidade estão para Ruschmann (1997) presentes em muitos estudos sobre os impactos socioculturais do turismo em comunidades receptoras e embora, segundo a autora, não se possa responsabilizar unicamente o turismo por esses males, observa-se a sua intensificação com o desenvolvimento da atividade turística.

Este impacto decorrente da atividade turística além dos efeitos danosos à sociedade dos destinos turísticos coloca em risco o próprio desenvolvimento sustentável da atividade, uma vez que um ambiente de segurança pública é fundamental para o sucesso no seu encaminhamento.

Para avaliar o impacto do turismo nos valores morais do município foram apresentadas três questões à amostra da população: perda de segurança (relação com o aumento da criminalidade); aumento da ocorrência do uso de drogas e disseminação de doenças; ocorrência de prostituição.

O resultado indica que os impactos sobre valores morais determinados pelo turismo em Itatiaia não foram significativos, com 87,8% de respostas para um efeito nulo a baixo.

- ✓ Perda de segurança para os moradores

Na questão sobre a perda de segurança 40% das respostas corresponderam ao efeito nulo, 30% ao efeito baixo, 23,3% ao efeito médio e 6,7% ao efeito alto. De acordo com informações coletadas nas entrevistas os problemas de segurança em Itatiaia estão mais relacionados com o empobrecimento em municípios vizinhos e com a localização (proximidade com a Rodovia Presidente Dutra), do que propriamente com o turismo.

✓ Aumento da ocorrência do uso de drogas e disseminação de doenças

A percepção sobre o impacto do turismo no aumento da ocorrência de uso de drogas e na disseminação de doenças foi inexpressivo, com 80% das respostas considerando o efeito nulo e 20% considerando que o efeito foi baixo a médio.

✓ Ocorrência de prostituição

O aumento da prostituição associado à atividade turística, em particular em países emergentes, tem se mostrado um grave problema e incitado a promoção de campanhas por parte dos órgãos oficiais de turismo, em particular contra a exploração sexual de crianças e adolescentes.

As respostas sobre a ocorrência deste gênero de impacto apresentou um resultado bastante favorável para o turismo no Município de Itatiaia – 93,3% das respostas indicaram ser nulo este possível efeito do turismo no município.

7.1.3.3 Efeitos socioambientais

Ainda que a questão da relação do homem com o meio ambiente transcenda os impactos derivados da sua exploração pela atividade turística, conforme esclarece Ignarra (2003), e que a avaliação desses impactos seja complexa, “[...] porque o turismo não é uma atividade pontual e bem definida, mas uma série de atividades interdependentes”, como observa Oliveira (2004a, p. 23), a ocorrência desses impactos revela a necessidade de estudos e coloca a emergência da importância do planejamento para a mediação das relações da atividade turística com o meio ambiente.

O turismo é a atividade menos regulamentada no mundo e a literatura identifica sérios problemas ambientais a ele relacionados, destacando ainda o despreparo observado nos destinos turísticos para lidar com os danos como o ponto crucial deste problema, segundo Mastny (2002).

As questões apresentadas na pesquisa procuraram avaliar o possível efeito positivo do turismo manifestado pelo incentivo a medidas de proteção ambiental e na melhoria da conscientização ambiental da população. Quanto à avaliação dos possíveis impactos, as

questões colocadas procuraram conhecer a descaracterização da paisagem provocada pelos empreendimentos turísticos e a degradação ambiental em razão da atividade turística, conforme Tabela 7.10.

Os efeitos positivos turismo não foram bem avaliados, com 53,3% das respostas para efeito nulo a baixo. Em contraposição, os impactos decorrentes do desenvolvimento da atividade turística no município situaram-se na faixa de alto a muito alto efeito com 60% das respostas.

Tabela 7.10 Efeitos socioambientais do turismo em Itatiaia - percepção da comunidade (%)

EFEITOS DO TURISMO	PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE				
	Nulo	Baixo	Médio	Bom/ Alto	Excelente Muito Alto
Valorização da natureza e incentivo a medidas de proteção ambiental*	30	33,3	16,7	13,3	3,4
Melhoria da consciência ambiental da população	10	33,3	40	13,3	3,4
Impactos sobre a paisagem	3,4	6,6	40	40	10
Degradação do meio ambiente	6,7	10	13,3	56,7	13,3

* Um dos pesquisados não emitiu opinião sobre a questão

7.1.3.3.1 Valorização da natureza e incentivo a medidas de proteção ambiental

Como destaca Ruschmann (1997, p.56) “[...]nem todas as intervenções do turismo se traduzem, necessariamente, na agressão ou na degradação do meio ambiente natural”, a valorização da natureza para o desenvolvimento da atividade turística pode conduzir, por exemplo, a pressões da sociedade civil e da iniciativa privada pelo estabelecimento de medidas de proteção que garantam a conservação dos recursos naturais.

O resultado sobre esta questão colocada pela pesquisa indicou um efeito nulo a baixo do turismo no município, com 63,3% das respostas. Nas entrevistas, foram destacados o papel relevante do Parque Nacional do Itatiaia na preservação do meio ambiente e a omissão do governo local na fiscalização e na adoção de medidas para a conservação do meio ambiente, apesar da criação, em 1995, do Parque Municipal Turístico-Ecológico de Penedo. O Rio das Pedras, uma das causas da sua criação, está em processo de degradação pela contaminação de efluentes por falta de um sistema de saneamento básico na localidade, e suas terras estão sob forte pressão antrópica, sendo motivo de preocupação dos moradores.

7.1.3.3.2 Melhoria da consciência ambiental da população

Um dos efeitos positivos atribuídos ao turismo é sua contribuição para a conscientização ambiental da população dos destinos turísticos.

As respostas indicaram que este efeito situa-se entre baixo a médio, com 73,3% das respostas. Ressalte-se que 40% das opiniões foram de que este efeito foi médio, o que sugere um maior empenho no desenvolvimento de trabalhos de educação ambiental, uma vez que a conscientização não é construída no curto prazo e é, reconhecidamente, fundamental no esforço para a conservação do meio ambiente.

7.1.3.3.3 Impactos sobre a paisagem

Estes efeitos, relacionados com a construção de infra-estrutura e de equipamentos para o desenvolvimento da atividade turística, podem repercutir sobre a sustentabilidade dos destinos turísticos, uma vez que incidem sobre a qualidade dos recursos e, apesar de visíveis são de difícil mensuração.

80% das respostas indicaram que o turismo exerceu médio a alto impacto (com 40% em cada pontuação) sobre a descaracterização da paisagem em razão dos empreendimentos turísticos no Município de Itatiaia. Os efeitos mais sentidos estão na área de Penedo e Maringá/Maromba, onde é comum a construção de hotéis à margem de rios, assim como a abertura de trilhas, provocando a descaracterização de sua paisagem e sérios impactos sobre os recursos naturais locais

7.1.3.3.4 Degradação do meio ambiente

Os impactos sobre a natureza provocados pelo turismo podem, de acordo com Mastny (2002) começar muito antes da chegada de turistas nos destinos, através do consumo de energia e emissão de gases pelo transporte. Destaca a autora que o turismo, além de consumir energia e água, é responsável pela geração de uma enorme quantidade de lixo, calculando-se em 1kg, a produção de resíduo sólido por turista médio/dia. Outros impactos relacionam-se com o desmatamento, com a poluição de recursos hídricos, destruição da fauna e da flora, entre outros.

Estes impactos podem levar, além da perda de recursos ambientais, à própria deterioração do destino turístico com a conseqüente perda de atratividade e sua decadência, atuando diretamente no seu ciclo de vida.

A predominância das respostas obtidas na pesquisa configura um quadro sério para o futuro da atividade turística no município. 56,7% das respostas apontam que o turismo tem

sido responsável pela alta degradação do meio ambiente local. 13,3% avaliaram que este efeito foi médio e o mesmo percentual de que foi muito alto; apenas 16,7% da amostra populacional avaliou que os impactos foram nulos ou baixos.

As agressões ao meio ambiente que resultaram na redução de cobertura florestal no município e na poluição de importantes rios da região, importantes recursos e atrativos demandam medidas urgentes que não se resumem apenas na ação do governo local.

8. CONCLUSÕES E SUGESTÕES

governo municipal tenha tido a iniciativa de criação de uma área de conservação ambiental em razão do turismo – o Parque Municipal Turístico-Ecológico de Penedo.

Fatores que são apontados como entraves para o desenvolvimento turístico sustentável pela OMT (2002), como: a ausência de integração das políticas públicas de turismo com as demais, a insuficiência de recursos destinados aos órgãos públicos de administração do turismo, a falta de recursos públicos para obras de infraestrutura básica e para fiscalização das atividades turísticas, assim como a falta de dados para a construção de indicadores de sustentabilidade, somados à deficiências da iniciativa privada no que concerne a um maior engajamento e investimentos para uma gestão socioambiental responsável, bem como a difusão de práticas sustentáveis, podem ser facilmente observáveis.

Como em outros destinos, o desenvolvimento da atividade turística em Itatiaia não veio acompanhado de investimentos na infra-estrutura urbana e responsabilidade no uso da sua base de recursos. A cidade teve um crescimento desordenado e hoje, se for realizado um estudo acurado do ciclo de vida do destino turístico Itatiaia, provavelmente se chegará à conclusão de que ele está próximo do perigoso ponto em que o declínio mostra-se como uma das perspectivas – os rios e cachoeiras estão sendo poluídos, as matas cedem lugar a construções regulares e irregulares, e os meios de hospedagem já começam a reduzir o valor das diárias para atrair os turistas.

É verdade que o crescimento urbano desordenado não pode ser atribuído exclusivamente à atividade turística – essa expansão tem raízes também na instalação de indústrias na região. Muitos moradores de Penedo, por exemplo, são funcionários de indústrias instaladas no município e em municípios vizinhos.

Não fosse a existência do Parque Nacional do Itatiaia, que desempenha um papel de grande relevância na fiscalização e educação ambiental, o quadro de degradação ambiental seria muito pior. No entanto, a própria Unidade, carece de investimentos e iniciativas para a sua conservação, bem como para o seu melhor aproveitamento turístico, que poderia incluir, em caráter emergencial: um estudo de capacidade de carga para a parte baixa; intensificação do trabalho de educação ambiental; recuperação de trilhas; aumento do efetivo de funcionários; uma ação enérgica junto a proprietários de imóveis dentro de sua área para manutenção do sistema de esgotamento sanitário, caso não se possa fazer a regularização fundiária da Unidade; a modernização do Museu da Flora e da Fauna; a construção de um Centro de Visitantes ou Centro de Informações na parte alta; modernização e ampliação da sinalização, e melhor aproveitamento do nicho de turismo educacional.

A expressão estratégica que o turismo possui para o município e as graves conseqüências sociais que podem advir do seu declínio precisam ser internalizadas pelos

governantes, e ações efetivas se mostram urgentes: investimentos na infra-estrutura urbana com um devido sistema de saneamento que contemple a população flutuante, por exemplo, são inadiáveis; não menos importante, é o melhoramento na coleta, disposição e depósito final do lixo, um trabalho permanente de fiscalização para controle do desmatamento, e de conscientização ambiental para moradores e turistas e, finalmente, um esforço de maior mobilização por uma participação efetivamente respeitada, fator estreitamente relacionado à eficiência e sustentabilidade de programas e projetos, aumento da competitividade sistêmica, e boa governança, segundo Bandeira (2000) e FGV (2003).

Todos estes itens, de extrema relevância para a qualidade de vida da população e encaminhamento de um processo de desenvolvimento sustentável do turismo no município não podem ser ignorados dentro de um projeto de desenvolvimento local.

A omissão do governo local parece se pautar, segundo depoimentos, no fato de que os recursos oriundos dos estabelecimentos turísticos não são expressivos e, em contrapartida, os empresários não parecem muito dispostos a regularizar o pagamento de impostos, em função da insatisfação frente à atuação governamental na prestação de serviços.

Nessa difícil equação, o governo local parece esquecer, quando define investimentos, que a contribuição econômica da atividade turística não se resume aos impostos diretamente arrecadados dos estabelecimentos e quem sabe, isto resolvido, e ocorrendo uma mudança nas suas ações, haveria maior boa vontade dos empresários no cumprimento das suas obrigações fiscais?

Uma situação peculiar observada durante as entrevistas é que moradores do núcleo central do município, quando questionados sobre os recursos turísticos locais referiam-se exclusivamente ao Parque Nacional do Itatiaia, esquecendo-se de mencionar Penedo e

[9ap6365e6d0C p590721891 Tm(servada 0 0 12 225.27989 505.15936 Tm(i07 049049049040 0 12 139.6

fator dos mais importantes na construção de um projeto de desenvolvimento local fundado no conceito de APL, no qual se baseia o Programa de Regionalização do Turismo, que em sua página 5 afirma: “o modelo de gestão apoiado na regionalização do turismo, incorporando a noção de território e de arranjos produtivos, transformou-se em eixo estruturante dos macroprogramas do Plano” (PRT, 2004, p. 5).

Destacam-se como pontos positivos dos efeitos do turismo no processo de desenvolvimento local, além dos bons resultados econômicos expressos na geração de trabalho e renda e na atração de novos empreendimentos, os efeitos socioculturais relacionados à valorização do papel da mulher na sociedade através da criação de oportunidades de inserção no mercado de trabalho, à melhoria no nível educacional e à revitalização da cultura, assim como o fortalecimento da auto-estima da população.

Outros aspectos relevantes também a serem considerados dizem respeito a que Itaitiaia, apesar dos problemas existentes, é um dos oito municípios fluminenses com alto índice de desenvolvimento humano, tem o segundo maior PIB *per capita* do Estado e que teve as desigualdades sociais diminuídas de acordo com o Índice de Gini, que reduziu de 0.58 para 0.55, entre 1991 e 2000, conforme relatório do TCE - RJ (2004). Considerando que o turismo é a atividade econômica com maior representatividade na geração de empregos, certamente podemos inferir ter o turismo uma contribuição expressiva neste desempenho.

Ainda como pontos positivos observados pode-se apontar o bom nível de mobilização e organização da sociedade para o desenvolvimento através do turismo e a predominância de pequenas e médias empresas de capital nacional, que de certa maneira asseguram a internalização de resultados para a população local.

No entanto, todos os aspectos positivos encontrados não são suficientes para fazer face aos problemas ambientais que vêm se acumulando com o tempo. Além das perdas propriamente relacionadas ao meio ambiente, a atividade turística do município é fortemente baseada no segmento do ecoturismo e seu patrimônio ambiental está sob a ameaça de interesses imediatistas de parte da iniciativa privada, da população, bem como da omissão do Estado, e está sob risco. Sem que ocorra uma mudança de postura nestes importantes atores não há como encaminhar nenhum processo de desenvolvimento local sustentável.

Esta mudança passa necessariamente por um trabalho consistente de educação ambiental, que aborde o tema da sustentabilidade em toda a sua abrangência - um trabalho inicial neste sentido já foi realizado pelo Programa de Municipalização do Turismo, mas ele carece de um reforço para que todos os envolvidos se conscientizem dos riscos a que estão expostos, caso não ocorra uma mudança de rumo nas suas relações com o meio ambiente.

Finalmente, contornar estes problemas relacionados com a atividade turística e com o crescimento do Município de Itatiaia requer, necessariamente, o envolvimento de todos os atores interessados num processo permanente de planejamento, indispensável não apenas para a promoção do desenvolvimento como para o acompanhamento do ciclo de vida do turismo local, garantindo tanto a qualidade do seu meio ambiente como a qualidade de vida da comunidade, a satisfação dos visitantes com a experiência turística e o bom resultado econômico dos empreendimentos turísticos, encaminhando a construção de um futuro sustentável para a localidade.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACERENZA, M. A. *Administração do Turismo: conceituação e organização*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

ALBAGLI, S. e BRITO, J. *Arranjos Produtivos Locais: Uma nova estratégia de ação para o SEBRAE – Glossário de Arranjos Produtivos Locais*. Rio de Janeiro: UFRJ/ RedeSist, 2002. Disponível em: www.ie.ufrj.br/redesist. Acesso em: mai. 2005.

ALBAGLI, S. *Globalização e Espacialidade: o Novo Papel do Local*. Nota Técnica 04/98, Projeto "Globalização e Inovação Localizada: Experiências de Sistemas Locais no Âmbito do Mercosul e Proposições de Políticas de C&T". Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 1998.

ALBUQUERQUE, F. *Desarrollo económico local y descentralización en América Latina*. Revista de la CEPAL. Santiago, Chile: CEPAL, n. 82, p. 157 – 171, abr. 2004.

AMARAL FILHO, J. *A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local*. Planejamento e Políticas Públicas. Brasília: IPEA, n. 23, p. 261-286, jun. 2001. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp23/Parte7.pdf>. Acesso em: jun. 2005.

_____. *Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista*. In: *Planejamento e Políticas Públicas*. Brasília: IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, n. 14, dez. 1996.

ANDRADE FILHO, J. M. de. *Processo de análise e gestão de impactos ambientais em unidades federais de conservação da natureza, com enfoque no Estado do Rio de Janeiro*. Niterói: UFF, 2005. 200 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Fluminense, PGCA – Instituto de Geociências.

ANSARAH, M. G. R. (Org.). *Turismo. Como aprender, como ensinar*. São Paulo: SENAC, 2001.

ARAÚJO, S. M. *Artifício e Autenticidade: o turismo como experiência antropológica*. In: BARRETO, M. e BANDUCCI JR., A. (orgs.). *Turismo e identidade Local: uma visão antropológica*. Campinas: Papyrus, 2001.

ARCHER B. e COOPER C.. *Os Impactos Positivos e negativos do turismo*. In: THEOBALD Willam F. (org). *Turismo Global*. São Paulo: Editora SENAC, 2001

BANDEIRA, P. S. *Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional*. In: *Desenvolvimento Local-Regional: De*

Papirus, 2001 (Coleção Turismo).

BARBOSA, L. G. M. *Políticas Públicas para o Desenvolvimento do Turismo: o caso do Município de Rio das Ostras*. In: *Gestão em Turismo e Hotelaria: experiências públicas e privadas*. BARBOSA, L. G. e Zouain, D. M. (org.). São Paulo: Aleph, 2004.

BARRETTO, M. *Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo*. 3 ed. São Paulo: Papirus, 1998.

BARROS, M. I. A. *Caracterização da visitação, dos visitantes e avaliação dos impactos ecológicos e recreativos do planalto do Parque Nacional do Itatiaia*. Piracicaba, 2003, 121 p. Dissertação (Recursos Florestais) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2003.

BENI, M. C. *Como Certificar o Turismo Sustentável?* Revista Espaço Acadêmico, nº 37. jun. 2004. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/037/37ebeni.htm>>. Acesso em 05 set. 2004.

BNB – Banco do Nordeste do Brasil. *PRODETUR/NE – Visão Geral*. BNB, 2005. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/visao/docs/visao_geral.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2005.

BOISIER, S. *Desarrollo Local: ¿De Qué Estamos Hablando?*. In: *Desenvolvimento Local-Regional: Determinantes e Desafios Contemporâneos*. BECKER, Dinizar F. e BANDEIRA, Pedro S. (org.). Vol. I. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

_____. *Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político*. Planejamento e Políticas Públicas. Brasília: IPEA, n. 13, p. 111-143, jun. 1996. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp13/boisier.pdf>. Acesso em: mai. 2004.

BOITEUX, B. e WERNER, M. *Idéias e opiniões interdisciplinares no turismo*, vol I. Rio de Janeiro: UniverCidade, 2002.

BRAMWELL, B. *Selecionando Instrumentos de Política para o Turismo Sustentável*. In: THEOBALD Willam F. (org). *Turismo Global*. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

BRASIL. *Deliberação Normativa nº 432, de 28 de novembro de 2002*. Dispõe sobre a atualização do RINTUR – Roteiros de Informações Turísticas – Ano Base 2000-2001 e dá outras providências. Ministério do Esporte e Turismo/EMBRATUR. Brasília, DF, 28 nov. 2002. Disponível em: <http://www.ibcdtur.org.br/arquivos/artigos/RINTUR/DN432_2002.pdf>. Acesso em 14 jul. 2004.

_____. *Lei nº 9985 de 18 de junho de 2000*. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III, e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/siucweb/unidades/legislacao/coletanea/lei9985.htm>. Acesso em: 26 mai. 2004.

BRUSADIN, M. L. B. *Avaliação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo: diferentes visões*. Disponível em: <http://www2.anhembri.br/publique/media/leandro>. Acesso em: 15 jan. 2005.

CAPORALI, R. *Do desenvolvimento econômico ao desenvolvimento sustentável*. Belo Horizonte: Centro de Referência em Gestão Ambiental. Banco de Textos sobre

Desenvolvimento Sustentável, 1997. Disponível em:
http://www.unilivre.org.br/banco_de_dados/textos/Forum/decosus.htm. Acesso em: mar. 2005.

CAPRA, F. *A Teia da Vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Cultrix, 1996.

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio ambiente e Desenvolvimento. *Nosso Futuro Comum*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (ed.). *SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação: texto da Lei 9.985 de 18 de julho de 2000 e vetos da Presidência da República ao PL aprovado pelo Congresso Nacional*. Cadernos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2000. 2 ed. ampliada. Disponível em:
<<http://www.semarh.pb.gov.br/comites/rbma/pdf/cad18.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2004.

COOPER, C.; FLETCHER, J.; WANHILL, S.; GILBERT, D. e SHEPHERD, R. *Turismo, Princípios e Prática*. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

CORRÊA, M. S. *A política de extermínio*. O Eco. Rio de Janeiro, 17 jun. 2005. Disponível em: <http://arruda.rits.org.br>. Acesso em: 18 jun. 2005.

COUTO, F. A. *Visconde de Mauá, RJ: da pequena produção agrícola à explosão do turismo*. Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica – PUC/RJ. Departamento de Geografia e Meio ambiente, 1998, 101 p. (monografia de graduação).

CRESCENTE FÉRTIL. *Parque Nacional do Itatiaia*. Disponível em:
<http://www.crescentefertil.org.br/parquenacional/br/parquenacional/index_br_parque.htm>. Acesso em : 23 mai. 2004.

CRESPO, S. e CARNEIRO, L. P. *Perfil Sócio-demográfico-ambiental e Identificação das Demandas do Entorno*. In: *O Parque Nacional do Itatiaia*. Cadernos para o Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro: FBDS – Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável, 2000. Disponível em: <<http://www.fbds.org.br/IMG/doc-15.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2004.

CRIADO, E. A., BAENA, D. M. e FERNÁNDEZ, M. M. *Cultura, políticas de desarrollo y turismo rural en el ámbito de la globalización*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 9, n. 20, p. 161-183, outubro de 2003. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/ha/v9n20/v9n20a08.pdf>. Acesso em: 05 ago 2004.

DEAN, W. *A Ferro e Fogo: A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira*, São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1997.

DENCKER, A. de F. M. *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo*. São Paulo: Futura, 1998.

DIAS, R. *Planejamento do Turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2003b

_____. *Turismo Sustentável e Meio Ambiente*. São Paulo: Atlas, 2003a

DRUCKER, Peter F. *Tecnologia, Gerencia e Sociedade: as transformações da empresa na sociedade tecnológica*. Petrópolis: Vozes, 1972.

DUPONT, Alexandre. PNI – Parque Nacional do Itatiaia. Disponível em: <www.ime.usp.br/~odilon/climb/textos/pni.html>. Acesso em: 22 mai. 2004.

EMATER-Rio – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro *Levantamento sócio-econômico do município de Itatiaia*. Itatiaia: EMATER-Rio /Prefeitura Municipal de Itatiaia, 1996.

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo. *Retratos de uma caminhada: PNMT 8 anos*. Gerência de Programas Nacionais. Brasília: EMBRATUR, 2002.

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo/Comitê Estadual do PNMT – Rio de Janeiro. *Relatório da Oficina de Definição de Estratégias de Desenvolvimento Turístico Municipal – III Fase: Itatiaia*. PESCE JR., José G. (elab.). Rio de Janeiro: SINTUR, 2003.

EMBRATUR. Anuário Estatístico da EMBRATUR – 2004. Brasília: Ministério do Turismo/EMBRATUR/Diretoria de Estudos e Pesquisas, 2004. vol. 31. 180 p. dados de 2003. Disponível em: http://www.embratur.gov.br/0-catalogo-documentos/Anuario/AnuarioEstatistico%202004_Última%20Versão%2031_12_2004.pdf. Acesso: 10 jan. 2005.

EMBRATUR. Estatísticas Básicas do Turismo - Brasil. Disponível em: <http://www.embratur.gov.br/0-catalogo-documentos/evolucao/Estat%C3%ADsticas%20B%C3%A1sicas%20do%20Turismo.pdf>. Acesso: 10 jan. 2005.

EMBRATUR. *Evolução do Turismo no Brasil: 1992 – 2002*. Brasília: EMBRATUR, 2003. Disponível em: <http://www.embratur.gov.br/0-catalogo-documentos/evolucao/EvolucaoDoturismoNoBrasil19922002.pdf>. Acesso: 13 mai. 2004.

EMBRATUR. *Plano Nacional do turismo*. Disponível em: <http://www.embratur.gov.br/br/conteudo/ver.asp?conteudoId=159&id=210>. Acesso: 14 mai. 2003.

EMBRATUR/IBAMA. Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo. Brasília: MICT/MMA, 1994. Disponível em: <http://institucional.turismo.gov.br/mintur/contentobjects/dbfiles/621E4E6F-E07D-D342-8271B148B3B7BAFE.arquivo.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2003.

FAUNDEZ, Antonio. *O poder da Participação*. São Paulo: Cortez, 1993.
GOHN, Maria da Glória. *Conselhos Gestores e participação sociopolítica*. São Paulo: Cortez, 2001.

FGV – Fundação Getúlio Vargas (org.). Estudo sobre a nova estratégia de desenvolvimento regional e a experiência da mesorregião Grande Fronteira do Mercosul. Erechim/RS: EDIFAPES, 2003.

Fundação CIDE – Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro. *Índice de Qualidade dos Municípios*. Rio de Janeiro: CIDE, 1998. Disponível em: <<http://www.cide.rj.gov.br/pages/indicadores.asp>>. Acesso em: 06 jan. 2005.

Fundação CIDE – Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro. *IQM – Carências: Índice de Qualidade dos Municípios – Carências*. Rio de Janeiro: CIDE, 2001. Disponível em: <<http://www.cide.rj.gov.br/produtos/iqmcarencias/default.htm>>. Acesso em: 06 jan. 2005.

GIDDENS, Anthony. A Vida em uma Sociedade Pós-Industrial. In: GIDDENS, A., BECK, U. LASH, S. Modernização Reflexiva. São Paulo: UNESP, 1997.

GOHN, Maria da Glória. *Conselhos Gestores e participação sociopolítica*. São Paulo: Cortez, 2001.

GUIMARÃES, Roberto. *La ética de la sustentabilidad y la formulación de políticas de desarrollo*. Ecología Política. Naturaleza, sociedad y utopía, Colección Grupos de Trabajo de CLACSO, p. 53-82. Buenos Aires/AR: CLACSO, 2002. Disponível em: <http://www.clacso.org/wwwclacso/espanol/html/libros/ecologia/ecologia.html>. Acesso em: jul. 2005.

HILDÉN, Eva. *A Saga de Penedo: a história da colônia finlandesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Fotografia Brasileira, 1989.

HOTELNEWS. *Hospitalidade através dos tempos*. Rio de Janeiro, agosto, 1988(a).

HOTELNEWS. *Os hotéis na vida do Rio Antigo*. Rio de Janeiro, agosto, 1988(b).

IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal. *Plano Diretor do Município de Itatiaia*. Itatiaia: PMI – Prefeitura Municipal de Itatiaia, 1998.

IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal. *Plano Diretor do Município de Itatiaia*. Itatiaia: PMI – Prefeitura Municipal de Itatiaia, 1998.

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Unidade: Parque Nacional do Itatiaia/RJ. Disponível em: <<http://www2.ibama.gov.br/unidades/parques/reuc/88.htm>>. Acesso em 22 mar. 2005.

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Unidade: Área de Proteção Ambiental da Serra da Mantiqueira/MG. <<http://www2.ibama.gov.br/unidades/apas/reuc/37.htm>>. Acesso em: 21 mar. 2005.

IBAMA/Parque Nacional do Itatiaia. Relatório das Realizações do Parque Nacional do Itatiaia no Quatriênio 2000/2001/2002/2003 e Propostas para o Futuro. NASCIMENTO, Léo (elab.). Itatiaia: PNI, 2004. Relatório Técnico Não Publicado.

IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal. Plano de Manejo do Parque Nacional do Itatiaia. Brasília: IBDF/FBCN, 1982.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *IBGE Cidades*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>. Acesso em: 25 jul. 2005.

IBGE. *Perfil dos Municípios Brasileiros – Gestão Pública, 2001*. Rio de Janeiro, Itatiaia. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/munic2001/index.htm>. Acesso em: 15 set. 2004.

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA: Itatiaia. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 16 nov. 2004.

IBGE. *Pesquisa Nacional de Saneamento Básico*. IBGE, 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pnsb/pnsb.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2004.

IGNARRA, Luiz R. *Fundamentos do Turismo*. 2 ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

IGNARRA, Luiz R. *Fundamentos do turismo*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Programa Mata Atlântica / Parque Nacional do Itatiaia. Disponível em: <http://www.jbrj.gov.br/pesquisa/pma/itatiaia.htm>. Acesso em 22 mai. 2004.

Jornal ambientebrasil. *Parque Nacional do Iguaçu/PR fecha o trimestre com 323 mil visitantes*. Disponível em: <http://www.ambientebrasil.com.br/noticias/index.php3?action=ler&id=18627>. Acesso em: mai. 2005.

KLIKSBERG, Bernardo. *Falácias e Mitos do Desenvolvimento Social*. UNESCO: Cortez, 2002.

LAGE, Beatriz H. G. e MILONE, Paulo C., (orgs). *Turismo: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2000.

LAKATOS, Eva M. e MARCONI, Marina de A. *Metodologia Científica: ciência e conhecimento científico métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis*. São Paulo: Atlas, 1982.

LEIS, Héctor R. *Para uma reestruturação interdisciplinar das ciências sociais: a complexa tarefa de enfrentar os desafios da problemática ambiental sem cair no senso comum da sociedade civil*. Ambiente e Sociedade (on-line). Campinas: ANPPAS-UNICAMP, n. 8, jan-jun, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=1414-753X20010008&script=sci_issuetoc. Acesso em: 20 mai 2005.

LEROY, Jean Pierre et al. *Tudo ao Mesmo Tempo Agora: desenvolvimento, sustentabilidade, democracia: o que isso tem a ver com você?* Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

LUBAMBO, Cátia W. *Conselhos gestores e desempenho da gestão nos municípios: potencialidades e limites*. Fundação Joaquim Nabuco, Trabalhos para Discussão. Salvador: FJN, n. 142, set. 2002. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/tpd/149.html#fn2>. Acesso

em: jun. 2005.

LUBAMBO, Cátia W. e COUTINHO, Henrique G. *Conselhos gestores e o processo de descentralização*. São Paulo em Perspectiva [online], vol.18, n. 4, Out./Dez. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392004000400008&script=sci_arttext. Acesso em: ago. 2005.

MACHADO, Marcello de Barros Tomé. Cartões-postais: A produção do espaço turístico do Rio de Janeiro na modernidade. *Revista geo-paisagem (on line)*. Vol. 1, número 1, 2002. Disponível em: <http://www.feth.ggf.br/Cart%C3%B5es-Postais.htm>. Acesso em: 16 nov 2004.

MAGRO, T. C., VIEIRA, V. M. F., ESSOE, B. e BARROS M. I. A. *Plano de Uso Público: Parque Nacional do Itatiaia*. Brasília: MMA/IBAMA, 2001

MAGRO, Teresa C. e VIEIRA, Valéria M. F. *Uso Público no Parque Nacional do Itatiaia: resultado das avaliações de impacto*. In: *O Parque Nacional do Itatiaia. Cadernos para o Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: FBDS – Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável, 2000. Disponível em: <<http://www.fbds.org.br/IMG/doc-15.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2004.

MAGRO, Tereza C., DALE, Paul J. e VASCONCELLOS Jane M. *Uso Público em Unidades de Conservação*. Informativo da Rede Pró-UC (on-line). Disponível em: <http://www.redeprouc.org.br/debate3.html>. Acesso em: 19 jun. 2005.

MARSIGLIA, Javier. *Desenvolvimento e gestão local: temas e atores em um cenário de mudanças*. In: BAVA, Silvio C. (org.). *Desenvolvimento Local*. São Paulo: Polis, n. 25, 1996.

MASTNY, Lisa. Do Rio à Joanesburgo: novos caminhos para o turismo internacional. Disponível em: http://www.wiiuma.org/be/riodez_turismo.htm. Acesso em: 01 jan; 2002.

MASTNY, Lisa. *Redirecionando o Turismo Internacional*. In FLAVIN, Christopher et al. *O Estado do Mundo 2002*. Salvador: UMA, 2002.

MATHIESON, A. e WALL. G. *Tourism, Econmic, Physical and Social Impacts*. Nova York, USA: Longman Scientific & Technical . 1988.

MILANI, Carlos R.S. e DROULERS, Martine. *Desenvolvimento local e turismo em Tarrafal (Cabo Verde): lições metodológicas a partir de uma experiência local*. Paris: UNESCO, 2002. Disponível em: <http://www.unesco.org/most/tarrafal.pdf>. Acesso em: jul. 2004.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – IBAMA – CONSÓRCIO PARCERIA 21. *Cidades Sustentáveis – Subsídios à Elaboração da Agenda 21 Brasileira*. Brasília, 2000.

MINISTÉRIO DO TURISMO. *Plano Nacional do Turismo: diretrizes, metas e programas – 2003 / 2007*. Brasília: Ministério do Turismo, 2003.

MINISTÉRIO DO TURISMO. *Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil*. Brasília: Ministério do Turismo, 2004.

MIRRA, Á. L. V. *Impacto Ambiental: aspectos da legislação brasileira*. 2 ed. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2002.

- MOESCH, Marutschka M. *A produção do saber turístico*. São Paulo: Contexto, 2000.
- MOLINA, Sergio e RODRIGUEZ, S. *Planejamento integral do turismo: um enfoque para a América Latina*. Bauru, SP: EDUSC, 2001
- MOLINA, Sergio. Cambios en el mercado turístico: claves más allá del turismo de masas. Informativo de Estudos Turísticos. Disponível em: <http://www.estudosturisticos.com.br>. Acesso em 22 jun 2005.
- OLIVEIRA, Antonio P. *Turismo e Desenvolvimento: planejamento e organização*. São Paulo: Atlas, 2001.
- OLIVEIRA, José A. Puppim de. *A Variável Socioambiental nos Processos de Planejamento do Setor Turístico*. In: *Gestão em Turismo e Hotelaria: experiências públicas e privadas*. BARBOSA, Luiz G. e Zouain, Deborah M. (org.). São Paulo: Aleph, 2004(a).
- OLIVEIRA, Luciano A. *Mapeamento Semântico do Turismo: arquitetando um novo país*. Boletim Técnico do SENAC / Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Rio de Janeiro: Centro de Documentação Técnica do SENAC, v. 30, n. 1, p. 13-19, jan./abr. 2004(b).
- OMT – Organização Mundial do Turismo. *Carta do Turismo Sustentável*. Lanzarote, Espanha: OMT/UNESCO, 1995. Disponível em: <http://www.world-tourism.org/sustainable/doc/Lanz-es.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2003.
- OMT – Organização Mundial do Turismo. *Historical Perspective of World Tourism*. Disponível em: <http://www.world-tourism.org/facts/menu.html>. Acesso em: jun. 2005.
- OMT. Código Ético Mundial para el Turismo. OMT, 2001. Disponível em: http://www.world-tourism.org/code_ethics/pdf/languages/Codigo%20Etico%20Espl.pdf. Acesso em: 13 mai. 2003.
- OMT. *Introdução ao Turismo*. SANCHO, Amparo (dir. e red.). São Paulo: Roca, 2001.
- OMT. *Relatório para o Fórum Mundial para o Desenvolvimento Sustentável*. Joanesburgo, 2002. Disponível em: <http://www.world-tourism.org/sustainable/fr/smdd/WTO-contributions-fr.pdf>. Acesso em: 03/09/2003.
- PAIVA, Maria das Graças V. *Sociologia do Turismo*. São Paulo: Papyrus, 1995.
- PIRES, Mário J. *Raízes do turismo no Brasil: hóspedes, hospedeiros e viajantes no século XIX*. Barueri, São Paulo: Mamole, 2002.
- PLOG, Stanley C. *Por que a Preservação do Destino tem Sentido Econômico*. In: THEOBALD Willam F. (org). *Turismo Global*. São Paulo: Editora SENAC, 2001
- PMI – Prefeitura Municipal de Itatiaia / Conselho Municipal de Turismo, 2003. *Avaliação da Região Turística de Itatiaia: Perfil dos Turistas*. Relatório Técnico Não Publicado.
- PMI – Prefeitura Municipal de Itatiaia. Disponível em: <http://www.resenet.com.br/itatiaia/industria.htm> >. Acesso em: 25 jun. 2005.

PMI – Prefeitura Municipal de Itatiaia/ Secretaria de Turismo. *Relatório das Realizações da Secretaria Municipal de Turismo no Período de 1997 a 2004 e Propostas para o Futuro*. DE OLIVEIRA, Roberta Dias (elab.). Itatiaia: PMI, 2004. Relatório Técnico Não Publicado.

PMI – Prefeitura Municipal de Itatiaia/ Secretaria de Turismo. *Relatório das Realizações da Secretaria Municipal de Turismo no Período de 1997 a 2004 e Propostas para o Futuro*. OLIVEIRA, Roberta Dias (elab.). Itatiaia: PMI, 2004. Relatório Técnico Não Publicado.

PORTES, Alejandro. *Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea*. Sociologia, Problemas e Práticas. Portugal: CIES – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, n. 33, p. 133 – 158, set. 2000. Disponível em: http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S0873-65292000000200007&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: jun. 2004.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

Rede Pró-UC. *Uso Público em Unidades de Conservação*. MAGRO, Tereza C., DALE, Paul J. e VASCONCELLOS Jane M. (coord.). Informativo da Rede Pró-UC (on-line), 2002. Disponível em: <http://www.redeprouc.org.br/debate3.html>. Acesso em: 19 jun. 2005.

Rio Off-Rio: Cidades Turísticas do Estado do Rio de Janeiro. Itatiaia. Disponível em: <<http://www.rio-off-rio.com.br/scripts/cidadeframe.asp?cidade=itatiaia>>. Acesso em 23 mai. 2004.

ROCHA, Margarida M. F. *Turismo e Desenvolvimento Sustentável: referências e reflexões*. Observatório de Inovação do Turismo, EMBRATUR/FGV, 2003. Disponível em : www.embratur.gov.br/.../observatorio/TurismoeDesenvolvimentoSustentavel-referenciasereflecoes.pdf e http://www.ebape.fgv.br/academico/asp/dsp_pe_tur_observatorio_artigos.asp. Acesso em: 22 jun. 2005.

RODRIGUES, Adyr B. *Turismo e desenvolvimento local*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

RODRIGUES, Adyr B. *Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar*. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

RODRIGUES, Adyr. B. *Turismo e geografia*. São Paulo: Hucitec, 2001.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. *Turismo e planejamento sustentável : a proteção do meio ambiente*. 8.ed. Campinas : Papyrus, 2001.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, Ignacy. *Estratégias de transição para o século XXI – desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Studio Nobel, FUNDAP, 1993.

SAMPAIO, Carlos A. *Turismo: sob análise do desenvolvimento sustentável*. Turismo: visão e ação, Itajaí, v.4, n.8, p. 29-44, abr./set., 2001.

SANTOS, Ângelo A. e ZIKAN, Carlos E. *Descrição Geral do Parque Nacional do Itatiaia*. In: *O Parque Nacional do Itatiaia*. Cadernos para o Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro: FBDS – Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável, 2000. Disponível em: <<http://www.fbds.org.br/IMG/doc-15.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2004.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: EDUSP, 2002.

SANTOS, Rosely F. *Vegetação, uso e ocupação da terra*. In: *O Parque Nacional do Itatiaia*. Cadernos para o Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro: FBDS – Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável, 2000. Disponível em: <<http://www.fbds.org.br/IMG/doc-15.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2004.

SANTOS, Rosely F., PIRES NETO, Antonio G. e CSORDAS, Sonia M. *Mapeamentos Temáticos: geologia e morfologia*. In: *O Parque Nacional do Itatiaia*. Cadernos para o Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro: FBDS – Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável, 2000. Disponível em: <<http://www.fbds.org.br/IMG/doc-15.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2004.

SEBRAE-RJ. *Arranjos Produtivos Locais: perfil das concentrações de atividades econômicas no Estado do Rio de Janeiro*. BRITO, Jorge (elab.). Rio de Janeiro: SEBRAE-RJ, 2004.

SEMADS/RJ – Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Rio de Janeiro. *Atlas das Unidades de Conservação da Natureza do Estado do Rio de Janeiro*. São Paulo: Metalivros, 2001.

SILVA, Alda B. de Faria e. *O município de Itatiaia em seu 13º aniversário*. Academia Itatiaense de História, 2002. Disponível em: <http://www.resenet.com.br/itatiaia_historia_niver.htm>. Acesso em: 16 jul. 2004.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOTERO, Frederico. *Gestão participativa em rede – GPR: descentralização e participação na gestão municipal*. VII Congresso Internacional do CLAD – Centro Latinoamericano de Administração para o Desenvolvimento sobre a Reforma do Estado e da Administração Pública. Lisboa, Portugal, out. 2002. Disponível em: http://www.abipti.org.br/Agropolos/PDF/Rede/gestao_participativa_rede.doc. Acesso em: jul. 2005.

SWARBROOKE, J. *Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental*. São Paulo: Aleph, 2000.

TANGARÁ – SERVIÇO EM MEIO AMBIENTE E TURISMO. *Plano de Manejo para o Parque Municipal Turístico-Ecológico de Penedo*, Angra dos Reis, 1997.

TANGARÁ – Serviço em Meio Ambiente e Turismo. *Plano de Manejo para o Parque Municipal Turístico Ecológico de Penedo*. Angra dos Reis, 1997.

TCE-RJ – Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Secretaria Geral de Planejamento *Estudo Socioeconômico 1997 – 2001: Itatiaia*. Rio de Janeiro: TCE, 2002. Disponível em:

<<http://www.tce.rj.gov.br>> . Acesso em: 05 jan. 2005.

TCE-RJ – Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Secretaria Geral de Planejamento. *Estudo Socioeconômico 1998 – 2003: Itatiaia*. Rio de Janeiro: TCE, 2004. Disponível em: <<http://www.tce.rj.gov.br>> . Acesso em: 05 janeiro, 2005.

TCE-RJ – Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Secretaria Geral de Planejamento. *Estudo Socioeconômico 2003: Itatiaia*. Rio de Janeiro: TCE, 2003. Disponível em: <<http://www.tce.rj.gov.br>> . Acesso em: 05 janeiro, 2005.

TELES, João A. *Evolução do turismo no Ceará*. In: Estudos Turísticos da SETUR. Fortaleza, CE: SETUR. n 6. 12 p., set. 2002

TENÓRIO, Fernando G. e ROZENBERG Jacob E. *Gestão pública e cidadania: metodologias participativas em ação*. Revista de Administração Pública, v. 31, n. 4, p. 101-125. Rio de Janeiro, jul/ago, 1997.

THEOBALD, William F. *Introdução*. In: Turismo Global. THEOBALD, William F. (org.) São Paulo: Editora SENAC, 2001.

THEOBALD, William F. *Significado, âmbito e dimensão do turismo*. In: THEOBALD, William F. (org). *Turismo Global*. São Paulo: Editora SENAC, 2001

TIES – The International Ecotourism Society. *Ecotourism Statistical Fact Sheet*. Disponível em: <http://www.ecotourism.org/research/stats/files/stats.pdf>. Acesso em: jun. 2005.

TRILHARTE. Parque Nacional do Itatiaia. Disponível em: <http://www.trilharte.com.br/itatiaia.htm#acesso>. Acesso em: 05 mar. 2005.

URRY, John. *O olhar do turista: lazer e viagem nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Studio Nobel/SESC, 1996.

VILLALOBOS, Jorge E. R. *Determinación de Capacidad de Carga Turística para el Parque Nacional Manuel Antonio*, Turrialba, Costa Rica, 1991. p.193. Dissertação. Mestrado em Ciências Agrícolas e Recursos Naturais – Centro Agronomico Tropical de Investigación y Enseñanza.

VIOLA, Eduardo. *A multidimensionalidade da globalização, as novas forças sociais transnacionais e seu impacto na política ambiental brasileira*. In: *Incertezas da Sustentabilidade na Globalização*. FERREIRA, L.C. e VIOLA, E. (org.). Campinas: Ed. Unicamp. 1996.

WTTC – World Travel & Tourism Council. *Agenda 21 for the travel and tourism industry towards environmentally sustainable development*. WTTC, 2002. Disponível em: <http://www.wttc.org/promote/agenda21.htm>. Acesso em: 13 mai. 2003.

WWF-Brasil. *Turismo Responsável: manual para políticas locais*. SALVATI, Sérgio S. (org.). Brasília, DF: WWF-Brasil, 2004.

YIN, Robert K. *Estudo de Caso: planejamento e método*. 2ª ed.- Porto Alegre: Bookman, 2001

APÊNDICES

CONSULTA SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DO TURISMO PARA O
DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

Prezado (a) colaborador (a),

Esta pesquisa tem por objetivo coletar dados para uma pesquisa sobre a contribuição do turismo para o desenvolvimento local sustentável, dentro de uma dissertação de mestrado em Ciência Ambiental da UFF – Universidade Federal Fluminense.

Ficarei muito agradecida se você puder dispor de um pouco do seu tempo e respondê-la. Quanto maior o número de respostas, maior será a possibilidade de uma avaliação consistente e elaboração de propostas para que o turismo constitua-se num fator de desenvolvimento sustentável.

Desde já, muito obrigada pela sua colaboração.

Margarida Fraga
[**mfraga@ar.microlink.com.br**](mailto:mfraga@ar.microlink.com.br)

Preencha o quadro abaixo, indicando valores (de 0 a 4) para os possíveis efeitos do turismo no seu município.

Considere que:

- 0 = nenhum efeito
- 1 = baixo efeito
- 2 = efeito médio
- 3 = bom / alto efeito
- 4 = excelente / efeito muito alto

Indicadores	Avaliação				
	0	1	2	3	4
• Geração de empregos para a população local					
• Novos empreendimentos para a cidade					
• Expansão do setor de construção civil					
• Contribuição para o aumento da renda familiar (empregos para mulheres e jovens)					

• Emprego para a população local porque as empresas contratam pessoal de fora					
• Especulação imobiliária					
• Diminuição de atividades tradicionais (por ex.exemplo, da agricultura) em função da expansão do turismo					
• Infra-estrutura urbana (melhorias)					
• Nível educacional (melhorias)					
• Oportunidades de lazer para a comunidade					
• Valorização do patrimônio histórico					
• Revitalização da cultura (artesanato, gastronomia, do folclore, festas típicas, etc.)					
• Organização e participação da comunidade (ex: criação de associações, cooperativas, etc.)					
• Oportunidades de trabalho para as mulheres					
• Projeção política e mudanças na administração municipal					
• Iniciativas do governo local para planejamento do turismo					
• Conselho Municipal de Turismo atuante e respeitado pelo governo local					
• Projeção da cidade e orgulho de ser morador					
• Imigração (novos moradores)					
• Perda de segurança (aumento da criminalidade)					
• Perda de conforto em função do aumento temporário da população com o fluxo de turistas					
• Disseminação de doenças e uso de drogas					
• Ocorrência de prostituição em função do turismo					
• Valorização da natureza e incentivo a medidas de proteção ambiental					
• Melhoria da consciência ambiental da comunidade					
• Destruição da paisagem natural por empreendimentos turísticos					
• Degradação do meio ambiente (ex: poluição, desmatamento, captura de espécies nativas, etc.)					

Comentários (espaço reservado para algum comentário que você julgue necessário):

ANEXOS

ANEXO I



**MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO
DELIBERAÇÃO NORMATIVA Nº 432, de 28 de novembro de 2002**

A Diretoria da EMBRATUR - INSTITUTO BRASILEIRO de TURISMO, no uso de suas atribuições legais e estatutárias;

Considerando o disposto nos Incisos IV, VII e VIII do Artigo 3º da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991 e no Decreto nº 448, de 14 de fevereiro de 1992;

Considerando que a atualização anual da relação de municípios, foi estabelecida no Parágrafo Único da Deliberação Normativa da EMBRATUR nº 363 de 27 de junho de 1996, e que foram analisados todos os Roteiros de Informações Turísticas - Ano Base 2000-2001, recebidos nesta Autarquia;

Considerando que as administrações municipais que encaminharam os formulários "RINTUR 2000-2001", na forma e prazos estabelecidos, participaram do processo de seleção e priorização;

Considerando que os critérios utilizados para a análise dos formulários RINTUR - Roteiro de In

ACRE

MT: Rio Branco.

MPT: Assis Brasil, Brasiléia, Capixaba, Cruzeiro do Sul, Epitaciolândia, Mâncio Lima, Plácido de Castro, Sena Madureira, Xapuri.

ALAGOAS

MT: Maceió, Maragogi, Penedo, Piaçabuçu, União dos Palmares.

MPT: Arapiraca, Barra de Santo Antônio, Barra de São Miguel, Belo Monte, Cajueiro, Chã Preta, Coruripe, Delmiro Gouveia, Feliz Deserto, Japaratinga, Jaramataia, Marechal Deodoro, Palmeira dos Índios, Pão de Açúcar, Passo de Camaragibe, Pilar, Piranhas, Porto Calvo, Porto de Pedras, Roteiro, Santa Luzia do Norte, São Luís do Quitunde, São Miguel dos Campos, Viçosa.

AMAPÁ

MT: Macapá.

MPT: Cutias, Ferreira Gomes, Mazagão, Oiapoque, Porto Grande, Pracuúba, Santana, Serra do Navio, Tartarugalzinho.

AMAZONAS

MT: Manaus, Presidente Figueiredo.

MPT: Autazes, Benjamin Constant, Coari, Iranduba, Itacoatiara, Manacapuru, Maués, Nhamundá, Novo Airão, Parintins, Rio Preto da Eva, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga.

BAHIA

MT: Alegre, Anchieta, Aracruz, Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Conceição da Barra, Guarani, Linhares, Maratáizes, São Mateus, Serra, Viana, Vila Velha

MPT: Alcinópolis, Anastácio, Anaurilândia, Aparecida do Taboado, Aquidauana, Bataguassu, Bela Vista, Bodoquena, Brasilândia, Camapuã, Cassilândia, Chapadão do Sul, Corguinho, Coxim, Ivinhema, Ladário, Maracaju, Miranda, Nioaque, Nova Andradina, Paranaíba, Pedro Gomes, Ponta Porã, Porto Murtinho, Rio Negro, Rio Verde de Mato Grosso, São Gabriel do Oeste, Sidrolândia, Sonora, Terenos, Três Lagoas.

MINAS GERAIS

MT: Alfenas, Araxá, Barão de Cocais, Barbacena, Belo Horizonte, Betim, Brasópolis, Brumadinho, Caeté, Caratinga, Cataguases, Catas Altas, Caxambu, Congonhas, Contagem, Diamantina, Governador Valadares, Ipatinga, Itabira,

Preto, São Gonçalo do Sapucaí, São João Batista do Glória, São João da Ponte, São...



Tamarana, Telêmaco Borba, Terra Roxa, Toledo, Três Barras do Paraná, Ubitatã,
Umuarama, União da Vitória, Vera, Vila Alta



Ramos, Cocal do Sul, Concórdia, Dioniso Cerqueira, Erval Velho, Fraiburgo, Garopaba, Gravatal, Guaramirim, Herval D' oeste, Icaré, Ipumirim, Irani, Itá, Itaiópolis, Itapema, Mafra, Navegantes, Orleans, Paniel, Palmitos, Papanduva, Pedras Grandes, Penha, Peritiba, Piçarras, Pinheiro Preto, Piratuba, Pomerode, Porto Belo, Praia Grande, Presidente Getúlio, Quilombo, Rio do Oeste, Rio do Sul, Rio Negrinho, Rodeio, Saleté, Santa Rosa de Lima, São Bonifácio, São Carlos, São João

TOCANTINS

MT: Araguaína, Palmas.

MPT: Aguiarnópolis, Ananás, Araguacema, Araguañã, Arraias, Babaçulândia, Caseara, Couto de Magalhães, Dianópolis, Divinópolis do Tocantins, Dueré, Filadélfia, Formoso do Araguaia, Gurupí, Lagoa da Confusão, Lajeado, Maurilândia do Tocantins, Monte do Carmo, Natividade, Novo Acordo, Paraíso do Tocantins, Pau D'arco, Pedro Afonso, Peixe, Ponte Alta do Tocantins, Porto Nacional, Praia Norte, Tupirama, Wanderlândia.

Artigo 2º - Valida-se o disposto na Deliberação Normativa da EMBRATUR de nº



ANEXO II

Relação de Instituições Participantes das Oficinas do PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo Itatiaia - RJ

Participantes das Oficinas do PNMT / Itatiaia	
Nº de Participantes	Instituições
01	AAI - Associação dos Amigos do Itatiaia
02	ACETAP - Associação Comercial, Empresarial Turística e Amigos do Alto Penedo
01	ACIATI - Associação Comercial Industrial Agropecuária e Turística de Itatiaia
03	AHRSI – Associação de Hoteleiros, Restaurantes e Similares de Itatiaia
03	ALOFIN - Associação de Lojistas da Pequena Finlândia
02	AMBIECO – Associação de Projetos Ambientais e Educacionais
01	APROPANI - Associação Pró-Parque Nacional do Itatiaia
01	Associação de Artesãos de Itatiaia
01	CRI – Centro de Recuperação de Itatiaia
01	Ecoralph.Com
01	ETRM - Escola Técnica Rural Mantiqueira
01	FAMEI – Federação das Associações de Moradores e Entidades Organizadas de Itatiaia
01	GEAN - Grupo Excursionista Agulhas Negras
01	NRTUR
04	Parque Nacional do Itatiaia
01	PMI / Assessoria de Comunicação Social
01	PMI / Guarda Municipal Civil de Itatiaia
02	PMI / Secretaria de Turismo
02	PMI / Secretaria Municipal de Educação e Cultura
01	PMI / Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Agricultura
01	PMI / Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
	PMI / Secretaria Municipal de Planejamento, Controle e Desenvolvimento Econômico
01	PMI / Secretaria Municipal de Saúde
01	PMI / Secretaria Municipal de Trabalho Habitação e Assistência Social
04	UBM – Universidade de Barra Mansa

(Fonte: EMBRATUR, 2003), modificado

ANEXO III

Depoimento sobre o carismático fundador da Colônia Finlandesa (Jornal Nariz da Índia, mai-jun/2000 - por Nilo Valtonen)

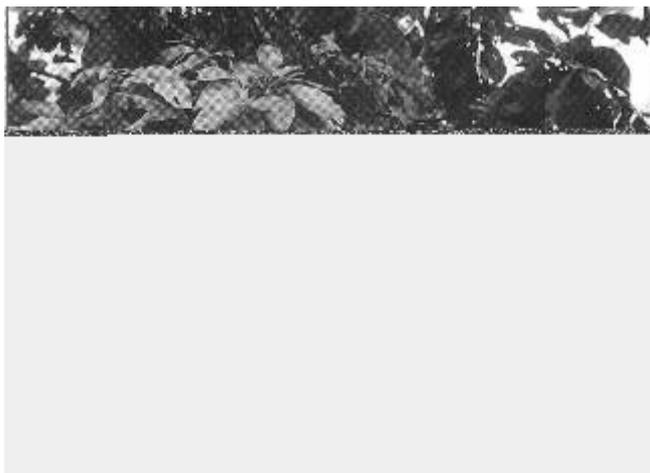


Figura 1: Uuskallio: Um Ecologista em 1927- ("Nariz da Índia" - Janeiro-Fevereiro/98).
Fonte: Portal de Penedo. <http://www.penedo.com/>

Toivo Uuskallio foi um finlandês idealista e místico que, no final dos anos 20, ainda sob o impacto dos horrores da Primeira Grande Guerra, convenceu algumas dezenas de compatriotas a imigrarem para o Brasil para aqui fundarem uma colônia agrícola-vegetariana. Ele pensava que assim poderiam ser criadas pessoas que não agredissem a natureza e que vivessem em paz. Muito se fala sobre as idéias de Uuskallio, mas nunca ouvimos a palavra dele. A novidade que essa edição do "Nariz da Índia" apresenta aos leitores é exatamente a palavra de Toivo Uuskallio - sua concepção religiosa, suas idéias sobre agricultura (pautadas pela preocupação de equilíbrio ecológico), seus argumentos a favor da dieta vegetariana, contra as campanhas de vacinação, suas observações curiosas sobre a cidade do Rio de Janeiro daquela época.

Tudo escrito de próprio punho, num caderno, durante a primeira viagem para o Brasil, em 1927. No ano seguinte, com uma sugestiva capa mostrando palmeiras à beira mar silhuetadas contra a lua e o título de "Na Viagem em Direção à Magia do Trópico " o livro seria editado na Finlândia como parte da campanha para conseguir adeptos para a colônia. Em seu país, Toivo já publicara dois outros trabalhos - um sobre agricultura e outro sobre suas visões paranormais. Nada havia sido traduzido para o português, até que, no ano passado, o arquiteto Alva Athos, atual presidente do Clube Finlândia e filho de um dos três amigos que fizeram a viagem com Toivo em 1927, resolveu traduzir as anotações de viagem, que certamente serão publicadas em breve.

Procuramos aqui mostrar ao leitor alguns trechos do livro mais significativos da maneira de Uuskallio ver o mundo, separando suas opiniões por assunto. Não há como negar sua inteligência. Foi um ecologista antes de a palavra existir. Mas possivelmente um certo destempero desta inteligência tenha atrapalhado seu modo de lidar com as pessoas. Porque, apesar de seu misticismo, das mensagens que recebia, e de forte sentimento poético, ele colocava tudo em termos de extrema racionalidade - do modo de comer ao modo de encarar o sexo - e, como sabemos, a natureza humana não age pelas motivações racionais. Uuskallio não compreendia essas motivações irracionais e muitas vezes terminava seus parágrafos escrevendo: "coitado desse ma8 Trm

Assim nos contou a terra. Sem as matas está violentada a Finlândia. Reflita sobre isso todo homem da Finlândia e também toda mulher, que para seus prazeres desperdiça o ouro das florestas.

Onde Deve Viver o Homem ? - Tinha-se lido e ouvido a respeito da terra. Será que seria tudo assim mesmo? Tinha-se dito que o clima quente não era adequado aos filhos do frio do Norte: ele entorpece o sistema nervoso, produz feridas climáticas e torna todas as pessoas moles de um modo geral. As pessoas do Sul são ociosas, não gostando de qualquer atividade. Será que o homem teria pois, desde o início, sido destinado para as margens do mar Ártico ? Deveria ser assim, se ele não se sente à vontade no calor. Será que o homem não seria um filho do Sul ? A palmeira existe no sul e não se dá no Norte. A bétula é do Norte e não se dá no Sul. As leis existem. Os reinos animal e vegetal se distribuíram sobre o globo, em zonas conforme suas condições de vida. O homem também deveria ter sua zona de nascimento original, onde ele com certeza se desse bem. Será que ele é filho do frio ou do calor?

A Certeza da Verdade (em diálogo com um amigo):

- Sair daqui, de condições organizadas, para essa confusão de aventureiros, Isso na verdade não entendo!

- Você não entende agora - talvez nem mais tarde. Pois a vida é governada e dirigida e não sujeita ao acaso. Cada um tem no entanto de viver seu papel. Os que ouvem seu chamado têm sua vida à margem de aventuras(...)

- Por que você vai?

- Porque lá não tem para mim nem mais nem menos do que aqui.

- Sem propósito então ?

- Não, somente por dever(...) O dever não contabiliza as coisas a receber, mas vive de tarefas a realizar. Mas é hora de partir, o trem chega...

- Adeus! Volte se não se der bem por lá!

- O meu bem estar não é lá, é aqui.

- Isso também acho!

- ...no meu íntimo, quis dizer.

A Vontade de Outro Desenvolvimento - Vamos num trem rápido em direção a Hamburgo. A viagem transcorre sobre planícies quase que inteiramente sem florestas(...) É de tarde. Nas lavouras a perder de vista, não se vê praticamente ninguém. Vem a pergunta: Onde está o povo desta terra, povo que se diz não ter terra ? Será que a terra não pode ser habitada de forma mais densa e cultivada de forma mais mecanizada que na beira desta estrada? Por que é indispensável que aqui haja tão poucos habitantes?

Essa pergunta se repete ao nos lançarmos na enchente humana de Hamburgo, de aperto incomum e zoeira, onde o terreno nem é suficiente para se circular, pois além de ter que se utilizar o nível do terreno, também se tem que fazê-lo debaixo da terra e no ar, e onde se vive em dezenas de andares e se sofre com o desemprego. O que obriga a isso? A falta de terra?

Chegam à mente os pejorativos dados pelos citadinos aos homens do campo: "capiiau", "matuto", vira-bosta", "mão de verruga". Eles não gostam disso, nem seus filhos. Eles se enrubescem de vergonha ao chegarem, rudes e ignorantes, junto aos 'ambientes civilizados'. Também eles querem se desenvolver, ganhar mais e se vestir bem. Os pais ajudam nas iniciativas de seus filhos. Isso toca na economia. O desenvolvimento dirige os filhos para as cidades. O campo se esvazia. As cidades crescem e adquirem muitos andares. A lavoura se enfraquece. Vem a escassez da terra.

Por quê ? Por que seus lavradores são desprezados(...) Devia se combater o desprezo pelo camponês. Ele é uma das facetas da falta de amor pela mãe pátria. E isto suscita a falta artificial de terra e suas conseqüências ruinosas. Inehmo não permite que seja ultrajada a criança mais fiel de seu regaço.

Espanto na Escala em Portugal - O nosso navio recebia também uvas como carga, embaladas em pequenas barricas.

- Para onde são levadas? perguntamos.

- Para o Brasil, foi a curta resposta dos supervisores do carregamento.

- Para o Brasil ?? São enviadas uvas para a terra das frutas?

- Sim, lá não são plantadas em quantidade suficiente, para lá são levadas da Europa e dos Estados Unidos muitas outras frutas: maçãs, pêras, ameixas, pêsegos etc e elas lá não são baratas.

- ???

- Sim, sim, talvez não tenham encontrado em outro lugar frutas tão caras como vão encontrar nas casas de frutas do Brasil, continuou o homem ao perceber o nosso espanto.

- Também as frutas brasileiras?

- Sim, especialmente elas, a não ser bananas e laranjas. Mas essas são consumidas principalmente pelos negros. Se os demais mortais comem lá bananas, chamam-nos logo de negros.

Hhmm, isso parece alguma coisa... O que diria Taylor disso?(...) Há algo de pouco comum numa situação dessas. Mas quem paga aos gourmets do Rio suas frutas dispendiosas? Será que não é a adiantada Europa com seus banquetes de café e seus salões de fumar ? Coitado deste mundo!

Revolta nas Ilhas Canárias - (...) Ao acordarmos, subimos rapidamente ao convés para observar. Como parecia a costa? Desnuda, totalmente desnuda. Nem uma folha havia para esconder aquela vergonha(...) É assim que ocorrerá o contato humano mais prolongado em todos os lugares? É cultura transformar a terra num deserto? É esse o sentido que parecem indicar as descobertas de antiguidades nos desertos(...) Por que os povos mais cultos da Europa desertificaram completamente milhares de ilhas na Polinésia, aquelas ilhas cuja beleza natural e grande fertilidade fez com que em outros tempos os poetas europeus cantassem hinos do paraíso?(...) Por que as assaltaram, levando sua cobertura vegetal, transformando-as em áreas pedregosas sem chuvas? Será que o seu produto - principalmente um pouco de

tabaco, café e chá para a desfrutante Europa - correspondeu ou compensou tamanha destruição?(...)

Vegetarianismo (trecho extraído de um diálogo no navio) - O alimento vegetal não pode de maneira nenhuma ser menos completo que o preparado de produtos animais, mas exatamente o oposto(...) Porque todos os produtos animais são decorrentes de produtos vegetais. Não acredito que o organismo humano possa de maneira alguma complementar o alimento vegetal que se transformar em produto animal(...) O leite da vaca é extremamente adequado para seus bezerros e o leite materno para as crianças que mamam, e o leite de cada mamífero para os seus próprios descendentes(...) O leite é um alimento de crianças de peito, muito diluído para adultos. Estes necessitam de hidratos de carbono e gordura com mais abundância em sua alimentação. Nozes, frutas e cereais, assim como tuberosas e verduras são alimento excelente para adultos.

Cristo e Reencarnação (trecho extraído de um diálogo no navio)

- (...) O Senhor fala de um único mestre, Cristo, que é a fonte de vida e crença. Por quê?

- Porque os seus ensiname

Fernando de Noronha - Já consegui ver os contornos das ilhas. Nelas há alguma coisa jamais vista por nossos olhos(...) Todo o arquipélago é verde, de um luxuriante verde escuro, mesmo até o último pico. As calvas e áridas pedras estão cheias de vegetação, verde e suntuosa como no melhor jardim. Que visão maravilhosa! A completa realização de nossa imaginação! Até as rochas florescem sem a ajuda humana. A terra frondosa, por outro lado, está deserta onde o homem 'ajudou' a natureza, como vimos nas ilhas Canárias. As imagens paradisíacas dos mares do sul são pois verdadeiras. Aqui o vemos. A montanha está vestida como a noiva da primavera.

Recusa à Vacinação no Navio - (...) Pois a eficácia da vacina se baseia no fato de que as bactérias do pus do bezerro se alojam no organismo humano. E como isso pode ocorrer somente num organismo sem defesas, a vacinação de modo geral quer dizer que pessoas fracas são contaminadas com pus de bezerro contendo bacilos de varíola. Em sua sujeira existem também aquelas bactérias que destroem as da varíola, mas tudo que lá existe é danoso ao organismo humano. O sangue humano não necessita de nada que lá existe. Ele não precisa de pus, mas apenas de matéria sadia como alimentos e hábitos sadios de vida(...).

Assim pensamos e decidimos de nossa parte nos recusarmos a ser vacinados no navio(...) Este perigo da vacinação foi indicado com a maior clareza por profunda pesquisa realizada durante 20 anos pela comunidade médica inglesa, pelo que eles foram obrigados a retirar a vacinação obrigatória dos ombros do seu povo.(...) Na limpeza está a salvação da vida. Nela se inclui a castidade. Isso já aconselha como refúgio a todos os homens qualquer mente sadia.

Na Alfândega - Fomos à Alfândega buscar nossos pertences. E lá estava tudo, tanto as arcas quanto as malas, e o carregador tomando conta. Nada extraviado! E como tínhamos duvidado e hesitado! Coitado de você, homem miserável que duvida, que nunca foi enganado em nada e, mesmo assim, duvida dos agentes que cuidam de suas obrigações, ajudando assim com a força de seu pensamento a levá-los ao caminho do crime. Pois há o pensamento 'você pode tirar', o mau espírito no ouvido da pessoa sujeita à tentação, quando por outro lado a crença 'você não tira' é o respaldo da consciência para o servidor da confiança. Escreva pois cem vezes, como castigo, no fundo do seu ser, seu cabeça dura, eu acredito nas pessoas!

O Centro do Rio - Em quase todo prédio de esquina existe no andar térreo um botequim. Este é separado do movimento da rua apenas pelos pilares. O movimento neles é grande. No entanto, não se encontram bêbados(...) Negros aparecem em grande quantidade como trabalhadores. Negras caminham com as bochechas vermelhas, o nariz branco de pó de arroz e o pescoço preto. Parece um pouco cômico - naturalmente porque não se está acostumado a isso. As bonecas de carne e osso brancas, cujos lábios e sobrancelhas pintados claramente demonstram a habilidade ou inabilidade, poderia igualmente fracassar se tentassem se empoar com uma base escura(...) Nas saudações na rua salta à vista que eles se abraçam e ao conversar instintivamente coçam as axilas e outras partes e membros, sem se importar nem um pouco com os presentes.

Avenida Rio Branco - Esta rua-parque é sem dúvida uma das mais elegantes que de modo geral se pode ver nas grandes cidades. Quando se caminha ao seu longo ou se toma assento por um momento nas mesas de calçada dos restaurantes que nela se encontram - e são muitos - para tomar uma água de côco especialmente saborosa, e se fica observando o movimento, parece realmente estranho lembrar todas aquelas histórias coloridas de medo e temor, que se tinha ouvido das condições desta terra primitiva e desordenada. Comparando com o que anteriormente observei em viagens ao exterior, não vi em lugar nenhum melhor ordem, tráfego mais fluente, abundância dos mais diversos produtos e pessoas vestidas na última moda, que ao longo desta avenida do Rio.

Copacabana - Copacabana, a conhecida e popular praia do eterno verão do Rio, com seus areais constantemente banhados pelas ondas do Atlântico, é um lugar encantador. Lá cabem de uma só vez, dezenas de milhares de pessoas, para nadar e banhar-se ao sol(...) Alguns se deitam na areias se tostando ao sol, outros jogam diversos jogos de bola. A maior parte fica no mar, com água pela cintura, e a sua brincadeira preferida é sempre após um pequeno intervalo descer nas cristas das ondas que vêm do oceano até a areia.

A Nudez Como Saúde (já trabalhando no interior do Estado, antes da compra de Penedo) - Certamente haveria desapontamento se a natureza aqui não permitisse a nudez, aqui onde justamente, devido às condições de temperatura, ela seria possível, e onde muitas vezes a vestimenta parecia sufocar, como nós bem tivemos a oportunidade de experimentar. Histórias sobre o aspecto destruidor do sol para o sangue pareciam mais propaganda da cultura de vestuário européia do que de fato verídico. Aqui para a terra dos índios nus o vestuário foi introduzido à força e por meio dele se estragaram tribos sadias. Aqui, onde por causa da alta temperatura o metabolismo é bem ativo, é o aprisionamento do subproduto da respiração da pele, o ácido carbônico debaixo do vestuário, extremamente insalubre, pois impede ao mesmo tempo a ação revigorante da luz do sol de atuar na pele. O vestuário aqui é como o semi envenenamento do urso ao cochilar em sua toca sob as raízes. O urso come no entanto um pedaço de piche para manter o frescor durante o sono hibernar. Mas o estômago do homem unívoro é como um monturo, cujos dutos que se racham os cirurgiões cortam e remendam como os sapateiros da fronteira o fazem com sapatos gastos.

ANEXO IV

DECRETO N° 1713, DE 14 DE JUNHO DE 1937.

Cria o Parque Nacional do Itatiaia

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando das atribuições que lhe são conferidas no art. 56, § 1° da Constituição Federal e em execução do disposto nos art. 10 e 12 do Código Florestal, aprovado pelo Decreto n° 23 793, de 23 de janeiro de 1934, e

Considerando que as terras da região do Itatiaia, incorporadas desde 1914 ao patrimônio do Jardim Botânico que nelas mantém a "Estação Biológica de Itatiaia", ocupam uma área de 119 434 432 metros quadrados, ou sejam 11 943 hectares, coberta na maioria de matas primitivas, com as altitudes variando de 816 a 2 787 metros, cortada por numerosos pequenos córregos que deságuam nos rios Airuoca, Campo Belo e Preto, que têm ali suas nascentes, e apresentando flora inteiramente diversa da de outras montanhas do Brasil, mesmo da de outros contrafortes da Serra da Mantiqueira; e área e flora já estudadas, em todos os seus aspectos, por geólogos, botânicos e cientistas de todas as espécies, nacionais e estrangeiras; Considerando que, por essas circunstâncias, a região em que está localizada a referida Estação Biológica deve ser transformada em Parque Nacional para que possa ficar perpetuamente conservada no seu aspecto primitivo e atender às necessidades de ordem científica decorrentes das circunstâncias;

Considerando que, tendo sido alienados a particulares pequenos lotes de terras encravados nas que foram conservadas na posse e domínio pleno da União, torna-se imprescindível que tais lotes voltem a êsse domínio, para que as terras ocupadas pelo Parque não sofram soluções de continuidade prejudicial ao seu objetivo;

Considerando que, além das suas qualidades de caráter científico, é preciso atender também às de ordem turística, que se apresentam em condições de fazer do Parque um centro de atração para viajantes, assim nacionais como estrangeiros;

Considerando que, por se tratar de terras do patrimônio nacional, onde existem benfeitorias e pessoal técnico especializado, que integram a atual Estação Biológica do Itatiaia do Jardim Botânico, a localização na dita Estação de um Parque Nacional poderá ser realizada com grande economia para os cofres da União e mais vantagens para as realizações científicas e turísticas a serem encetadas;

Considerando que, ouvido o Conselho Florestal Federal sôbre a conveniência da localização na Estação Biológica do Itatiaia de um Parque Nacional, foi o mesmo de parecer favorável à iniciativa do Governo nesse sentido;

Considerando que essa localização importa, ao mesmo tempo, em proteção à natureza, auxílio às ciências naturais incremento das correntes turísticas e reserva, para as gerações vindouras, das florestas existentes ou sejam todos os objetivos reunidos, simultâneamente, que justificam a criação de Parques Nacionais;

DECRETA:

Art. 1° - A área atualmente ocupada pela Estação Biológica de Itatiaia, dependência do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, sem prejuízo da existência e finalidades desta, passa a constituir o Parque Nacional de Itatiaia, ficando as respectivas terras, com a flora e fauna nelas existentes, subordinadas ao regime estabelecido pelo Código Florestal para os monumentos públicos dessa natureza.

Art. 2° - A área atual da Estação será acrescida da que fôr desapropriada, constante dos pequenos lotes, ainda pertencentes a particulares, que se encontram encravados nas terras do

domínio da União, ficando os limites do Parque constituídos pelos atuais da dita Estação com as modificações resultantes da incorporação dos aludidos lotes

Parágrafo único - Das terras devolutas do domínio da União existentes nas proximidades do Parque, serão observadas as que forem necessárias para a localização de hotéis e instalações que facilitem o movimento turístico na região.

Art. 3º - O quadro do pessoal fixo do Parque Nacional do Itatiaia será organizado com o pessoal do Jardim Botânico e o pessoal variável será o exigido pelas necessidades de sua administração, dentro dos recursos orçamentários que lhe forem distribuídos, nos termos da legislação em vigor.

Art. 4º - Uma Comissão subordinada ao Ministro da Agricultura, composta do Diretor do serviço de Estradas de Rodagem, do Ministério da Viação e Obras Públicas, do Diretor do Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural do Ministério da Justiça e Superintendente do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, do Ministério da Agricultura, membro nato do Conselho Florestal Federal, elaborará o plano a ser executado para a organização definitiva do Parque.

Art. 5º - O Ministro da Agricultura baixará as instruções para o serviço de fiscalização do Parque, ficando êste sob a guarda direta do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, nos termos do art. .56, § 2.º, do Código Florestal.

Art. 6.0 - Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de junho de 1937.

GETÚLIO VARGAS

Odilon Braga

ANEXO V

DECRETO Nº 87.586, DE 20 DE SETEMBRO 1982

Amplia a área do Parque Nacional de Itatiaia, criado pelo Decreto nº 1.713, de 14 de janeiro de 1937 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e nos termos do artigo 5º, alínea "a", da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965,

DECRETA:

Art. 1º - Fica ampliada de 11.943 hectares para 30.000 hectares, aproximadamente, a área do Parque Nacional de Itatiaia, criado pelo Decreto nº 1.713, de 14 de janeiro de 1937.

Parágrafo Único - A área de que trata este artigo está compreendida dentro do seguinte perímetro: Inicia na margem direita da BR-354 no sentido do Rio de Janeiro para Minas Gerais no ponto de coordenadas E=523.670m e N=7.527.760m; deste ponto segue no rumo norte com uma distância aproximada de 6.350m até a coordenada E=523.700m e N=7.533.160m; daí, segue o divisor de águas do Rio da Colina e do Córrego da Jiroca até coordenada N=7.534.150m e E=523.100m; deste ponto segue pelo divisor de águas das bacias dos Córregos Jiroca e João Vieira até o ponto de coordenadas N=7.532.730m e E=527.390m, passando pelas cotas 2039 e 2069; deste ponto segue em linha reta até a coordenada E=529.050m e N=7.530.790m, localizada na Serra da Vargem Grande; deste ponto segue em linha reta até a coordenada E=531.900m e N=7.533.000m; daí segue em linha reta até o ponto da cota 1839 e coordenadas E=533.350m e N=7.535.250m; desse ponto segue novamente em linha reta no rumo norte até o ponto de coordenadas E=535.400m e N=7.536.000m; desse ponto segue pelo divisor de águas com aproximadamente 1.800m até a coordenada E=536.350m e N=7.537.170m; desse ponto segue em linha reta no rumo nordeste até as coordenadas E=538.000m e N=7.537.850m; desse ponto pelo divisor de águas até o pico do Alto do Mirantão; daí pelo divisor de águas das bacias do Rio Grande e do Ribeirão dos Dois Irmãos, saindo do divisor e cortando o Rio Grande nas coordenadas E=542.000m e N=7.539.470m; desse ponto segue pelo Divisor de águas do Rio Grande e do córrego do Mirantão nas coordenadas E=543.700m e N=7.540.200m; desse ponto segue em linha reta até as coordenadas E=544.200m e N=7.544.200m; daí em linha reta até as coordenadas N=7.539.000m e E=544.200m; desse ponto no sentido leste e em linha reta até as coordenadas E=546.250m e N=7.539.000m; desse ponto segue no rumo sul em linha reta até as coordenadas E=546.250m e N=7.537.150m; desse segue no rumo oeste em linha reta até o ponto de coordenadas E=544.200m e N=7.537.150m; desse ponto segue no rumo sul em linha reta até o ponto de coordenadas E=544.200m e N=7.535.750m; daí, segue pela crista do morro, no rumo oeste até as coordenadas E=545.530m e N=7.535.600m; desse ponto segue em linha reta no rumo sul até as coordenadas E=545.510m e N=7.534.520m; desse ponto segue no rumo sudoeste até as coordenadas E=543.000 e N=7.533.740m; desse ponto em linha reta no rumo oeste até as coordenadas E=540.550m e N=7.533.740m; desse ponto em linha reta pelo rumo sul até as coordenadas E=540.550m e N=7.532.620m; daí no rumo leste em linha reta até as coordenadas E=541.200m e N=7.532.620m; desse ponto no rumo sul e em linha reta até as coordenadas E=541.200m e N=7.532.420m; desse ponto em linha reta no rumo leste até as coordenadas E=541.800m e N=7.532.400m; daí em linha reta até as coordenadas E=541.800m e

N=7.532.350m; desse ponto em linha reta no rumo oeste até as coordenadas E=542.120m e N=7.532.350m; daí, em linha reta no rumo sul até as coordenadas E=542.120m e N=7.532.060m; desse ponto em linha reta até as coordenadas E=541.700m e N=7.532.210m; daí, em linha reta no rumo oeste até as coordenadas E=539.300m e N=7.532.210m; desse ponto em linha reta no rumo sul até o ponto de coordenadas E=539.350m e N=7.530.500m no Rio Preto; desse ponto desce aproximadamente 300m pela margem direita do Rio Preto, até a confluência do primeiro igarapé; dessa confluência sobe este igarapé pela margem direita até o ponte

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)